

DANILO DESTRO PÁDUA

*QUE SE VAYAN TODOS: PIQUETEROS E A AGENDA NEOLIBERAL NA
ARGENTINA (1989-2001)*

CAMPINAS – MAIO – 2009

DANILO DESTRO PÁDUA

QUE SE VAYAN TODOS: PIQUETEROS E A AGENDA NEOLIBERAL NA ARGENTINA
(1989-2001)

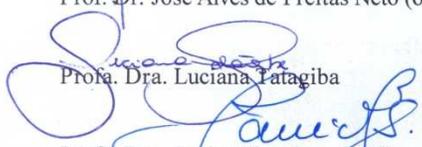
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela comissão julgadora em 05/05/2009.

BANCA



Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (orientador)



Profa. Dra. Luciana Tatagiba

Profa. Dra. Janice Theodoro da Silva

Prof. Dr. Leandro Karnal (suplente)

Profa. Dra. Iara Lis Franco Schiavinatto (suplente)

MAIO/2009

- RESUMO -

Este trabalho faz uma análise das transformações políticas ocorridas na Argentina no período de 1989-2001. Ocorreram mudanças no movimento peronista e na condução da política econômica no período da ditadura militar (1976-1983) e governo de Raúl Alfonsín (1983-1989) que foram se aprofundando durante o governo de Carlos Menem. Essas mutações se relacionam com o surgimento do movimento dos *piqueteros* e novas formas de ação política da sociedade Argentina que tiveram seu auge durante as jornadas da chamada crise de 2001.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

Gostaria de agradecer a todos os meus amigos e amigas que tive o prazer de conhecer e conviver na UNICAMP. São tantas pessoas tão maravilhosas e únicas que não quero listar para não cometer algum tipo de injustiça.

Gostaria de agradecer especialmente a Ana Maria pela ajuda fundamental para a realização dessa dissertação, e aos argentinos Dario e Fernando por terem me recebido tão bem em sua casa em Buenos Aires.

Amizade não é algo que exatamente se agradece, mas mesmo assim gostaria de agradecer a José Luciano e Patrícia pela amizade e por estarem comigo em todos os momentos, a Fernando Reis pela amizade e pelas buscas em conjunto e a Rogério Bonfá pela verdadeira amizade de tantos anos.

Não há palavras para agradecer meus pais por tudo que já fizeram por mim.

Gostaria de agradecer principalmente a José Alves pela orientação e pela confiança.

Índice

Introdução (p.11)

Cap. 1 - TRANSFORMAÇÕES NO PERONISMO NA DITADURA MILITAR (1976-1983) E GOVERNO ALFONSÍN (1983-1989) (p. 15)

Cap. 2 – ARGENTINA SOB NEOLIBERALISMO (p. 29)

Cap. 3 – *PIQUETEROS*: ORIGENS E DIVERSIDADES PELO TERRITÓRIO ARGENTINO (p. 67)

Cap. 4 – O AGRAVAMENTO DA CRISE: IMPASSES E DESDOBRAMENTOS EM 2001 (p. 105)

CONCLUSÃO (p. 143)

FONTES (p. 145)

Introdução

Analisar as transformações políticas ocorridas na Argentina durante o período que compreende o início do primeiro mandato do governo de Carlos Menem (1989) e a chamada crise de dezembro de 2001 é o principal tema desta dissertação. A história política recente da Argentina evidenciou a presença de novos protagonistas sociais, como os *piqueteros*, e os limites da agenda política neoliberal em meio a uma economia marcada pela hiperinflação e pela dependência de financiamentos externos. As políticas de ajustes adotadas entre os anos 1989 e 2001 causaram um colapso institucional que reconfigurou discursos e práticas políticas na Argentina.

A principal força político-partidária desde a década de 1940 é o peronismo. De forma geral pode-se afirmar que o peronismo tem entre suas bases de sustentação o movimento sindical e as “massas” populares do país. Evidentemente, ao longo das sucessivas crises políticas, os peronistas mudaram de posições, incorporaram novos discursos, foram banidos do quadro eleitoral durante a ditadura militar (1976-1983), e formaram um mosaico de opiniões e lideranças que afastam qualquer possibilidade de se imaginar um grupo político efetivamente coeso ou homogêneo.

Reconhecer a diversidade dentro do peronismo das últimas décadas, como a aproximação com o neoliberalismo do período Menem, não equivale a dizer que este grupo político tenha se afastado ou perdido completamente suas raízes com movimentos sociais e populares como sindicatos, associações estudantis, movimentos de camponeses etc. Os vários peronismos, seja o liderado pelo próprio Perón, na era Menem, ou recentemente durante a hegemonia do casal Kirchner, nunca prescindiram das forças sociais populares que o Partido Justicialista conseguiu aglutinar ao longo de sua história.

A problemática da pesquisa que motivou a elaboração desta dissertação é compreender a ação dos *piqueteros* na Argentina, suas articulações e vinculações com o próprio peronismo em um momento de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais naquele país. Que tipo de discurso e de prática legitimaram estes protagonistas políticos em meio à maior crise econômica da história recente de um país latino-americano. Os *piqueteros* surpreenderam parte da opinião pública argentina e mundial, como um movimento original de ação direta, em um instante de descrença política globalizada.

Para tratar deste tema a dissertação está dividida em 4 partes. O primeiro capítulo parte do pressuposto que uma parcela das transformações ocorridas no período de 1989-2001 tem suas raízes com a instalação da ditadura militar (1976-1983) e desdobramentos ocorridos no governo de Raúl Alfonsín (1983-1989). As principais mudanças que tiveram início nesse momento foram a alteração na política econômica e no discurso e práticas do movimento peronista.

A ditadura iniciou uma transformação consolidada por décadas na Argentina do modelo anterior voltado ao mercado interno, no qual tinha muita força o nacionalismo econômico, a participação direta do Estado na produção e protecionismo comercial. O pêndulo econômico, em nome da modernização empreendida pelo governo militar, estabeleceu as bases do que viria a ser chamado posteriormente de neoliberalismo em que houve uma diminuição da participação do Estado na economia e uma abertura comercial ao exterior.

Já os aspectos que provocaram mudanças no peronismo foram diversos. Alguns deles estão diretamente ligados à repressão ditatorial que prendeu e assassinou líderes do movimento social e promoveu ações para dificultar as atividades sindicais. Outros estão ligados a mudanças no mundo do trabalho como a diminuição quantitativa e proporcional do número de trabalhadores sindicalizados, a dispersão geográfica de maiores concentrações de operários, o aumento do chamado “trabalho flexível”, da terceirização e do desemprego. O Partido Justicialista, expressão partidária do peronismo, se transformou fortemente em parte pelas razões citadas acima (havia uma grande ligação com os sindicatos) e por escolhas que foram sendo tomadas: a derrota eleitoral em 1983, a busca por resultados eleitorais colocadas à frente de projetos políticos, a separação de setores mais “radicais” (como os ex-montoneros) e política de aliança com outros setores e partidos.

O segundo capítulo analisa o processo ocorrido durante o governo Menem, no qual as duas grandes transformações citadas continuaram se aprofundando. A virada da década de 1980 para a de 1990 foi marcada internamente por uma situação de “urgência” (hiperinflação) e pelo discurso de que o neoliberalismo era a “única saída possível” reforçado pela queda dos regimes do Leste Europeu. Os grupos financeiros conseguiram acumular poder de barganha no período imediatamente anterior e a classe política optou por

uma tática de não-confronto para com eles. A idéia de que o “técnico” deveria suplantar o “político” colocou os economistas na decisão dos principais rumos da administração. O processo de privatização foi possível por esse clima e por um consenso em torno de que os funcionários e empresas públicas eram ineficientes. A abertura comercial foi bem vista por parte da sociedade pela sedução que as mercadorias estrangeiras causavam numa idéia de “modernidade”. O sucesso do combate à inflação ajudou fortemente o governo a ter “carta branca” por um período já que o momento de hiperinflação (1989) foi muito sofrido e o medo com sua volta ecoou por muitos anos. No final do segundo mandato de Menem observa-se que as medidas econômicas levaram o país à estagnação e a um grande crescimento do desemprego e aprofundamento da miséria.

Os peronistas pouco fizeram em oposição às ações governamentais porque muitos aderiram ao pensamento neoliberal, além de que outros políticos e dirigentes sindicalistas foram cooptados com cargos e alguns benefícios durante as privatizações num processo que envolveu altas doses de corrupção. No mesmo momento, militantes que defendiam idéias contrárias ao governo não tiveram espaço na estrutura partidária para poder alterar a situação; enquanto outros ficaram imóveis, pois foram surpreendidos com a velocidade com que tudo acontecia. O governo Menem também se beneficiou e neutralizou parte da oposição interna pelo estilo ligado a um “messianismo” político e por uma imagem que o movimento mantinha de ser supostamente mais ligado às classes populares.

O terceiro capítulo trata dos *piqueteros*, grupos formados principalmente por desempregados. Faço um relato de suas origens e descrevo suas principais ações e organizações. Também há análises sobre sua heterogeneidade e relação com os planos assistenciais conseguidos do governo, com os trabalhadores empregados e visões da realidade argentina.

Na metade da década de 1990, frente ao crescente desemprego e aumento da pobreza, grupos de pessoas mais prejudicadas pelas medidas neoliberais passaram a modificar a forma mais tradicional de ação política das classes populares na Argentina, antes muito ligadas ao meio sindical e ao peronismo que naquele momento não ofereciam alternativas para mobilização. Com isso surgiu o movimento dos *piqueteros* que utilizaram da tática de bloquear ruas para protestar e conseguir meios para satisfazer suas necessidades básicas. Seus métodos, além de ação direta nas ruas e em órgãos públicos, se diferenciam

pela constituição de Assembléias Populares e por uma tendência a combater a burocratização e a formação de dirigentes que se coloquem numa posição não-horizontalizada dentro do movimento. Porém, nem todos os grupos de *piqueteros* estavam completamente isentos dessas práticas políticas mais “tradicionais” e verticalizadas. Constata-se grande heterogeneidade nos *piqueteros* com relação à experiência política dos integrantes, aos objetivos a serem alcançados, ao fato de alguns pertencerem a organizações sindicais ou partidárias entre outras diferenças. Combateram fortemente o discurso que esteve associado ao neoliberalismo na medida em que esse promoveu o “não-confronto” ou a “não-política”. Também evidenciou e questionou que, num momento de discurso por um “Estado mínimo” a face repressora estatal não deixou de agir e ser vista como necessária pelos defensores de tal modelo.

Os *piqueteros* além de conseguir com suas ações fazer frente à situações de extrema urgência (conseguiram planos assistenciais e alimentos em muitas ocasiões), recolocaram nos meios de comunicação a questão da miséria na sociedade Argentina e denunciaram seu crescimento atingiu que 40% da população abaixo da linha da miséria em dezembro de 2001. Com o tempo foram se aliando e se colocando como influência para outras pessoas interessadas em combater os rumos que a Argentina tomava.

O quarto e último capítulo trata da ascensão do ciclo de mobilizações que desembocou nas grandes manifestações de 19 e 20 de dezembro de 2001 que derrubaram o governo De La Rúa. Destaca-se a ação de vários setores sociais, inclusive a classe média empobrecida, que como os *piqueteros* se organizou em assembléias por bairros e manifestou nas ruas em confronto aberto com as instituições. Também estão presente no capítulo análises das ações dos partidos políticos e da forma como os meios de comunicação trataram os acontecimentos. No fim daquele ano a classe política passava por um momento de total crise de legitimidade evidenciado pelo *slogan* “*Que se vayan todos*”. As transformações do peronismo também fizeram com que o Partido Justicialista fosse visto apenas como mais um igual aos outros. O resultado acabou por ser uma revisão do pensamento e das práticas que foram hegemônicas nos anos anteriores.

Cap. 1. TRANSFORMAÇÕES NO PERONISMO NA DITADURA MILITAR (1976-1983) E GOVERNO ALFONSÍN (1983-1989)

MUDANÇAS NA ECONOMIA DURANTE A DITADURA MILITAR

É muito consensual entre os estudiosos da história argentina das últimas décadas a afirmação de que um ciclo de mudanças na condução da política econômica do país se iniciou de fato com a ditadura militar (1976-1983). Para Carlino e Stuart, o governo de Menem fez em aprofundar o processo de liberalização da economia iniciado em 1976.¹ Boron e Rey afirmam que a partir daquele ano foi substituída a “cultura do trabalho pela cultura da especulação”² que fez com que ocorresse uma grande transferência de renda em favor dos ricos. Lozano se refere à crise de 2001 como algo que teve suas raízes no processo à época da Ditadura Militar:

*Es imposible pensar la Argentina sin definir la crisis actual como una crisis de régimen, cuyos cimientos fueron plasmados en 1976 y cuyos rasgos se consolidaron durante la década menemista y se perpetúan hasta al gobierno actual.*³

O ano de 1976 foi de uma verdadeira ruptura na política econômica. Ocorreram mudanças profundas na forma como ela se organizava e no papel que o Estado se delegava nesse processo:

Las grandes transformaciones que impulsaron la transición hacia un nuevo regime de acumulación comenzaron con el proyecto de la dictadura militar en 1976. Su tarea fundamental fue la ruptura de las bases políticas, económicas, sociales y culturales de la coalición que sostuvo el proceso de acumulación basado en la expansión de un mercado

¹ CARLINO, A. e STUART, A. – “Un enfoque multidimensional de los veinte años de democracia argentina”, in: *América Latina a comienzos del siglo XXI: perspectivas económicas, sociales y políticas*, p. 133.

² BORÓN, A. e REY, T., *La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina*, p. 128 in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 128.

³ LOZANO, C. – “Contexto económico y político en la protesta social de la Argentina contemporánea”, p. 5, in: *Observatorio Social de América Latina*, setembro de 2001.

*interno protegido (...), con el desarrollo de la industria sustitutiva de importaciones, con una elevada intervención estatal y niveles crecientes de inclusión y protección social.*⁴

Mesmo com o fim da ditadura (1983), segundo Gambina e Campione, e portanto com uma mudança importante na organização política (ditadura para democracia liberal) e alteração de correlação de forças (as Forças Armadas perdem espaço), existiram grandes continuidades com relação ao regime implantado em 1976:

*Resulta de interés destacar que es bajo un gobierno constitucional, el iniciado en 1989, que se consolidan los objetivos de última instancia de la dictadura militar. La coalición social que se impone en 1976 (el capital más concentrado de origen local y extranjero, la banca internacional, los organismos financieros internacionales) sigue comandando el rumbo social de la Argentina, con ajustes y contradicciones, pero los componentes fundamentales del bloque siguen siendo idénticos.*⁵

A mudança foi o abandono de um modelo de acumulação centrado na substituição de importações e desenvolvimento industrial que tinha como objetivo o abastecimento interno para um modelo que defendia a especulação, abertura financeira e comercial e a transferência de recursos ao exterior. O governo militar promoveu, por exemplo, em 1977 a “*Ley de entidades financieras*”, que dava grandes facilidades à atividade da especulação. Domingo Cavallo, ministro de Carlos Menem nos anos 90, foi presidente do Banco Central argentino durante a ditadura militar e em toda sua carreira defendeu políticas explicitamente liberais.

Também foi durante a ditadura que começaram a surgir mais fortemente intenções de privatizar as empresas estatais argentinas. A lei 21.066, aprovada no ano de 1977 já estabelecia os critérios básicos para essa política.⁶ O tipo de política econômica realizada era chamada, por seus críticos, de “revolução conservadora”, e posteriormente foi vista como um início do projeto neoliberal. O regime militar fez ilimitados empréstimos que provocaram uma explosão na dívida externa.⁷ Para Talento, este endividamento fez com

⁴ GAMALLO, G. (2003), p. 3.

⁵ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), pp. 10-11.

⁶ IAZZETTA, M. O. (1995), p.51.

⁷ DINERSTEINS, A. – “El poder de lo irrealizado. El corte de ruta en Argentina y el potencial subversivo de la mundialización, in: *Observatorio Social de América Latina*, setembro de 2001, p. 11.

que nos anos seguintes os governos argentinos ficassem completamente sem autonomia perante o setor externo e os organismos internacionais.⁸

As medidas econômicas tomadas pela Ditadura Militar foram desastrosas em comparação com crescimento econômico que vinha ocorrendo nas últimas décadas e iniciaram um processo de empobrecimento da sociedade:

El Producto Bruto Interno evoluciono em su crecimiento de la siguiente forma em los últimos 4 quinquenios:⁹

Período	Crecimiento económico
61-65	24 %
66-67	22 %
71-75	21 %
76-80	7 %

Peronismo: Repressão ditatorial e “Renovação”

A partir de 1976 muitos críticos ao governo foram mortos, presos e torturados. Isso fez por diminuir em muito a força do peronismo, da “esquerda” e dos críticos do liberalismo.¹⁰ Como resultado direto da repressão, de cada dez famílias argentinas, duas ou três sofreram conseqüências diretas do Estado policial-militar. Segundo Godio e Mancuso, a idéia de “cruzada” era tão forte que os altos chefes militares simplesmente abriram mão da condução da economia e a entregaram para o capital financeiro e grandes grupos econômicos.¹¹

Nesse mesmo momento, o peronismo como tinha se estabelecido por décadas também se enfraquecia, além da perseguição aos líderes, com atividades repressoras nos níveis menores de organização no mundo do trabalho:

⁸ TALENTO, M. – “El 2001 en perspectiva histórica”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 9.

⁹ BALCEDO, A. (2000), p. 47.

¹⁰ DINERSTEINS, A. – “El poder de lo irrealizado. El corte de ruta en Argentina y el potencial subversivo de la mundialización”, in: *Observatorio Social de América Latina*, setembro de 2001, p. 11.

¹¹ GODIO, J e MANCUSO, H. (2006), pp. 34-35.

*Se arremete contra los mecanismos de participación obrera directa en las fábricas (comisiones internas, cuerpos de delegados), que fueron durante décadas la fortaleza peculiar del movimiento obrero argentino (...) En el plano laboral más general, se emprende una verdadera batalla contra las normas protectoras de los derechos laborales, tendiente a reducir los costos de la mano de obra, por una parte, y a ampliar las facultades de dirección de los empleadores, por la otra.*¹²

A repressão política no campo do trabalho iniciada nos anos 70 certamente trouxe profundas alterações no peronismo. Este perdeu poder em ser um princípio de articulação entre os trabalhadores.

Em 1982, mesmo com todos os golpes sofridos desde a instalação da ditadura, o peronismo ainda teve forças para desestabilizá-la com a organização de uma série de greves. Foi significativa a sua luta pelos direitos humanos, porém se aliando aos grupos que defendiam esses direitos dentro do âmbito de um maior conservadorismo em outras áreas. O contato com outras forças políticas (que certamente também provocou algum grau de mudança no partido justicialista) também ocorreu na sua aliança com a UCR para acelerar o retiro negociado dos militares do poder.¹³

No ano de 1983, após enfraquecimento do poder dos militares, acelerado pela derrotas nas Guerra das Malvinas contra a Inglaterra, ocorreu o fim da ditadura militar e eleições para a presidência da República foram organizadas. Segundo Talento, a democracia na Argentina pós-1983 era “condicionada” e, portanto, incompleta pois os militares exigiram anistia pelos seus crimes e mantiveram um papel político importante:

*(...) La clausura, a partir de de las leyes de Obediencia Debida y Punto Final, de la prerrogativa jurídica del Estado de Derecho para juzgar y castigar los crímenes de lesa humanidad cometidos desde el propio Estado, por las FF.AA entre 1976-1983. La capacidad de veto del actor militar, expresada durante el gobierno radical y coronada por los indultos menemistas, condicionó la existencia de una justicia plena en la nueva democracia.*¹⁴

¹² GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 85.

¹³ GODIO, J e MANCUSO, H. (2006), p. 83.

¹⁴ TALENTO, M. – “El 2001 en perspectiva histórica”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 10.

Na primeira eleição presidencial pós-ditadura, a UCR saiu vencedora com o candidato Raúl Alfonsín derrotando o candidato do PJ, Ítalo Lurder. Essa derrota eleitoral também pode ser apontada como um dos fatores que provocou mudanças nos posicionamentos do peronismo, já que no início das eleições a vitória era dada como certa:

*En la noche de 30 de octubre de 1983, mientras cerraban las urnas correspondientes a la primera elección de la nueva etapa democrática argentina, los peronistas reunidos en los cuarteles centrales del partido se encontraban en estado de shock.*¹⁵

Antonio Balcedo, militante peronista, coloca a causa da derrota justicialista inteiramente na condução do partido, que após as eleições foi perdendo força e cedendo lugar aos chamados “renovadores:

(...) es falaz e insustancial y cae em el cretinismo político la interpretación de que el triunfo de Alfonsín se debe exclusivamente al voto antiperonista, pues Perón le ganó siempre a esa conjunción, la aplastó electoralmente. No. La causa de derrota que hay buscarla en los gravísimos errores de conducción.¹⁶

As mudanças no peronismo foram ocorrendo paulatinamente, e portanto, muitos elementos “tradicionais” ainda tinham força, apesar de claramente estar em declínio. Entre 1983 e 1985 o PJ ainda manteve um discurso nacional, estatista e populista. As “62 Organizaciones”¹⁷ tinham um papel fundamental no desenvolvimento da plataforma partidária; a CGT era sempre consultada para dar o seu parecer nas discussões legislativas importantes. O discurso tradicional dos peronistas continuou por alguns anos não dando resultado do ponto de vista eleitoral. A porcentagem de votos do partido caiu de 40% em 1983 para 34% nas eleições legislativas de 1985.¹⁸ Porém devemos fazer a ressalva de que a UCR não apresentava naquele momento um discurso “contrário” aos peronistas, se definia como de “centro-esquerda” e/ou “social-democrata”. Na segunda parte da década o PJ continuou se colocando contra as negociações com o FMI e em apoio às greves da CGT,

¹⁵ LEVITSKY, S. (2005), p. 123.

¹⁶ BALCEDO, A. (2000), p. 121.

¹⁷ Entidade sindical que conta com 62 sindicatos que se intitulam peronistas.

¹⁸ LEVITSKY, S. (2005), p. 143.

além de reivindicar moratória na dívida externa. Os dirigentes também foram simpáticos à atitude do peruano Alan García que decidiu limitar o pagamento da dívida daquele país.¹⁹

Foi criada uma corrente interna do PJ denominada “Renovação Peronista”, liderada por Antonio Cafiero, muito impulsionada pelo o que Altamirano chama de “traumática derrota” de 1983 e pelos maus resultados de 1985. Os “renovadores” combateram dentro do justicialismo os chamados “ortodoxos” que eram, além de responsabilizados pela vitória da UCR, vistos como politicamente autoritários e “ideologicamente anacrônicos”.²⁰ Houve mudanças na estrutura do movimento peronista que até então considerava o Partido Justicialista como uma ferramenta para participar do jogo eleitoral. Os “renovadores” entendiam que o caminho era colocar o peronismo novamente como uma alternativa nacional de governo ao deslocar o centro decisório no Partido Justicialista neutralizando a força dos setores sindicais ligados aos “ortodoxos”.²¹ O “terço sindical”, mecanismo existente no PJ desde suas origens, que se desenvolveu a partir da idéia de que os dirigentes sindicais teriam direito a um terço das candidaturas para os postos de condução partidária, passou a ser combatido. A demanda por uma “renovação” era ampla dentro do peronismo, contava com mais defensores do que apenas o grupo que se auto-intitulou dessa forma:

*Desde fines de 1984 la expresión “renovación peronista” era proclamada, como una demanda, por todos los sectores del justicialismo disconformes con el núcleo que controlaba la dirección del partido, designados como los “mariscales de la derrota”, para quienes el plebiscito sobre Beagle del 25 de noviembre de ese año había significado un nuevo y duro revés. El reclamo de la renovación no tuvo un origen único, es decir, no se alimentó de una sola fuente, y sus primeros puntos de apoyo surgieron en el peronismo del interior. De hecho, Carlos Menem, gobernador de La Rioja y futuro rival de Cafiero, no sólo formó parte también del conglomerado renovador, sino que integró por un tiempo su primer triunvirato, junto con Carlos Grosso y el propio Cafiero.*²²

¹⁹ LEVITSKY, S. (2005), p. 143.

²⁰ ALTAMIRANO, C. – “La lucha por la idea”: el prometo de la renovación peronista”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. – *La historia reciente: Argentina em democracia*, Edhasa, Buenos Aires, 2004, p. 59.

²¹ CARLINO, A. e STUART, A. “Un enfoque multidimensional de los veinte años de democracia argentina”, in: *América Latina a comienzos del siglo XXI: perspectivas económicas, sociales y políticas*, p.132.

²² ALTAMIRANO, C. – “La lucha por la idea”: el prometo de la renovación peronista”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), p. 60.

Os justicialistas foram atrás dos votos dos eleitores “independentes”, isto é, que não se alinhavam constantemente seja com o PJ, com a UCR ou com os partidos de “direita”²³ e os de “extrema esquerda”²⁴. Com isso mudaram a própria linguagem no seu discurso além de práticas políticas. Diminuíram assim os apelos classistas e os símbolos tradicionais do peronismo e se reforçaram posicionamentos claros e firmes em favor do Estado de Direito e direitos humanos, temas sensíveis à classe média. O partido, na propaganda de defesa da “democracia”, acabou por afastar alguns sindicalistas que estavam ligados a idéia de “violência” nos anos 70 que fazia com que fossem negados por parte importante do eleitorado.²⁵

Durante a década de 1980 é visível em muitos países transformações na política partidária/eleitoral pelo crescimento da importância da publicidade, ancorada em pesquisas de opinião que tiveram por efeito diminuir a distância de posicionamentos dos principais partidos pela busca de um perfil “ideal” para receber uma maior quantidade de votos. O Partido Justicialista também não escapou desse processo.

Durante os comícios para as eleições legislativas de 1985 apresentaram-se dois fortes candidatos dentro do peronismo: Antônio Cafiero (pela “Frente Renovadora”) e Hermínio Iglesias (pela “*Frente Justicialista de Liberación*”), representante das 62 *organizaciones*. Competiram pela supremacia no partido dentro da Grande Buenos Aires. A vantagem obtida por Cafiero o lançou ao centro da política nacional. Carlos Menem e Carlos Grosso, igualmente “renovadores”, também foram vencedores em suas províncias.²⁶

Cafiero, Menem e Grosso lançaram conjuntamente um documento chamado de “*La renovación peronista. Un proyecto y una voluntad para transformar la Argentina*”. O texto demonstra que passadas as eleições de 1985 os “renovadores” já não viam mais os “ortodoxos” como adversários que mereciam maior consideração. O alvo agora era Alfonsín e os dirigentes da UCR; numa demonstração de que a intenção da “Renovação” agora era alcançar a presidência da república. A grande crítica, paradoxalmente ao que se veria no futuro governo, de Menem era quanto ao “liberalismo” econômico presente no

²³ UCD (Unión del Centro Democrático).

²⁴ PTS (Partido de los Trabajadores Socialistas), PST (Partido Socialista de los Trabajadores), Po (Partido Obrero), MAS (Movimiento al Socialismo), entre outros.

²⁵ LEVITSKY, S. (2005), pp. 139-140.

²⁶ ALTAMIRANO, C. – “La lucha por la idea”: el prometo de la renovación peronista”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), p. 64.

governo radical, demonstrando que essas críticas ainda eram hegemônicas no peronismo, e não somente nos setores mais ligados ao sindicalismo:

*Es necesario pensar la democracia desde una perspectiva distinta de la radical, enraizar su problemática en la dimensión nacional y latinoamericana y “nacionalizar” los términos de su discusión y desarrollo. La democracia no es solamente un sistema de reglas, medios y condiciones que regulan la intervención de los distintos protagonistas en el proceso de la toma de decisiones. En esta definición, en lo cual coinciden los nuevos teóricos del “alfonsinismo”, puede revelarse el intento de establecer una analogía entre el funcionamiento de la democracia y el del mercado, tan grata a la ideología liberal.*²⁷

A “Renovação Peronista” tinha o claro objetivo de transformar o Partido Justicialista numa verdadeira “máquina eleitoral”.²⁸ Carlos Menem fez parte do grupo, porém por pouco tempo. A “Renovação” também queria modificar a prática de confronto por uma de “negociação” frente aos grandes empresários.

*Cuando los reformistas obtuvieran el control del partido en 1987, los mecanismos de participación sindical del peronismo, débilmente rutinizados, se vinieron abajo como un mazo de cartas. El desmantelamiento de las “62” y del “tercio” dejó al PJ sin mecanismo alguno de participación sindical, lo cual allanó el camino para la consolidación del clientelismo en los años noventa.*²⁹

ALTERAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E DIMINUIÇÃO DO PODER SINDICAL

Depois da morte de Perón (1974) os dirigentes sindicais ocuparam uma posição quase hegemônica no partido.³⁰ Por toda uma época, o peronismo tinha nos sindicatos sua ligação mais forte com as classes trabalhadoras e os setores populares. Quando Perón estava no poder, os sindicatos conseguiam votos, canalizavam reivindicações sociais e “(...)

²⁷ Citado em: ALTAMIRANO, C. – “La lucha por la idea”: el prometo de la renovación peronista”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), pp. 66-67.

²⁸ GODIO, J e MANCUSO, H. (2006), p. 88.

²⁹ LEVITSKY, S. (2005), p. 148.

³⁰ LEVITSKY, S. (2005), p. 34.

no menos importante – aseguraban la paz social”.³¹ Quando a ditadura foi implantada, os recursos humanos, financeiros e administrativos dos sindicatos tiveram papel essencial na sobrevivência do movimento. Os mecanismos tradicionais de participação sindical nas décadas de 1960 e 1970 dentro do peronismo eram as “62 Organizaciones”, que nunca formalizaram um estatuto.³²

Desde a instalação da Ditadura, além dos já citados golpes sofridos com a repressão, ocorreu também uma desindustrialização da Argentina e um conseqüente declínio organizativo da classe trabalhadora: o emprego no setor secundário declinou 26% entre 1975 e 1980.³³ Além disso, e não menos importante, os operários se dispersaram geograficamente. Nas fábricas com mais de mil trabalhadores, o emprego declinou 46% entre 1974 e 1985 e as tradicionais zonas de concentração industrial como a Grande Buenos Aires, Córdoba e Rosário perderam milhares de empregos na manufatura na medida em que a indústria foi se espalhando pelo país. Estas mudanças na estrutura social erodiram os vínculos sindicais do partido com sua base de apoio urbana. O tradicionalíssimo sindicato da indústria automobilística (SMATA), fundamental na história do movimento peronista, viu sua quantidade de sindicalizados cair praticamente pela metade, de 150 mil para 74 mil no período de 1979 a 1984.³⁴

Essas mudanças se relacionam com as teses que identificam no mundo “ocidental” uma passagem da “sociedade taylorista” e “fordista” para uma outra em que novas formas de organização do trabalho tendem a crescer coexistindo com as mais antigas. Esse novo formato é o chamado “trabalho flexível”, em que não há um emprego “tradicional” de 40 horas semanais, além do processo de terceirização da produção, dispersando espacialmente os trabalhadores e dificultando e enfraquecendo organizações classistas. Gambina e Campione fazem análises semelhantes para a Argentina:

De las profundas transformaciones sufridas por la sociedad argentina, la clase obrera emerge profundamente modificada respecto al modelo vigente durante la organización industrial de tipo fordista. Terciarización, polivalencia, flexibilidad horaria, formación de círculos de calidad, son rasgos claves, que hicieron añicos el rígido, concentrado y

³¹ LEVITSKY, S. (2005), p. 34.

³² LEVITSKY, S. (2005), p. 29.

³³ LEVITSKY, S. (2005), p. 128.

³⁴ LEVITSKY, S. (2005), p. 130.

*centralizado paradigma taylorista de antaño y al modelo de “cadena de producción”. La clase obrera tiende a segmentarse, a dispersarse. Aumenta la inseguridad en cuanto a la estabilidad laboral, se incrementa la masa de desocupados y expulsados definitivos de las filas obreras.*³⁵

O poder político dos sindicatos foi diminuindo aos poucos em todo o campo político e conseqüentemente também dentro do Partido Justicialista. O quadro abaixo mostra as diferenciações que foram se estabelecendo no PJ:

Diminuição dos representantes sindicais no Congresso Nacional do PJ entre 1983-1995.³⁶

Ano	1983	1990	1995
Condução do Partido	Presidente	Vice-presidente	Ninguém
Mesa executiva do Conselho Nacional (% do total)	37,5	25	12,5
Total do Conselho Nacional (% do Total)	30,8	15,5	15,5

ASCENSÃO DE CARLOS MENEM

Segundo Araújo, em 1987 já podia se constatar uma grande virada no pensamento do partido peronista, perdendo sua identidade histórica de ser visto como o partido “dos de baixo”, de uma coalizão de tipo classista e que melhor encarnou um ideal de país auto-suficiente separado das forças internacionais mais dinâmicas. Nas eleições daquele ano

³⁵ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 201.

³⁶ LEVITSKY, S. (2005), p. 185.

raramente se viam retratos de Perón ou de Eva, não se ouvia mais a marcha dos “*muchachos peronistas*” e poucos candidatos de origem sindical saíram como candidatos.³⁷

A mudança no estilo do Partido Justicialista em 1987 também foi reflexo do pensamento geral da sociedade argentina. A discussão que existia na política entre “país aberto vs país fechado” foi perdendo sentido já que a sociedade foi cada vez mais parecia apoiar um “modelo aberto”, e como o partido retomava as vitórias eleitorais em 1987 seus dirigentes resolveram se adaptar à essas novas questões advindas da sociedade.³⁸

Em julho de 1988 Carlos Menem derrotou à Cafiero para ser o candidato justicialista no ano seguinte. A vitória se explica porque, mesmo com o fato de os dois terem se apresentado como “renovadores” naqueles anos, Menem conseguiu mais simpatia do peronismo mais ligado aos sindicatos e por Cafiero parecer, para muitos militantes, não fazer oposição à Alfonsín. Menem conseguiu aumentar sua força política pois para muitos parecia estar numa posição intermediária ideal entre uma “renovação” no peronismo e as idéias mais tradicionais:

(...) hoy el movimiento se expresa a través de dos grandes corrientes: una de ella tiene aún perfiles difusos, tras la figura de Cafierp, mientras la otra la renovación pero mediante fuertes raíces doctrinarias, encolumnada tras el riojano Menem.³⁹

Canelo identifica elementos tradicionais do peronismo na campanha eleitoral de Menem em 1989, apesar do detrimento de situações de encontro de multidões nas ruas perante o líder:

(...) es posible encontrar en la campaña de Menem elementos que le son comunes a la tradición peronista, más allá de las transformaciones que ha operado el avance de los medios de comunicación sobre la esfera pública, tal como, por ejemplo, la importancia de la corporeidad del liderazgo político. El beso en frente de los niños, los abrazos, el involucramiento físico del candidato en las actividades de la campaña, su participación en partidos de fútbol y en otras actividades deportivas, dan cuenta precisamente de esta continuidad fundamental: el momento de constitución

³⁷ ARAUJO, M. M. – “De Peron a Menem: Una Historia del Peronismo”, in: *Peronismo e menemismo*, p. 51.

³⁸ ARAUJO, M. M. – “De Peron a Menem: Una Historia del Peronismo”, in: *Peronismo e menemismo*, p. 59.

³⁹ BALCEDO, A. (2000), p. 204.

*del liderazgo es aquel en que se ha construido una posición individual abstracta apoyada enteramente en la corporeidad.*⁴⁰

Além disso, o discurso de Menem como “milagreiro” foi bem recebido. Ele se dirigia amplamente aos peronistas utilizando palavras de ordens e uma simbologia mais tradicional do movimento.⁴¹ Podemos ver esses temas clássicos do peronismo no discurso de Eduardo Menem, aliado do irmão Carlos Menem, que questionava a possibilidade de se privatizar empresas estatais argentinas durante o governo Alfonsín em 1988:

*(...) aquí se está disponiendo del patrimonio nacional, se está afectando el poder de decisión de la Nación respecto de cuestiones fundamentales (...) aquí hay además un problema de soberanía. No se puede aceptar que el precio de mercado lo va determinar el Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (...) Y además le pregunto al señor ministro: ¿en ese precio de mercado, cuál es el valor que tiene el precio de la soberanía? (...) ¿Por qué no se ha intentado previamente captar capitales argentinos antes de recurrir al extranjero?*⁴²

Após a derrota de Cafiero, o movimento da “Renovação” foi perdendo força rapidamente e desapareceu. Porém seus efeitos dentro do justicialismo foram grandes e transformadores. Vários dos quadros políticos e intelectuais ligados à Cafiero como Guido di Tella, Carlos Corach, José Luis Manzano e Felipe Solá deram apoio incondicional ao governo de Menem nos anos 1990 e estavam em termos de pensamento muito mais próximos de abraçarem às idéias neoliberais que ganhavam cada vez mais força naquele período.⁴³

Em 1989, uma fração do MTP (*Movimiento Todos por la Patria*) tentou organizar um levante revolucionário no regimento de La Tablada, na província de Buenos Aires. O levantamento teve como resposta uma repressão enérgica do governo alfonsinista, que

⁴⁰ CANELO, P. (2001), p. 8

⁴¹ ALTAMIRANO, C. – “La lucha por la idea”: el prometo de la renovación peronista”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. – *La historia reciente: Argentina en democracia*, Edhasa, Buenos Aires, 2004, p. 73.

⁴² Citado em BORÓN, A. e REY, T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 125.

⁴³ ALTAMIRANO, C. – “La lucha por la idea”: el prometo de la renovación peronista”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. – *La historia reciente: Argentina en democracia*, Edhasa, Buenos Aires, 2004, p. 74.

incluiu fuzilamentos secretos realizados pelo Exército.⁴⁴ Esse acontecimento do ponto de vista político se apresenta como um ocaso da continuidade de pensamento e práticas ligadas às ações dos anos 1970 (pelo menos por enquanto). O MTP acabou por ser incorporado pelo MAS (*Movimiento al Socialismo*), partido de esquerda que tinha conseguido alguma inserção sindical naqueles anos. Tudo indicava, a partir disso, que a política se daria nos próximos anos imediatos dentro da legalidade constitucional. O pensamento da esquerda foi influenciado por esse acontecimento, em direção à

*(...) la pretensión de construir una izquierda “moderna y democrática” que derivó en el progresivo abandono no ya de la tradición marxista y revolucionaria.*⁴⁵

O ano de 1989 começou com uma difícil situação econômica e com os prognósticos de vitória justicialista nas eleições. O capital internacional e os empresários locais, receosos de que o futuro governo fosse seguir os clássicos mandamentos peronistas, se apressaram para conseguir levar o máximo de vantagem na caótica situação pressionando o governo que liberou a cotação do dólar de acordo com o comércio exterior. O resultado foi a hiperinflação. O processo inflacionário do final dos anos 1980 pode ser explicado também em conjunto com a reversão do movimento de capitais naquela década (a liquidez do capitalismo mundial naquele momento era muito diferente da do início dos anos 1970). Com isso, não só o governo argentino mas praticamente todos os latino-americanos se viram forçados a desvalorizar em muito suas moedas perante ao dólar para conseguirem grandes superávits comerciais e com isso poderem adquirir divisas e honrar seus compromissos externos.⁴⁶

As propostas de Menem giravam durante as eleições giravam em torno de termos “revolução produtiva” e “*salariozo*”. Durante as eleições de 1989, o clima de “urgência” na economia fez com que uma série de outros temas importantes como reforma na educação,

⁴⁴ SVAMPA, M. (2005), p. 28.

⁴⁵ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 29.

⁴⁶ LLACH, L. – “¿Dos décadas perdidas? *Desafíos, respuestas y resultados de la política económica de la democracia*”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V., (2004), p. 142.

crise no sistema de saúde, política externa ou desarticulação regional ficassem de fora dos debates e das preocupações do governo eleito de Carlos Menem.⁴⁷

A massificação da pobreza se manifesta nos elevados índices de desnutrição infantil. Em La Matanza, subúrbio de Buenos Aires, 58% das crianças estavam nesse estado.⁴⁸ O governo de Alfonsín frente a decadente situação econômica e os saques que eram realizados em supermercados (que terminaram com a morte de quinze pessoas com a repressão policial) entregou o governo aos justicialistas antes da data que teoricamente previa seu mandato.

⁴⁷ SIDICARO, R. – “Poder político, Liberalismo Económico y Sectores Populares en la Argentina: 1989-1995”, in: *Peronismo e Menemismo*, p. 131.

⁴⁸ PETRAS, J. e VELTMEYER, H. – “Argentina: entre la desintegración y la revolución”, in: PETRAS, J e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 8.

CAP. 2. ARGENTINA SOB NEOLIBERALISMO

Discursos e práticas do Governo Menem

O início do governo Menem foi marcado por coincidir com o fim dos regimes do Leste europeu que combinavam ditadura na política com capitalismo estatista na economia. A desintegração da URSS acabou por fazer com que qualquer idéia de intervenção do Estado na economia, em qualquer grau, fosse completamente rechaçada. Com isso o neoliberalismo ganhou ainda mais força, já que em seus princípios defende exatamente o oposto. Esse foi mais um dos fatores que propiciaram a revisão do pensamento clássico ligado ao peronismo. O fim do mundo bipolar da Guerra Fria no fim dos anos 80 abriu espaço para o crescimento do pensamento neoliberal, logo ganhando força tal que chegou a ser chamado pelos meios de esquerda de “pensamento único” e de “Consenso de Washington”.

Menem exibiu alinhamento com o pensamento liberal num clima intelectual que coincidia com o discurso de “fim das ideologias”. O discurso “pragmático” ganhava assim conotação positiva e o “ideológico” negativa. Afirmava ser peronista, porém de “*un peronismo de la más alta escuela, el peronismo de la época del fin de las ideologías.*”⁴⁹

A “Renovação” (como um bloco político organizado) foi se desintegrando após a posse de Menem, porém seus princípios continuaram muito fortes na cúpula do justicialismo.

O discurso neoliberal de Menem se chocava claramente com o modelo de condução da política econômica defendido pelos peronistas até então, que se baseava nos seguintes princípios: 1) estratégias de industrialização lideradas pelo Estado. Em alguns casos se beneficiar da proteção e promoção investidas por ele mesmo, e em outros a produção estatal em certas “*industrias claves*” ou áreas estratégicas da economia como dito no discurso esquerdista dos anos 90. 2) políticas de promoção da demanda para aquecer o mercado interno a partir do Estado ou, dependendo, em alianças com outros setores, 3) uma firme defesa do sindicalismo no sentido de defender bandeiras históricas do movimento

⁴⁹ NUM, J. – “De Peron a Menem: Una Historia del Peronismo”, p. 97, in: *Peronismo e Menemismo* (citado na bibliografia)

trabalhista como: aumento salarial, proteção contra acidentes de trabalho, redução da carga horária, benefícios sociais aos trabalhadores, etc. Ao responder críticas dos “peronistas” de que estaria ocorrendo um “desvio” das praticas originais do movimento, Menem sempre respondia citando o próprio Perón (a quem chamava de “maestro”), buscando nas frases do “fundador” o que lhe era conveniente para cada momento, se colocando como um segundo enunciador do peronismo: *“Lo que yo estoy haciendo con la cooperación de todo el pueblo es seguir el mensaje de Eva Perón y de Juan Domingo Perón.”*⁵⁰

Com relação à condução da política econômica, Menem fez declarações como as de que os peronistas deveriam *“revisar e repensar tudo”*, insistiu que a recuperação econômica *“soluciones que nada tienen que ver con el peronismo del 46 y con el de 73”*. Declarou também que os peronistas *“se acostumbraron a vivir casi sin trabajar”*⁵¹, e por último, disse que muitos dentro do partido estavam *“estancados en 1945”*.⁵² Em discurso no Congresso, o então presidente afirmou:

*(...) que se está operando en todo el mundo con una alta dosis de pragmatismo, lo cual es muy importante. En ese sentido, estimo que hoy en la República Argentina, en esta difícil situación, en esta coyuntura que estamos viviendo, al problema debe despojárselo de toda connotación ideológica.*⁵³

O discurso menemista de “governo de unidade nacional” partia da interpretação de que todos eram responsáveis pela crise que o país atravessava e que conseqüentemente todos deveriam se unir. Quem não compactuasse com o seu projeto não seria alguém que simplesmente se opunha as idéias mas sim um traidor: *“A la Argentina sanamos entre todos los argentinos o la Argentina se muere. Se muere. Esta es la cruel opción. Por eso, no vamos a perder tiempo para concretar la reconciliación de todos los argentinos”*.⁵⁴

Menem optou por deixar de colocar peronismo como uma doutrina política que necessitava

⁵⁰ Citado em: CANELO, P. (2001), p. 10.

⁵¹ Fazendo uma crítica indireta às idéias de direitos trabalhistas e proteção social através do Estado.

⁵² LEVITSKY, S. (2005), p. 205.

⁵³ Sessão de 28-29 de julho de 1989, citado em: IAZZETTA, M. O. (1995), p. 144.

⁵⁴ Citado em: CANELO, P. (2001), p. 9.

do “outro” adversário para se estabelecer, numa idéia de “superação” de enfrentamentos históricos, citando personalidades com perfis muito distintos:

Yo quiero ser el presidente de la Argentina de Rosas y de Sarmiento, de mitre y de Facundo, de Angel Vicente Peñalosa y Juan Batista Alberdi, de Pellegrini y de Yrigoyen, de Perón y de Balbín (...) Habíamos establecido que para un justicialista ho hay nada mejor que otro justicialista. Pero ahora cambiamos y decimos que para un argentino no debe haber nada mejor que otro argentino”.⁵⁵

Para Novaro, Menem cultivou um marcado anti-intelectualismo, com o objetivo de apresentar-se como um homem comum, “*uno de nosotros*”:

Y ello fue bien correspondido por los intelectuales, que lo consideraron esencialmente vacuo, frívolo e insustancial; un peligroso oportunista que había logrado combinar en un híbrido inestable adhesión electoral y darwinismo social, para los de izquierda; un aventurero circunstancialmente útil, por los mismos motivos, para loa de derecha (...) La distancia entre estos y Menem es un dato a tener en cuenta (...) Por otro lado, no puede dejar de advertirse que una rama de los aquí denominados “intelectuales de largo plazo” mantuvo una relación por demás estrecha y mutuamente productiva con el menemismo: la de los economistas.⁵⁶

Para enfrentar o que chamava de “situação de emergência” após ter assumido a presidência, Menem além de se aliar aos setores liberais e fazer um acordo político com o radicalismo, também anistiou tanto os militares quanto os guerrilheiros (*montoneros*) que estavam presos.⁵⁷ Essa ação ajudou a consolidar para os argentinos a tese de que os militares e os guerrilheiros agiam por motivações e em condições semelhantes e de que são igualmente responsáveis pela ditadura, apenas dois lados da mesma moeda, negando assim a total responsabilidade da direita pelos acontecimentos. Deixou vários em estado de revolta quando abraçou publicamente o almirante Isaac Rojas, responsável pela brutal

⁵⁵ Citado em: CANELO, P. (2001), p. 9.

⁵⁶ NOVARO, M. – “Menemismo, pragmatismo y romanticismo”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), p. 200.

⁵⁷ BOMBAL, I. – “La figura de la Desaparición en la re-fundación del Estado de Derecho”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), p. 129.

repressão dos peronistas logo depois do golpe militar de 1955.⁵⁸ Esses decretos (que davam continuidade às visões e práticas do governo Alfonsín quanto a essa matéria) sofreram resistência dos movimentos por direitos humanos e de grande parcela da sociedade. O então presidente também teve uma série de atitudes durante a década que desagradaram parte dos militantes e dirigentes peronistas como o de enviar tropas para a Guerra do Golfo no Oriente Médio para combater ao lado dos EUA, país que segundo ele deveria ter “relações carnis” com a Argentina, além de restabelecer relações diplomáticas com o Reino Unido em 1990.

São feitas análises por grande parte dos autores que Congresso estava dominado por políticos que não tinham alguma espécie de projeto, estavam preocupados apenas consigo mesmos e votavam de acordo com o que seria melhor para eles financeiramente e em suas “carreiras”:

*El (...) déficit, el más visible y espectacular, es el déficit de conducta. Los políticos formaron una corporación, independientemente de sus procedencias partidarias, vivieron de la política y hasta llegaron a vender sus servicios, su voto.*⁵⁹

Havia um clima reinante de urgência por causa da hiperinflação que era vista pela maioria como o verdadeiro e grande problema a ser resolvido. Menem afirmou: “*No podíamos pensar en paliativos o remedios caseros. Debíamos hacer cirugía mayor*”.⁶⁰ As propostas de privatizações foram enviadas rapidamente aos parlamentares numa estratégia para driblar os próprios justicialistas que empregavam alguma resistência. A “Lei de Reforma do Estado” foi aprovada no Parlamento apenas 46 dias após a posse de Menem. Levitsky chama atenção para a importância individual do presidente Carlos Menem durante esse processo:

*(...) cierto es que la osadía del presidente Menem y su hábil conducción fueron decisivas para el éxito de este giro programático, pero tales estrategias no habrían sido posibles si la estructura partidaria no le hubiera brindado un amplio margen de maniobras.*⁶¹

⁵⁸ LEVITSKY, S. (2005), p. 205.

⁵⁹ ROMERO, L. – “Veinte años después: un balance”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), p. 280.

⁶⁰ Citado em: IAZZETTA, M. O. (1995), p. 61.

⁶¹ LEVITSKY, S. (2005), p. 30.

A hiperinflação de 1989 foi um “ponto de inflexão”⁶² na história argentina. Segundo Svampa, foi um episódio que abriu espaço para um acordo entre diferentes setores sociais e reforçou a idéia de que havia um esgotamento do “modelo nacional-popular” iniciado a partir do primeiro governo peronista de 1945. Ganharam força os discursos liberais de abertura do mercado e redução do tamanho do Estado. Os grupos que levaram em diante o novo modelo não tardaram a atribuir a culpa da hiperinflação a uma a idéia de falência do “Estado populista” ou de um “modelo de desenvolvimento orientado para o mercado interno”. Os economistas foram vistos como os que poderiam resolver os problemas e concentraram poderes em suas mãos: *“La dirigencia (...) cedió su protagonismo, que es indelegable un sistema democrático, al de economistas presentados como hombres providenciales o impuestos como tales por los poderosos grupos económicos (...)”*⁶³ Gambina e Campione descrevem da seguinte maneira a inserção de pessoas do meio empresarial nos cargos do Estado:

*(...) ocupar los cargos decisivos del aparato estatal por empresarios, que asumían explícitamente esa representación, a partir de la asunción de un plan económico diseñado por un único holding empresario (Bunge y Born). La idea era simple y seductora: los mejores agentes privados serán los mejores gerentes públicos, los hacedores de una empresa exitosa pueden lograr un país exitoso.*⁶⁴

Foi um período de mutações com respeito à valorização que a sociedade argentina manifestava com relação à política e os políticos profissionais. Eles foram pela década cada vez mais vistos como prisioneiros de aparatos e distantes da vida cotidiana e da sensibilidade popular. Muitos passaram a considerar que tudo o que estava ligado ao Estado como tendo algo de “gigantismo” e de “corrupção estrutural”.⁶⁵ *“En cierto modo, lo político e lo estatal fueron deliberadamente confundidos de suerte tal que el descrédito de uno reforzaba el del otro”.*⁶⁶ Nesse meio-tempo foi ganhando legitimidade então os personagens do “tecno-político” – preferencialmente economistas, chamado geralmente de “tecnocratas” pelos meios de esquerda – que se apresentavam como pessoas desligadas das

⁶² SVAMPA, M. (2005), p. 26.

⁶³ La Voz del Interior, 23/12/2001.

⁶⁴ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 108.

⁶⁵ IAZZETTA, M. O. (1995), p. 36.

⁶⁶ IAZZETTA, M. O. (1995), p. 37.

questões políticas e que supostamente usavam exclusivamente sua perícia técnica para resolver os problemas centrais da sociedade.

Em 1989 a inflação alcançava 197% mensal, o PIB estava no mesmo nível de 1974 (a renda per capita, portanto, menor, devido ao crescimento demográfico), o déficit fiscal era de 12% da economia e a dívida externa acumulava 58,6 bilhões de dólares.⁶⁷ A Argentina estava naquele momento, portanto, extremamente “mal vista” pela chamada comunidade financeira internacional. Entre dezembro de 1989 e março de 1990 a produção industrial declinou em 25%.⁶⁸ A idéia de que o neoliberalismo era a “única opção” era reforçada por assessores estrangeiros e por pessoas formados nos EUA. As reformas chamadas de “heterodoxas” dos anos 1980 na Argentina e pela América Latina eram mostradas como exemplo de que não havia outra saída. As idéias neoliberais eram colocadas ao lado do “moderno”, enquanto que tudo diferente à sua teoria era colocado como “arcaico” e “obstáculo” para o desenvolvimento do capitalismo.

Com relação às economias regionais, que muitas vezes em pequenos municípios e regiões se articulavam a partir da produção de poucas mercadorias, estes assessores a consideravam como “*inviabiles*”, sendo que de algumas atividades “*dependían directa e indirectamente comunidades enteras, muchas de las cuales sufrirían un fuerte proceso de empobrecimiento, cuando no se convertirían en verdaderos “pueblos fantasmas”*”.⁶⁹

Se incorpora, para reforçar a idéia de “única saída possível”, o componente discursivo de que qualquer outra saída teria conseqüências “catastróficas”.⁷⁰ Eram presentes argumentos que giravam em torno da questão “os mercados votam todos os dias” aliados a uma idéia de pragmatismo.⁷¹

Após assumir a presidência em 1989, Menem nomeou como Ministro da Economia um grande executivo da empresa multinacional argentina Bunge y Born, Jorge Born. Fez uma aliança com a “direitista” UCD com a qual firmou um pacto programático. Mandou ao Congresso em agosto de 1989 a “*Ley de Emergencia Económica*” e a “*Ley de Reforma del Estado*”: o governo desmantelou o modelo econômico orientado ao mercado interno, eliminou uma série de normas regulatórias, controle de preços, subsídios industriais,

⁶⁷ LEVITSKY, S. (2005), p. 138.

⁶⁸ CALVI, G. e NOCERA, P. (1995) p. 31.

⁶⁹ SVAMPA, M. (2005), p. 64.

⁷⁰ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 12.

⁷¹ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 13.

restrições aos investimentos estrangeiros, reduziu as taxas sobre importações, privatizou as empresas e lançou um plano de “reestruturação” do Estado que eliminou da noite pro dia dezenas de milhares de postos de trabalho na administração pública nacional.⁷²

*La rapidez con que se emprendieron las primeras reformas, que le valieran a Menem aplausos y gritos de “¡Viva Carlitos!” en la Bolsa de Comercio de Buenos Aires, dejó estupefactos a los políticos y analistas. Como manifestó un dirigente empresarial, Menem “hizo en veinte días lo que otros no pudieron hacer en seis años”.*⁷³

A Argentina passou a receber uma série de elogios dos porta-vozes do Banco Mundial e do FMI e da assim chamada comunidade financeira internacional. O déficit fiscal foi combatido com os ingressos das privatizações e com recortes seletivos do gasto público, o que afetou especialmente as áreas de educação e saúde. Menem declarou alguns anos depois de sua vitória nas eleições de 1989 que para atingir seus objetivos teve de agir de surpresa e sair pela tangente quando perguntado sobre questões polêmicas:

*Las tres reglas de oro de la conducción son: 1 – estar perfectamente informado, 2 – guardar en secreto esa información, y 3 – actuar de sorpresa. Es lo que hice yo toda mi vida. Si yo en la campaña electoral le digo a la gente “Vamos a reanudar las relaciones con Inglaterra”, pierdo un 20% de votos. Si le digo a la gente “Voy a privatizar teléfonos, ferrocarriles y Aerolíneas”, tengo en contra todo el movimiento obrero. Todavía no había conciencia clara de lo que era necesario hacer. Cuando los periodistas, durante la campaña, me preguntaban si iba a privatizar o no, yo les decía: “No soy privatista ni estatista”. Cuantas veces vos misma me acorralabas con el tema del indulto y la amnistía. Yo siempre contestaba: “Mi aspiración es unificar al país”.*⁷⁴

A Argentina teve, no período de julho de 1989 até janeiro de 1990, quatro planos econômicos de inspiração liberal, que incluíram, entre outros, a possibilidade de receber depósitos em dólares. Esses planos fracassaram de forma geral em tentar conter a inflação.

⁷⁵ Domingo Cavallo foi chamado para ser Ministro da Economia e em 1991 lançou o Plano de Convertibilidade que igualava o peso da moeda local ao dólar. Em conjunto com outras

⁷² LEVITSKY, S. (2005), p. 203.

⁷³ LEVITSKY, S. (2005), p. 203.

⁷⁴ Citado em: NUM, J. – “Populismo, Representación e Menemismo”, in: *Peronismo e Menemismo*, pp. 86-87.

⁷⁵ CALVI, G. e NOCERA, P. (1995) p. 29.

medidas ele produziu uma verdadeira transformação das regras do jogo da economia argentina, entre elas, a restrição de emissão monetária e a redução de barreiras aduaneiras no comércio internacional. Aronskind analisa o Plano de Covertibilidade e suas conseqüências como uma suposta saída “fácil” que foi visto por muitos como um “milagre”:

*La cotización de la nueva moneda local introdujo aún más confusión en la comprensión económica de los argentinos. Se había producido el “milagro” de que un peso “equivaliera” a un dólar. Dado que los precios domésticos continuaron aumentando, este crecimiento fue similar en dólares, provocando un importante cambio en los precios relativos internos. Estos precios tuvieron efecto en la relatividad de las distintas ramas de la economía, en los ingresos de la población, y en el tipo de intercambio realizado con el resto del mundo.*⁷⁶

No início da década foi grande na Argentina a visão do “cidadão consumidor” e das vantagens que o modelo econômico trazia no sentido de que a classe média ter como nunca tido um acesso a bens de consumo “modernos” importados e ter viagens turísticas internacionais facilitadas pelo câmbio. Isso criou uma visão de que a Argentina estava no “Primeiro Mundo” justamente num momento em que os outros países do subcontinente sul-americano se encontravam em crises inflacionárias e estagnação. Para Swampa, o consumismo era um componente importante que privilegiava o “individualismo” e ocultava o aumento das desigualdades gerando em muitos um clima de “indiferença social”.⁷⁷

Analisando um documento do Banco Mundial, Armony e Kessler afirmam que organismos internacionais reconheciam que os “ajustes estruturais” provocariam o que eles chamaram de um “inevitável custo social”. Porém sempre afirmavam na seqüência de que com “*el paso del tiempo, los pobres ganarán com los programas de ajuste*” e de uma maneira impossível de ser demonstrada “*sin los ajustes estructurales, la situación de los pobres sería aún peor*”.⁷⁸ Sobre estes mesmos órgãos, Aronskind analisa: “*Para decirlo en*

⁷⁶ARONSKIND, R. – “Populismo neoliberal, o el arte de armar coaliciones antinacionales”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 25.

⁷⁷SVAMPA, M. (2005), p. 84.

⁷⁸ARMONY, V e KESSLER, G. – “Imágenes de una sociedad en crisis. Cuestión social, pobreza y desempleo”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), p. 107

*blanco sobre negro: el sistema financiero mundial necesita países endeudados para que paguen intereses. No quiere países solventes financieramente.”*⁷⁹

A Argentina sofreu nos anos 90 um novo tipo de imperialismo que, diferentemente de um imperialismo clássico impulsionado pelos países mais industrializados décadas atrás, agora se dá também a partir de organismos internacionais, grandes corporações e de instituições financeiras como o FMI.⁸⁰ Um imperialismo clássico continua em vigor⁸¹ porém coexistindo com essas novas formas. Esta mudança já vinha sendo constatada pelo justicialista José Humberto Martiarena que em 1988 afirmou no Congresso:

*(...) el imperialismo no es una ficción sino una realidad. Ya no es el imperialismo del ejército invasor, que se apodera de fragmentos de países vecinos o no vecinos, ya no es el imperialismo del siglo anterior al pasado. Ahora el imperialismo es más dúctil, más sutil. Es la penetración de los capitales transnacionales, convertidos en superpotencias por encima d los gobiernos, de las organizaciones y de los Estado, que no solamente buscan un lucro razonable, legítimo, genuino, sino que penetran con el ansia incontenible de dominar todas las estructuras del Estado...*⁸²

Segundo Basualdo e Aspiazu, a crescente concentração do poderio econômico nas mãos de poucos grupos durante a ditadura fez com que seu o poder político aumentasse consideravelmente, e com isso, tivesse uma grande força para barganhar dentro da transição Alfonsín/Menem:

*Como resultado de la política económica del período 1976-1983 emergen, en medio de un proceso de desindustrialización y de creciente auge financiero en la economía argentina, un reducido número de grupos económicos, empresas extranjeras y bancos acreedores, que van concentrando una porción creciente del ingreso nacional. Ello trajo aparejado un poder de veto decisivo en el campo de las políticas económicas, que tendería a condicionar sobremanera el rumbo del proceso económico, político y social del país (...)*⁸³

⁷⁹ ARONSKIND, R. – “Populismo neoliberal, o el arte de armar coaliciones antinacionales”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 26.

⁸⁰ PETRAS, J. e VELTMEYER, H. – “Argentina: entre la desintegración y la revolución”, in: PETRAS, J e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 29.

⁸¹ Guerra do Iraque; tentativa de golpe orquestrada pela CIA na Venezuela.

⁸² Citado em BORÓN, A. e REY, T. – “La expropiación neoliberal : el experimento privatista en la Argentina”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 126.

⁸³ BASUALDO, E. e AZPIAZU, D. (2002), p. 17.

As instituições financeiras internacionais e os países do G-7 afirmavam que o programa de liberalização da economia argentina era um modelo a ser seguido pelos outros países “em desenvolvimento”. O presidente Menem e seu ministro da economia Cavallo reiteravam ao povo que logo estariam ingressando no “Primeiro Mundo”. Em termos do comércio mundial a Argentina jogava um jogo com regras diferentes: por um lado, abria seus mercados para os produtos estrangeiros e por outro aceitava as barreiras não-tarifárias e protecionistas impostas por alguns países ricos. Da mesma forma que a Argentina, vários outros países latino-americanos aderiram ao neoliberalismo, porém nenhum o fez tão depressa e de forma tão intensa quanto à Argentina. Isso ocorreu tanto por ser uma estratégia para driblar qualquer oposição e pelo clima de medo e urgência que o país se encontrava com a hiperinflação. A economia argentina sofreu por um lado com a pressão da concorrência de produtos muito baratos produzidos na Ásia e dos produtos de alta tecnologia produzidos nos Estados Unidos e Europa. Após a abertura da economia o aumento das importações foi de 102% em 1991 e de 79% em 1992.⁸⁴ Isso fez com que muitas empresas fossem a falência e conseqüentemente muitos perdessem o emprego. Alguns impostos de importação foram totalmente eliminados para alguns produtos enquanto que para outros as taxas variavam, mas sempre ficavam abaixo de 22%.⁸⁵ Frente à impossibilidade de muitos empresários argentinos em competir com os estrangeiros, várias empresas foram vendidas a grandes grupos multinacionais, inclusive ramos tradicionalmente marcados pela sua dispersão na economia como transporte urbano de passageiros, restaurantes, farmácias, etc. sofreram grande processo de concentração.⁸⁶ Reduziram-se os regulamentos estatais sobre preços, mercados setoriais (como carnes e grãos) e principalmente mercado de capitais. Houve praticamente uma supressão de todos os mecanismos de protecionismo comercial como taxas de importação (já citado), suspensão de subsídios e reservas de mercado.⁸⁷

Na área da saúde houve uma diversificação da oferta já que foi facilitada às empresas de medicina pré-paga a captação de clientes. Na educação, o governo federal transferiu grande parte responsabilidade pelo ensino secundário e superior para as mãos das

⁸⁴ NUM, J. – “De Peron a Menem: Una Historia del Peronismo”, p. 90, in: *Peronismo e Menemismo* (citado na bibliografia)

⁸⁵ CALVI, G. e NOCERA, P. (1995) p. 19

⁸⁶ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 8.

⁸⁷ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), pp. 8-9.

províncias sem repassar devidamente as verbas necessárias. Foram concedidas muitas licenças para a criação de universidades privadas transformando assim uma tradição consolidada na Argentina de ensino superior concentrado fundamentalmente no Estado.⁸⁸

O governo argentino se alinhou com os EUA votando sempre em seu favor na ONU e congelando o desenvolvimento de seu programa nuclear. Do ponto de vista comercial, o valor das exportações para a União Européia superava o montante das vendas para os norte-americanos. Os espanhóis representaram papel importante na Argentina durante a década de 1990. Foram muito presentes no processo de privatizações fazendo com que seus investimentos passassem de 136 milhões de dólares em 1990 para 16,3 bilhões em 1999.⁸⁹

A UCR não fez oposição às políticas liberais porque, além do acordo já citado com os justicialistas, não estava se sentia confortável para fazer oposição, pois seu candidato em 1989, Eduardo Angeloz, tinha proposto um programa explicitamente liberal.⁹⁰ Marafioti faz uma lista de grupos e setores dentro da sociedade argentina que eram favoráveis ao neoliberalismo, além dos grandes empresários e dos “gurus” da economia. Para eles os ocupantes dos altos cargos da burocracia sindical da CGT (chamados de “gordos”) também aumentavam o coro menemista pois tiveram vantagens com participações no processo de privatizações e no controle de um sistema de obras sociais. O PJ, devido a seus laços com as organizações trabalhistas, pode limitar as movimentações contrárias à política econômica, o que permitiu a Menem a combinação sem paralelos na região entre democracia e reformas econômicas de tal intensidade e formato. A CGT perdeu quase que totalmente sua postura contestatória devido também às relações intra-pessoais e históricas: *“Aunque la CGT continuó apoyando al PJ durante toda la década, su relación con el partido era más bien la de un grupo de presión leal que la de un socio.”*⁹¹ Esta central sindical, que tinha convocado e realizado treze greves gerais contra Alfonsín, acabou promovendo contra Menem durante seus três e meio primeiros anos de mandato absolutamente nada nesse sentido, apenas no fim do primeiro mandato, mesmo assim algo muito tímido. A maioria dos sindicatos seguiu durante a década de 90 pertencendo à CGT e

⁸⁸ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 9.

⁸⁹ AGUIRRE, N. – “El escenario internacional hacia los ’90: el camino al multipolarismo y a la competencia imperial y sus reflejos en la Argentina”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 31.

⁹⁰ SIDICARO, R. – “Poder político, Liberalismo Economico y Sectores Populares en la Argentina: 1989-1995”, in: *Peronismo e Menemismo*, p. 131.

⁹¹ LEVITSKY, S. (2005), p. 189.

ligada ao PJ. Apoiavam seus setores favoritos nas eleições primárias internas, contribuía com recursos financeiros, militavam nas eleições e pressionavam para ter candidatos nos cargos partidários e institucionais. Estes sindicatos de forma geral não abandonaram o partido, além das causas já citadas, também devido à maior parte deles ter ficado sob controle de dirigentes que tiveram sua formação política durante a década de 1970 de uma forma que eram muito resistentes em abandonar a CGT e o PJ pois estas entidades faziam parte de suas vidas. Em plano local os sindicatos continuavam sendo como meio para fazer carreira dentro do partido. Entre 1987 e 1997, a quantidade de filiados nos sindicatos continuou em queda seguindo a tendência iniciada no fim dos anos 1970 e na década de 1980. Os metalúrgicos da UOM passaram nesse período de 300 mil para 170 mil, os ferroviários de 67 mil para 14 mil, os trabalhadores têxteis de 74 mil para 44 mil e o dos petroleiros que teve a redução de 35 mil para apenas 2 mil filiados.⁹² Essa tendência diminuiu a força política de pressão dos sindicalizados. Existiram dirigentes sindicais peronistas que fizeram críticas às mudanças de orientação do partido, porém: “*la falta de nexos horizontales mino la capacidad de los críticos internos para construir coaliciones intrapartidarias*”.⁹³

Durante os primeiros anos de regime menemista os conflitos se manifestaram basicamente em nível regional, de maneira pontual e dispersa, revelando uma escassa articulação entre eles. Isto se deve em parte ao processo de descentralização administrativa que abriu espaço entre a política local e nacional colocando-as em diferentes temporalidades e em múltiplas instâncias de negociação que dificultou uma estratégia mais nacionalizada de confrontação com o modelo econômico. Dessa maneira os conflitos se expressavam muitas vezes em “ciclos de mobilização” que nos dias posteriores eram rapidamente esquecidos.

As formas de organização do espaço argentino durante a década menemista seguem a lógica do crescimento da desigualdade social. Surgiram várias áreas de urbanização privadas (*countries*, condomínios fechados) e uma multiplicação de favelas (*villas de emergencia*).

⁹² LEVITSKY, S. (2005), p. 204.

⁹³ LEVITSKY, S. (2005), p. 202.

O governo fez grandes investimentos no poder do aparato repressivo que recebeu uma série de investimentos durante os anos 90, apontando para o controle das populações mais pobres. Era dado um tratamento de criminalização aos movimentos sociais, principalmente aos jovens mais pobres, minorias estrangeiras e os grupos organizados.

O plano econômico obteve “sucesso” em seus primeiros anos (não com relação ao nível de emprego), sobretudo devido à queda da inflação, provocada pelo choque da abertura dos mercados e a valorização da moeda que forçaram os preços para baixo, o ingresso do dinheiro das privatizações e a recuperação de credibilidade externa que a Argentina tinha devido ao alinhamento com o “pensamento único”⁹⁴. Com isso foi possível a redução do índice de pobreza que caiu de 47,3% para 19,7% entre o pico hiperinflacionário de 1989 e 1994.⁹⁵ O crescimento do PIB também apresentou bons resultados entre 1991 e 1994. Porém nesses anos, a Argentina perdeu a autonomia de sua política monetária que a deixava dependente do mercado internacional e de seus sobressaltos conjunturais e também não desenvolveu um nível de competitividade suficiente nas empresas nacionais. O resultado foi crescimento econômico concomitante com crescimento do desemprego. Este último duplicou nos três primeiros anos e meio após o Plano de Convertibilidade ter sido colocado em prática e aumentou 50% a mais sob efeito da chamada crise “tequila” mexicana em fins de 1994 alcançando 18,6% da população economicamente ativa.⁹⁶ Os setores liberais aproveitaram a situação para atribuir o máximo possível de culpa aos mexicanos, porém esses efeitos negativos na Argentina só foram possíveis pela política econômica que estava sendo colocada em prática. Um pouco do golpe do “efeito Tequila” foi compensado pelo crescimento das exportações ao Brasil depois da criação do Plano Real que no país vizinho⁹⁷.

O Mercosul nasceu em 1994 com o objetivo econômico de um aumento das trocas comerciais entre os países membros e como objetivo geopolítico de aumentar a aproximação entre esses países e o poder de barganha conjunto do bloco. Porém sua criação nunca foi consensual ou predominante. Parte das autoridades econômicas tinha receio de

⁹⁴ Termo comum da esquerda dos anos 90 para se referir ao grande consenso em torno do neoliberalismo.

⁹⁵ SVAMPA, M. (2005), p. 33.

⁹⁶ OVIEDO, L. (2001), p. 15.

⁹⁷ O Plano Real fez crescer o consumo por um pequeno período, algo muito semelhante ao que ocorreu na Argentina nos poucos anos posteriores ao Plano de Convertibilidade, já que havia a chamada “âncora cambial” que mantinha a moeda brasileira sempre próxima ao dólar

perda de soberania. Quanto aos empresários a situação foi ambígua, dependendo do nicho de mercado em que trabalhavam: alguns viram no Mercosul grande oportunidade para exportar ao Brasil, com um mercado relativamente grande e até pouco tempo protegido, enquanto outros viram com temor os efeitos que a concorrência de produtos brasileiros importados poderia ter na economia.⁹⁸

O Processo de Privatizações

No início dos anos 90, o tema das privatizações passou por diversos fatores, a ter grande aceitação pela maior parcela dos argentinos.⁹⁹ Ocorria uma crescente propaganda favorável nos meios de comunicação assim como em programas televisivos “de opinião” que tinham grande audiência.¹⁰⁰ Iniciou-se, primeiramente, na constatação por alguns de que o modelo de desenvolvimento baseado no Estado experimentado durante a maior parte do século XX dava sinais de esgotamento. No plano interno, também se iniciou uma visão das privatizações como “algo natural” para aliviar à crise fiscal pelo qual passava à Argentina. Os grandes credores internacionais começaram a pressionar nesse sentido como um mecanismo para cobrar dívidas externas dos países endividados. Durante as eleições, o então candidato Menem – preservando as bandeiras históricas de seu partido – se manteve em silêncio quanto ao tema das privatizações. Nos debates anteriores chegou a se opor às privatizações em algumas ocasiões.

Os favoráveis à privatização declaravam que o Estado necessitava ser “refundado”, “reestruturado” e “refeito”. O novo Estado deveria também ser “orientador”, “organizador”, “administrador”, “fiscalizador”, “protetor” e “regulador”. Deveria se preocupar com “questões estratégicas” que seriam as áreas da justiça, da saúde, da educação e com isso abandonar o papel de produtor. Segundo Iazzetta, a discussão política dos que se opunham às privatizações passou a ser vista como “sectarismo” ou “egoísmo” e incompatíveis com o “interesse geral” e dos que diziam estar lado da “única solução”.¹⁰¹ No discurso de

⁹⁸ BOUZAS, R. – “La Argentina y la economía internacional”, in: NOVARO, M. e PALERMO. (2004), p. 164.

⁹⁹ IAZZETTA, M. O. (1995), p. 53.

¹⁰⁰ BORÓN, A. e REY, M. T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 122.

¹⁰¹ IAZZETTA, M. O. (1995), p. 142.

Menem: *“Basta de política, de enfrentamientos, de echar aguas para sus molinos cuando está en juego el destino de la República.”*¹⁰²

No governo de Alfonsín houve a tentativa de privatizar as Aerolíneas Argentinas e a Entel que foi barrada por oposição peronista. Parte dos justicialistas no Congresso, já com Menem na presidência, recorreu ao tradicional discurso do partido para argumentar contra as privatizações, porém não fizeram uma oposição frontal.¹⁰³ No próprio oficialismo havia vozes contrárias às privatizações mas poucas abertamente defendiam suas opiniões. Os argumentos contrários às privatizações giravam em torno nos seguintes temas: defesa e soberania do patrimônio nacional, nacionalismo econômico, falta de transparência nos procedimentos, distorções jurídicas e o montante dos valores pelo qual estavam sendo negociadas as empresas. Paradoxalmente, o Partido Justicialista que havia barrado as privatizações das Aerolíneas Argentinas e da Entel nos anos 80 fez com que essas fossem primeiras a ser privatizadas durante a gestão de Menem. Os argumentos utilizados pelo partido durante o governo de Alfonsín que recorriam ao nacionalismo e ao estatismo econômico eram defendidos por poucos.

Como era clara a possibilidade de os leilões serem vencidos em parte pelo capital internacional e em parte pelo capital nacional (como também ocorreu em outros países da América Latina), as privatizações fizeram com que Menem contasse com um sólido apoio dessas duas facções predominantes, numa estratégia que privilegiava a conciliação de ambas. Segundo Boron e Rey, o processo de privatizações só foi possível e ocorreu devido a uma aliança entre os grupos econômicos dominantes do exterior e os locais.¹⁰⁴ Os primeiros capitalizaram dívidas incobráveis e podiam participar dos leilões e os segundos podiam assumir o controle direto das empresas. Grupos privados nacionais e internacionais se associaram na compra das empresas privatizadas num processo em que foram necessárias altas doses de corrupção e cooptação da classe política local.¹⁰⁵

Os principais discursos favoráveis às privatizações no Congresso em favor das privatizações foram: O pagamento da dívida externa, a diminuição do déficit fiscal, (visto como uma das principais causas da inflação) e a superação de travas para o capitalismo que

¹⁰² IAZZETTA, M. O. (1995), pp. 163-4.

¹⁰³ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), pp. 88-89.

¹⁰⁴ BORÓN, A. e REY, M. T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 134.

¹⁰⁵ SVAMPA, M. (2005), p. 37.

permitiria novos espaços de obtenção de lucros e um crescimento durável. Os argumentos utilizados pelo governo no debate sobre as privatizações relevam uma propensão a dissipar justificações políticas e utilizar apenas argumentos que soassem como técnicos. O “gigantismo” do Estado também era defendido como a principal causa e fonte da corrupção, que poderia então ser atenuada a venda de empresas estatais. Na exposição de motivos da Lei de Reforma do Estado encontramos: “(...) *las empresas públicas, mal administradas, presentan cuadros económico-financieros graves, acusan déficit acumulados y crecientes y prestan servicios ineficientes*”.¹⁰⁶

Com a exceção das transformações ocorridas nos países do Leste Europeu, a Argentina se consolidou como o país que fez a mais agressiva das políticas nesse sentido: foram privatizadas em pouquíssimos anos a YPF (a maior empresa do país em termos de faturamento e uma das líderes em exportações), as ferrovias, a distribuição de gás natural, as principais firmas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a Empresa Nacional de Telecomunicações, as Aerolíneas Argentinas, os estaleiros e as siderúrgicas, as petroquímicas (principalmente refinarias), a administração do sistema portuário, canais de rádio, a TV estatal, entre muitas outras. A velocidade com que o programa de privatizações foi empreendido ocorreu em parte justamente para reverter a desconfiança que seu passado ligado ao justicialismo mais tradicional despertava entre os grandes grupos econômicos locais e internacionais.¹⁰⁷ Nada melhor para mudar a imagem do peronismo para os investidores do que vender parte do Estado, incluindo as porções de maior riqueza e potencialidade de crescimento.¹⁰⁸ Em apenas quatro anos (1990-93) foram transferidas para a iniciativa privada 82 empresas e 96 concessões de áreas de exploração petroleira. Ocorreram também no processo: subvalorização dos preços das empresas, alta improvisação nas negociações, debilidades normativas e poucos marcos regulatórios.¹⁰⁹

Era forte na consciência popular o pensamento de que as empresas estatais e os serviços do Estado de forma geral eram ineficientes, de respostas sempre lentas,

¹⁰⁶ Citado em BORÓN, A. e REY, M. T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 131.

¹⁰⁷ IAZZETTA, M. O. (1995), pp. 60-1.

¹⁰⁸ No caso específico da telefonia o desenvolvimento tecnológico que proporcionou uma grande demanda por telefones celulares estava por vir apenas alguns anos depois da privatização do setor. Já no caso da YPF, esta se comportou durante a década de 1990 como a empresa petroleira mais rentável do mundo, pois seus lucros variaram entre 10% e 18% enquanto que a média mundial variou de 3% a 6%. (Basualdo e Aspiazu) (2002), pp. 68-69.

¹⁰⁹ SVAMPA, M. (2005), p. 108.

financeiramente deficitário e recheado de relações pessoais de tipo clientelista.¹¹⁰ Com isso “*las privatizaciones y la reducción del aparato estatal se había vuelto una ‘causa popular’*”.¹¹¹

Outro argumento utilizado pelos setores neoliberais foi o de que as empresas estatais estavam “quebradas” e a única forma de salvá-las seria com a injeção de dinheiro privado, fazendo com que quem ganhasse no final seria a população como um todo pois haveria a tendência de as tarifas serem decrescentes com o passar do tempo. Isso não ocorreu. As tarifas cobradas pelas empresas recém-privatizadas cresceram entre 1991-1998 muito acima da inflação: Telefonia, 141%; Gás Natural, 137%; Energia Elétrica, 89%.¹¹² Não é à toa que as empresa privatizadas tiveram um crescimento de na média três vezes maior do que o conjunto da economia, de maneira desassociada do ciclo econômico verificado na década de 1990, principalmente em sua segunda metade. Esse aumento de tarifas foi extremamente negativo para a economia tanto para os mais pobres (pois o pagamento destas é proporcionalmente maior dentro do conjunto de gastos) quanto para os gastos de empresas de todos os ramos. Com a elevação dos preços da tarifa de pedágios o setor agropecuário foi especialmente muito afetado.

Parte da estratégia de setores opositores do sindicalismo também enfrentou uma série de obstáculos, como o amplo consenso expressado em grande parte da sociedade e o estereótipo negativo dos empregados públicos, muito difundido naquele momento. Os trabalhadores da YPF de Neuquén e Tartagal, por exemplo, organizaram marchas contra a privatização da companhia, porém não foram acompanhados por outras parcelas da população, que via nessas ações apenas interesses corporativos e uma reivindicação de um setor privilegiado da sociedade. Havia um grande descrédito com relação ao Estado e a ineficiência de seus serviços prestados que foi de encontro ao discurso liberal. Esse consenso foi diminuindo com o passar dos anos devido às denúncias de irregularidades nas privatizações e a um desencanto com relação às tarifas e qualidade dos serviços prestados pelas empresas já privatizadas.

¹¹⁰ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 12.

¹¹¹ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 91.

¹¹² BASUALDO, E. e AZPIAZU, D. (2002), p. 48.

Os defensores das privatizações afirmavam que com as condições que se encontrava o aparato estatal não era possível “nem fazer estatismo”.¹¹³ Os adjetivos empregados pelos defensores da política econômica do governo Menem para desacreditar os críticos das privatizações eram os de “anacrônicos” ou “arcaicos”.

Há uma relação entre o discurso técnico sobre as privatizações (que portanto fugia do chamado argumento “político”) e a desconfiança na classe política que reinava na sociedade (ainda muito menor do que se veria ser nos anos seguintes). O discurso dos favoráveis à privatização se apresentava como além de visões da política como de “esquerda” e de “direita” ou alguma outra representação. Ele se colocava como neutro, com o efeito de despolitizar o debate. Se mostrava como um encontro entre os discursos de legitimação técnica, de pensamento neoliberal e de justificações “pragmáticas”.

Ocorreram conflitos no estágio inicial das privatizações (1991-1992), em que se destacaram a mobilização dos trabalhadores do sistema telefônico e os da comunidade de San Nicolas, ligados à indústria siderúrgica Somisa. Num segundo momento das privatizações (1993-1994) ocorreram menos confrontos entre o Estado e o meio sindical. A explicação para esse fato se deve a inclusão dos sindicatos no processo de privatizações com distribuição de ações para alguns trabalhadores e ao aumento da adesão ao consenso neoliberal no meio sindical devido aos sucessos iniciais da economia após o Plano de Convertibilidade.¹¹⁴

Basualdo e Azpiazu também denunciam o que eles chamam de “trabalho sujo” que foi feito pelo governo nos meses prévios às vendas das estatais, que tinha o objetivo de torná-las ainda mais atraentes para o capital privado e para ganhar um apoio da população. Esse “trabalho sujo” se constituiu em: aumentar consideravelmente as tarifas que as empresas cobravam (como pulso telefônico, preço da energia elétrica e do gás, etc.) para torná-las mais lucrativas e uma proposital deterioração da qualidade dos serviços para irritar a população e aumentar as críticas às empresas estatais. Outra parte desse trabalho foi a demissão de muitos funcionários, tendência essa que continuou também fortemente

¹¹³ Citado em: BORÓN, A. e REY, T. “La expropiación neoliberal : el experimento privatista en la Argentina”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 131.

¹¹⁴ SVAMPA, M. (2005), p. 39.

depois dos leilões, além do contínuo processo de terceirização e intensificação da jornada de trabalho.¹¹⁵

Além dos meios já descritos de relacionamento do Executivo com o Legislativo, o Judiciário foi também “cooptado” pois ampliou-se o número de integrantes da Corte Suprema mediante indicações de Menem, além de se realizar uma grande tarefa de trocar pessoas de posição e promover outras para com isso conseguir juízes leais às propostas do governo.¹¹⁶ Calvi e Nocera afirmam que sem essa concentração de poderes as privatizações não poderiam ocorrer:

*En lo relativo al proceso en general, cabe notar el carácter decisivo que tuvo la concentración del poder de decisión en el Ejecutivo Nacional. La supresión de órganos de control y la posibilidad de tomar medidas mediante los conocidos decretos de “necesidad y urgencia”, siempre junto a una Corte Suprema cooptada desde el momento en que se amplía el número de sus integrantes, permitieron ese gran impulso que distinguió a esta modalidad de reforma. Las privatizaciones no podrían haberse llevado a cabo sin esta concentración.*¹¹⁷

A maioria dos bancos e indústrias foi privatizada via decreto presidencial. Segundo Petras e Veltmeyer havia um “gangsterismo” a partir de agências de inteligência para silenciar muitas vozes opositoras por meio de ameaças.¹¹⁸ Esses autores também acusam o governo Menem de ser “altamente autoritário” devido às práticas de suborno, centralização de poder em funcionários não-eleitos e financiamento de uma poderosa máquina no partido que inibia vozes discordantes.

As privatizações promoveram um outro golpe à economia Argentina que foi (e continua sendo) o do aumento de remessas de lucro às matrizes de empresas que participaram do processo no exterior, que ocorre a todo momento, de forma ininterrupta, e conseqüentemente prejudica seriamente a balança de pagamentos do país.¹¹⁹

A importância das privatizações dentro do programa neoliberal foi fundamental, constituindo-se num dos eixos centrais de um padrão de acumulação crescentemente

¹¹⁵ BASUALDO, E. e AZPIAZU, D. (2002), p. 43.

¹¹⁶ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 98.

¹¹⁷ CALVI, G. e NOCERA, P. (1995), p. 17.

¹¹⁸ PETRAS, J. e VELTMEYER, H. – Argentina: entre la desintegración y la revolución, in: PETRAS, J e VELTMEYER, H. (2004), p. 22.

¹¹⁹ BASUALDO, E. e AZPIAZU, D. (2002), p. 41.

concentrador e excludente socialmente. Elas apareciam sistematicamente como condições explícitas pedidas pelos organismos internacionais para a realização de empréstimos.

Em alguns casos pode-se se dizer que houve melhora nos serviços prestados pelas companhias recém-privatizadas, como por exemplo, a grande expansão das linhas telefônicas e o aumento da geração e distribuição de eletricidade.¹²⁰ Porém é preciso dizer que a qualidade de onde inicialmente partiram nessa comparação era muito baixa.

A maioria das empresas que foram privatizadas passaram rapidamente a ser altamente rentáveis.¹²¹ Além das altas tarifas já citadas, no processo de privatizações não se agiu de forma a provocar concorrência em alguns serviços já que houve a transferência de algumas grandes empresas que constituíam como que monopólios naturais. Basualdo e Azpiazu descrevem os benefícios que as empresas privatizadas tiveram após o processo:

*(...) empresas privatizadas han venido gozando de una multiplicidad de privilegios, desconocidos para los restantes agentes económicos que operan en el país. Se trata, entre otros, el de contar con reservas de mercado mono u oligopólicos, una manifiesta “debilidad” regulatoria (plenamente funcional a sus intereses), la dolarización de tarifas sujetas, a la vez a ajustes – alzas – sistemáticos asociados – ilegalmente, atento a las prohibiciones explícitas de la propia Ley de Convertibilidad – a la evolución de índice de precios estadounidenses, en un marco de deflación de precios y, fundamentalmente, salarios domésticos.*¹²²

O “ajuste” de pessoal das empresas públicas e da administração do governo federal levou a uma drástica redução de 535 mil postos de trabalho em um primeiro momento. Demissões continuaram ocorrendo também nos anos seguintes.¹²³ O impacto social da diminuição do Estado no aumento do desemprego em termos absolutos foi significativo. Considerando-se apenas sete empresas importantes (telefones, transporte aéreo, correios, gás, água, energia e transporte ferroviário) o número de empregados caiu de 243 mil em

¹²⁰ BORÓN, A. e REY, M. T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina”, pp. 159-160, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), pp. 159-160.

¹²¹ BORÓN, A. e REY, M. T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 168.

¹²² BASUALDO, E. e AZPIAZU, D. (2002), p. 7.

¹²³ BORÓN, A. e REY, M. T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 161.

1985 para 75 mil em 1998.¹²⁴ Este resultado foi obtido numa combinação de demissões em massa com planos de aposentadoria praticamente compulsórios.

O dinheiro arrecadado com a privatização foi fundamental para que o Plano de Convertibilidade tivesse sucesso por alguns anos, porém isso logo foi se desmanchando com o fim do processo de venda das estatais. O processo de privatizações resultou em uma grande mudança macroeconômica negativa.

Comportamento do Partido Justicialista durante o Governo Menem

Segundo Levitsky, existem muitos estudos sobre o peronismo a partir do ponto de vista de suas bases sociais, de seus governos, das figuras de Eva e Perón, dos sindicatos, dos movimentos guerrilheiros, dos pontos de vista no debate político. Porém não o pensam muito como uma “organização”, e com isso deixam de pensar dimensões que esclarecem uma série de coisas, como por exemplo, a estrutura partidária.¹²⁵ Segundo o autor há uma idéia reinante de que o PJ é “débil, inoperante e por isso não merece muita atenção”. Existe uma sensação geral para alguns justicialistas que chegam a afirmar que o “*partido no existe*”.¹²⁶ Porém, uma observação mais bem feita demonstra que o PJ em muitos sentidos é na verdade um dos partidos de maior força na América Latina.¹²⁷ Conserva uma grande massa de filiados, uma notável quantidade de militantes e uma ampla estrutura no nível das bases, com profundas nos setores populares. Esta “infraestrutura” foi vital para a sobrevivência do justicialismo após a morte de seu líder/fundador e anos de repressão, conseguindo uma série de vitórias eleitorais, como ocorreu nos anos 1990. A organização peronista consiste em um enorme conjunto de redes informais entre vizinhos e uma série de entidades como clubes de bairro, cooperativas, restaurantes populares e também as não menos importantes casas de militantes de grande presença local que funcionam como centro de uma série de atividades. Estes espaços têm organização e funcionamento autônomos. Não figuram nos registros do partido e sua independência com relação à burocracia partidária é quase total. Participam regularmente das atividades políticas,

¹²⁴ SVAMPA, M. (2005), p. 40.

¹²⁵ LEVITSKY, S. (2005), p. 35.

¹²⁶ LEVITSKY, S. (2005), p. 38.

¹²⁷ LEVITSKY, S. (2005), p. 34.

cumprem um rol crítico entre os dirigentes e as bases, recrutam novos filiados e repartem parte dos benefícios clientelistas, encabeçam demandas locais e com certeza conseguem uma grande quantidade de votos.

O PJ se beneficiou por toda a década de sua base eleitoral tradicional além de ter atraído votos “conservadores”. O impacto da estabilidade de preços no início dos anos 90 foi determinante para que o Justicialismo vencesse as eleições de 1991, 1993 e 1994. Com respeito às coalizões eleitorais, o PJ sempre fez uma série de alianças com diferentes partidos políticos. Mesmo assim, em todas as eleições de que participaram (1946-1999)¹²⁸, os justicialistas obtiveram a vasta maioria dos votos das classes menos favorecidas e de operários. Foi sempre hegemônico entre os mais pobres. Em termos estatísticos, nas zonas urbanas industrializadas essas porcentagens tendem a ser maiores.¹²⁹ Segundo Num, apesar de todas as mudanças de práticas e pensamentos, muitos ainda votaram nos anos 90 no peronismo pela sua forma populista de se dirigir à população: Menem afirmava que falava em “nome do povo” e chamava as pessoas de “*hermanas e hermanos*”, além de invocar sempre Deus. Menem conseguiu se reeleger para um segundo mandato depois de ter alterado a constituição nesse sentido em seu favor.

As reformas democráticas da Argentina nos anos 1980 acabaram por gerar uma grande hegemonia do Partido Justicialista nas eleições para os três níveis que foram se sucedendo até a virada do século perante a UCR, segundo maior partido do país. É importante assinalar que esse consenso em torno do partido peronista se deu sobre uma base de apoio de outros partidos, mesmo associado a “*Unión del Centro Democrático*”.¹³⁰ Mesmo que contando, em tese, com grande maioria no Congresso durante o primeiro governo de Menem, o Poder Executivo atropelava a discussão e o confronto com vários decretos, nos momentos em que segundo seus porta-vozes havia “situações extraordinárias”, termo escrito na Constituição. Também era utilizado em muitos momentos o veto presidencial. Podemos observar assim que o Poder Executivo concentrou poderes e agiu de uma maneira que o colocava acima dos poderes Legislativo e Judiciário. Essa prática foi ainda mais potencializada devido ao estilo peronista de governar que coloca o “líder” acima dos parlamentares.

¹²⁸ LEVITSKY, S. (2005), p. 34.

¹²⁹ LEVITSKY, S. (2005), p. 34.

¹³⁰ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p.11.

O apego de Menem e sua equipe econômica ao receituário do neoliberalismo era maior do que queria Antonio Cafiero, líder da chamada “Renovação Peronista” nos anos 80. Este declarou que pretendia uma reforma “menos drástica” e com “*un cierto grado de intervención del Estado*” e “*mayor equidad social*”. Outros grandes nomes do partido que se alinharam com Menem também declararam que prefeririam uma “tática mais moderada”. Muitos dentro do PJ como alguns parlamentares e lideranças regionais do interior eram críticos do governo como Ramón Saadi, Vicente Joga, Marcelo López, Oraldo Britos, Lorenzo Pepe, entre outros. Porém, estes passavam longe de romper seja com ele, com o partido ou fazer algum tipo de grande mobilização opositora. O Partido Justicialista se comportava como que sendo “situação e oposição” ao mesmo tempo.

No início da década criou-se o “*grupo de los Ocho*”¹³¹, bloco independente no Congresso formado por 8 deputados que se opuseram as reformas e se desligaram do PJ. Também existiu o opositor “*Militancia Peronista*”, formado por “*caudillos provinciales*” segundo Levitsky, controlado por Ramón Saadi, governador de Catamarca que contava com o apoio de uns 20 deputados do norte do país. Em 1991, Saadi se envolveu num escândalo de corrupção e o grupo se desfez. mas este chegou a convocar os governadores justicialistas para fazerem uma liga e se oporem mais fortemente às medidas do governo que não vingou.¹³² Portanto, durante a década fracassaram todas as tentativas de se constituir um bloco legislativo que fizesse uma oposição frontal ao presidente em exercício. Nas raras vezes que isso ocorreu as principais medidas já haviam sido tomadas.¹³³ Eduardo Duhalde, grande liderança justicialista da Grande Buenos Aires, defendia que as reformas econômicas seriam e deveriam ser de “curto prazo”, e que em pouco tempo, “passado os momentos mais difíceis”, ocorreria uma “reperonização” na condução da economia.¹³⁴

As estratégias de Menem praticamente não tiveram resistência interna na maior parte do partido. Também não houve uma mobilização interna entre os opositores para apresentar um plano alternativo de governo. Tanto a as leis de “*Reforma del Estado*” e a “*Ley de Covertibilidad*” foram aprovadas com apoio justicialista no legislativo

¹³¹ Germán Abdala, Darío Alessandro, Juan Pablo Cafiero, Luis Brunati, Franco Caviglia, José Ramos, Moisés Fontela e Carlos "Chacho" Álvarez.

¹³² LEVITSKY, S. (2005), pp. 238-239.

¹³³ LEVITSKY, S. (2005), p. 208.

¹³⁴ LEVITSKY, S. (2005), pp. 206-207.

praticamente unânime. A exceção fica por conta das leis de “flexibilização do mercado de trabalho” nas quais Menem teve de recuar.

Grande parte do partido Justicialista via com bons olhos as propostas de reformas “estruturais” de Menem.¹³⁵ Levitsky chama a atenção para a estrutura organizativa do PJ: (as ações de Menem foram) “(...) *producto de la estructura organizativa del PJ. A falta de una fuerte burocracia central con carreras políticas estables y normas claras sobre los cargos.*”¹³⁶ Não existiam mecanismos regulares participação mais horizontalizada já que os órgãos formais do PJ como o *Congreso Nacional* e o *Consejo Nacional* não cumpriram papel algum como espaço de debate. Também não havia vínculos horizontais entre os dirigentes de segundo nível, o que debilitou a capacidade de debate e de pronunciamento de posições políticas. Levitsky não defende a burocratização do partido ou da política de forma geral; o que se nota em seu texto é que de uma forma ou outra Menem se beneficiou dessa situação para poder deliberar de uma forma muito facilitada. Para o mesmo autor, muitos dentro do justicialismo os que compunham a “velha guarda” se converteram (ou se revelaram) rapidamente em “oportunistas” que passaram para as facções triunfantes para manter-se e melhorar em seus postos de uma forma que o intra-oportunismo partidário foi importante para a cúpula do governo amortecendo fortemente críticas.¹³⁷

Para Marafioti, a grande maioria dos justicialistas, mesmo que possivelmente podendo discordar de parte ou da totalidade dos rumos tomados pelo governo nacional, preferiu se ausentar do debate:

*(...) el silencio de la mayoría de los representantes del justicialismo es un dato no menor. Si se advierte la escasa cantidad de deserciones que tuvo el peronismo, se advierte que aparte de la constitución del “Grupo de los 8”, al inicio del gobierno menemista, no hubo sectores que expresaran públicamente su oposición firme y decidida respecto al desguace que se realizó. Esta conducta si bien puede justificarse desde la conveniencia de estar siempre cerca del poder (...)*¹³⁸

¹³⁵ LEVITSKY, S. (2005), p. 30

¹³⁶ LEVITSKY, S. (2005), p. 30.

¹³⁷ LEVITSKY, S. (2005), pp. 30-31.

¹³⁸ MARAFIOTI, R. – “Argumentos sobre un cierre de época”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, pp. 42-43.

A fragmentação do PJ fez com que Menem tivesse uma grande autonomia com relação aos dirigentes intermediários do partido, porém não tinha tanta capacidade de impor estratégias aos órgãos regionais. De forma geral, estes rejeitaram ou ignoraram quase sempre as instruções vindas da condução nacional e seguiram táticas próprias, que quase sempre não tinham muito a ver com o programa do presidente. Com isso, se no plano maior e nacional os justicialistas acabaram por impor drásticas reformas e mudanças, mas nas filiais locais e provinciais o peronismo seguiu sendo em parte “antimenemista”.¹³⁹

Alguns militantes do PJ recorriam aos recursos do Estado e a ligações pessoais com funcionários favoreciam essa prática para conseguirem para algumas localidades coisas como asfaltamento, iluminação pública e construção de escolas. Alguns não deixavam o partido porque ficariam sem ocupação e não conseguiriam se sustentar. Durante toda a década coexistiram no PJ grupos que se definiam como “nacionalistas” ou até “socialistas” e “revolucionários”, porém não é possível negar que os vínculos mais doutrinários foram declinando. O justicialismo foi aos poucos se desgastando nas camadas mais populares e o impacto da nova identidade peronista para os setores populares foi altamente considerável. Para os de “*abajo*” o peronismo perdeu sua posição de “contracultura” política para reduzir-se a uma lógica de dominação. As mudanças na condução de um governo peronista acabaram por neutralizar parte da ação das ONG’s e do movimento *villero* (luta por habitação) que se organizavam territorialmente e se ligavam de alguma forma às ações clientelísticas do Partido Justicialista.

Resistências ao governo Menem

Durante o governo Menem observamos importantes transformações nos protestos sociais, especialmente no que se refere às mutações de identidades clássicas do sindicalismo e na aparição de novas formas de mobilização, atores e temas na ação política.

Os sindicatos eram considerados até o governo Menem como a referência política na luta social. Apenas sindicatos de trabalhadores públicos manifestaram sua oposição ao modelo econômico e foram sujeitos ativos nos protestos sociais período inicial. Porém não conseguiram barrar as privatizações e foram vistos como por muitos como “protagonistas

¹³⁹ LEVITSKY, S. (2005), p. 202.

melancólicos de uma Argentina do passado”.¹⁴⁰ Segundo Boron e Rey, a maior parte dos sindicatos peronistas entraram em um “desconcerto paralisante”¹⁴¹ frente às rápidas mudanças ocorridas no partido pelo qual tinham trabalhado tanto durante as eleições.

A precarização do mundo do trabalho foi acompanhada por novas formas de contratação, por meio de contratos de “prestação de serviços” e de terceirização que promoveu um “direito de trabalho de segundo tipo”.¹⁴² A maior parte dos sindicatos foi surpreendida pela política de alianças do Partido Justicialista, estava marcada por problemas de representatividade e não se encontraram em fortes condições de enfrentar a flexibilização trabalhista. Paralelo a isso ocorria o processo do justicialismo que colocava as estruturas sindicais subordinadas as estruturas partidárias.

No período 1989-1991, poucos sindicatos dissidentes conduziram manifestações contra as privatizações e outras mudanças econômicas. Em 1992, em San Lorenzo (Santa Fé), a seção local da CGT se comportou como uma exceção com relação às práticas de apoio ao governo federal. Seus integrantes se utilizaram do método de cortes de rua para protestar, algo que seria a estratégia fundamental do movimento *piquetero*, que surgiria na segunda metade da década. Organizados pela CGT de San Lorenzo os trabalhadores do setor ligado à produção de azeite e os trabalhadores municipais de Capitán Bermudez e de outras localidades da região bloquearam ruas e chegaram a ocupar a sede da prefeitura por três vezes num período de 150 dias em protestos contra a política econômica e a redução de salários.¹⁴³ Apesar dessas ações, os conflitos sindicais nos primeiros anos do menemismo se manifestaram em nível regional, revelando uma escassa articulação nacional.

Em 1990, o governo adotou medidas para diminuir a força dos sindicatos, chegando a impor uma série de regras, por exemplo, para uma greve ser considerada “legal”. No início do governo peronista e nos anos imediatamente anteriores, a CGT era encabeçada por Ubaldini, que liderou as greves gerais contra Alfonsín. Alguns dirigentes da CGT, claramente favoráveis à Menem, e alguns altos funcionários do governo fizeram um movimento para diminuir a força de Ubaldini ou de até retirá-lo da central sindical. O

¹⁴⁰ SCRIBANO, A e SCHUSTER, F. – “Protesta social en la Argentina de 2001: entre la normalidad y la ruptura”, in: *Observatorio Social de América Latina*, Publicação de OSAL, setembro de 2001, p. 18.

¹⁴¹ BORON, A. e REY, M. T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (2004), p. 131.

¹⁴² SVAMPA, M. (2005), p. 43.

¹⁴³ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 41.

Ministro de Trabajo, Jorge Triaca, que construiu uma carreira dentro dos meios sindicais afirmou que era “*Ministro de Trabajo, no de los trabajadores*”¹⁴⁴, esteve a frente desse projeto. Em suas palavras: *Ubal dini es un hombre querido y respetado por muchos pero un hombre no puede fracasar un plan.*¹⁴⁵ Com toda essa situação, Ubal dini perdeu parte considerável de seu poder dentro da CGT no Congresso realizado no teatro San Martín em 1989 para eleger a nova Comissão Diretora. Andreoni e Amín surgiram como novos dirigentes máximos da entidade. Mesmo assim, ainda trabalhando dentro da CGT, Ubal dini e seus aliados conseguiram reunir trinta mil pessoas na Praça de Mayo em 1990 em oposição às medidas do governo menemista. A CGT “oficial” perdeu sua postura contestatória e grande parte de seus posicionamentos políticos clássicos. Geraldo Martinez, secretário geral da entidade afirmou, quando perguntado sobre o aumento do desemprego, isentava o governo: “*los inmigrantes son los grandes responsables de la desocupación*”.¹⁴⁶

A resistência inicial ao neoliberalismo teve como atores principais os sindicatos ligados ao Estado, liderados pela ATE (*Asociación de Trabajadores del Estado*) e CTERA (professores) e pelo surgimento de novas centrais sindicais opositoras: a CTA (*Central de los Trabajadores Argentinos*), o MTA (*Movimiento de Trabajadores Argentinos*) e a CCC (*Corriente Clasista y Combativa*).

Em dezembro de 1992, a UOM (metalúrgicos) de Villa Constitución, a CTERA e a ATE criaram a CTA. Sua estratégia se baseava em marchas e organização de abaixo-assinados e participando da constituição de uniões multissetoriais (que nucleavam diferentes setores prejudicados pelas reformas). Se aproximou posteriormente do movimento *piquetero*. Com o apoio praticamente irrestrito dado pela CGT ao governo menemista, com o passar do tempo a CTA passou a se colocar como uma alternativa de central sindical autônoma, tarefa nada fácil na tradição argentina e contando com ex-integrantes do peronismo. As mais importantes ações da entidade no início da década de 90 foram a mobilização por um milhão de assinaturas contra aposentadorias privadas, a marcha federal de 6 e julho de 1994 e paralisações nacionais realizadas em conjunto com a CCC e a MTA. Em 1997 teve um papel importante na formação da FRENAPPO (*Frente Nacional Contra la*

¹⁴⁴ RECALDE, H. – “El sindicalismo argentino 1989-2001: la experiencia del MTA”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 49.

¹⁴⁵ RECALDE, H. – “El sindicalismo argentino 1989-2001: la experiencia del MTA”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 49.

¹⁴⁶ OVIEDO, L. (2001), p. 16.

Pobreza, será melhor explicado à frente). A CTA se constituiu como uma central sindical de novo tipo em alguns aspectos: seu estatuto define eleições diretas dos filiados para os cargos de maior autoridade. Em consonância com uma política multisetorial, a CTA desde o começo se articulou a diversos atores, sendo em frentes sindicais, com a CCC, ou com entidades que vão desde a *Federación Agrária Argentina*, a *Apyme (Asamblea de Pequeñas y Medianas empresas)*, e alguns partidos políticos. A CTA organizava e representava portanto desde desempregados até trabalhadores rurais passando por uma série de outras categorias.

A CTA percebeu o potencial político das organizações de desempregados. Essa visão se diferencia de outras organizações sindicais e tradicionais partidos de esquerda que costumam apenas enxergar as relações estabelecidas no mundo do trabalho, sobretudo o industrial. Em seu Congresso realizado em 1996 seus dirigentes definiram o desemprego como “o problema principal da crise social argentina”.¹⁴⁷

Em fevereiro de 1994, após um movimento iniciado pelos sindicatos da área de transporte (UGTT) com a liderança de Manuel Palácios e Hugo Moyano, reuniram-se alguns sindicatos (trabalhadores farmacêuticos, os pilotos de aviões, entre outros) na fundação do MTA. Essa nova central, porém, diferentemente da CTA, não se separou da CGT, mas se constituiu como um movimento interno opositor. A maioria dos dirigentes presentes em sua fundação tinha o objetivo de “recuperar” (nas suas palavras) a central histórica. Diferentemente da estrutura da CGT, o MTA não tinha um secretário geral, mas uma “*Conducción Estratégica*” elegera em plenárias. Entre os seus primeiros membros estavam Ubaldini e Moyano. Nos primeiros meses, a entidade fez uma série de incursões ao interior do país para armas estratégias comuns de mobilização e apoiar enfrentamentos contra o governo federal. Segundo Recalde, essa prática de pensar a Argentina como um todo diferia muito dos objetivos dos dirigentes da CGT que “*había olvidado a los trabajadores del interior ocupada en sus negocios porteños*”.¹⁴⁸

Em maio de 1994 a CTA e o MTA em conjunto organizaram uma marcha federal. Milhares de manifestantes se dirigiram à *Plaza de Mayo*. Segundo os organizadores, 100

¹⁴⁷ SVAMPA, M. (2005), pp. 220-221.

¹⁴⁸ RECALDE, H. – “El sindicalismo argentino 1989-2001: la experiencia del MTA”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 51.

mil pessoas participaram do evento. A CGT oficialista, através de seu dirigente Antonio Cássia, declarou:

*(...) el modelo confrontativo del movimiento obrero de antaño ya no tiene cabida en estos tiempos, porque el movimiento obrero cambió y el actual secretariado de la CGT acompaña y acompaña este modelo económico, sin renunciar a la lucha por los legítimos reclamos de los trabajadores.*¹⁴⁹

Uma paralisação foi convocada para agosto do mesmo ano também a partir da CTA e do MTA. Desta vez, um número maior de sindicatos se comprometeu a participar. Um dia antes o Governo emitiu um decreto ameaçando os organizadores de que a marcha seria considerada ilegal e conseqüentemente medidas de maior força repressiva poderia ocorrer. O ministro Cavallo entrou na discussão e declarou: *“el derecho de huelga que está contemplado en la Constitución es para defender los intereses legítimos de los trabajadores, no para cambiar la política económica”*.¹⁵⁰ No mesmo dia a Assembléia Constituinte que tinha uma sessão marcada naquela data se pronunciou contra a medida do governo e garantiu legalidade para a paralisação, que se realizou efetivamente em 2 de agosto. Para a Mesa de Enlace Sindical (MTA-CTA) a ação foi um “êxito” e para o governo “um fracasso”.

O PTP-PCR (Partido Comunista Revolucionário de inspiração maoísta) e o PO (*Partido Obrero*, de influência trotskista) em meados da década de 90 apresentavam programas muito semelhantes para a melhoria das condições sociais na Argentina com os seguintes pontos: redução da jornada de trabalho (sem diminuição de salário), reativação de obras públicas, terra e crédito para agricultores pobres, aumento do salário-desemprego, declaração unilateral de moratória da dívida externa e aumento de salários. O número de militantes desses partidos era reduzido.¹⁵¹

Em 1993 foi criada a *“Frente Grande”*, aliança de pequenos partidos autodenominados “progressistas”, núcleos de “esquerda” e individualidades com histórico de luta pelos direitos humanos e de combate contra a corrupção. Parte considerável de intelectuais aderiu à organização, principalmente os mais jovens. O compromisso com a

¹⁴⁹ Citado em: RECALDE, H. – “El sindicalismo argentino 1989-2001: la experiencia del MTA”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 52.

¹⁵⁰ Citado em: RECALDE, H. – “El sindicalismo argentino 1989-2001: la experiencia del MTA”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 52.

¹⁵¹ OVIEDO, L. (2001), p. 17.

mudança política “*posible*”, como eles diziam, surgia da decepção com o governo de Alfonsín e com os primeiros anos de governo Menem. Esse movimento acabou por criar, em 1994, a Frepaso (*Frente por un País Solidario*), partido político liderado pelos integrantes da “*Frente Grande*” e por ex-justicialistas “renovadores” dos anos 1980 como Carlos Alvarez. Constituíram mais tarde juntamente com a UCR a *Alianza*, em oposição ao PJ para disputar as eleições de 1999. A Frepaso também era formada por pessoas que se autodenominavam socialistas, independentes ou democrata-cristãos. Fez todo um esforço para atrair o crescente número de ambientalistas ou ecologistas. Defendeu por um tempo que a dívida social advinha muito mais dos “efeitos colaterais” do modelo econômico do que propriamente de suas estruturas.¹⁵² Apresentava um projeto que definia como de “modernização inclusiva”, que apoiava o pluralismo e investimentos numa “revolução tecnológica”¹⁵³ Tinha grande simpatia e se identificava com a social-democracia européia que naquele momento estava vencendo eleições em vários países da Europa contra os “conservadores”. Já a UCR viu na união com a Frepaso uma boa oportunidade para se reconstruir depois do fracasso ao qual o partido estava vinculado desde 1989.

Ocorreram ainda no primeiro mandato de Menem algumas ações e movimentações opositoras de certa forma independentes de partidos ou sindicatos como o chamado *Santiagoueñazo*. Este se constituiu numa *pueblada*¹⁵⁴ que conseguiu derrubar o poder político institucional em Santiago del Estero em 1993 e marcou em termos de política e de lutas populares o resto da década de 1990 na Argentina. Conti e Mansila afirmam que os *piqueteros* foi um movimento influenciado pelo *Santiagoueñazo*.¹⁵⁵ Oviedo tem mesma opinião: “*el movimiento piquetero es el hijo directo del Santiagoueñazo*”.¹⁵⁶ Os manifestantes de Santiago realizaram ações diretas contra a Casa de Governo, a sede do Legislativo e órgãos do Poder Judiciário, além de mansões de políticos considerados corruptos tanto da situação quanto da oposição. A *pueblada* se estendeu para o interior da província onde ocorreram acontecimentos semelhantes. O senador Eduardo Zavalía havia declarado de forma totalmente propagandística e demagógica durante as eleições que era

¹⁵² SVAMPA, M. (2005), p. 55.

¹⁵³ GODIO, J e MANCUSO, H. (2006), p. 40.

¹⁵⁴ Termo que os argentinos usam para dizer algo como “levante social e político”.

¹⁵⁵ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p.40

¹⁵⁶ OVIEDO, L. (2001), p. 11.

necessário “*la lucha armada para defender la soberania nacional*”¹⁵⁷ e obteve 65% dos votos. Pouco tempo depois Zavalía aderiu ao projeto de reeleição de Menem e ao “*Pacto de Olivos*” entre o então presidente e Alfonsín. No dia 3 de outubro sua casa foi alvo da ira popular e a UCR ficou completamente desacreditada na província. O *Santiagoñazo* misturou estratégias e formas de ação como greves, ações nas ruas, ocupação de prédios públicos e Assembléias Populares. Os estudiosos do episódio têm algumas divergências quanto ao “espontaneísmo” das ações, alguns o aumentando outros o diminuindo por mostrarem as “organizações prévias” dos manifestantes.

Outro episódio político importante ocorreu em Jujuy em 1994, onde os principais protagonistas da ação política ocorrida foram os trabalhadores estatais. Como também ocorreu em Santiago del Estero, Chaco, Catamarca, La Rioja, Tucumán e Corrientes, em Jujuy os trabalhadores estatais saíram em greve e se mobilizaram para conseguir aumento de salários. Ocorreram muitas manifestações nas ruas. As ações opositoras destes atores na cidade já haviam começado em 1990 e foram se repetindo regularmente. Se destacou a figura de Carlos “Perro” Santilán, dirigente do *Sindicato de Empleados y Obreros Municipales*. Em diversas ocasiões, Santilán foi preso. Chegou a ser seqüestrado por um grupo que, segundo os manifestantes de Jujuy, contava com um militar menemista e um secretário do governo municipal.¹⁵⁸ Foi “liberado” depois de grande mobilização popular. A repercussão desses acontecimentos transformou Santilán em uma figura conhecida nacionalmente.

De maio a abril de 1995, ocorreu uma grande greve dos metalúrgicos na Terra do Fogo contra as demissões e fechamento de unidades de produção. As táticas utilizadas foram além das greves: ocupação de fábricas e ação nas ruas. Durante esses acontecimentos morreu o metalúrgico Victor Choque devido à ação das forças repressoras.¹⁵⁹ Apesar de os cortes de ruas não terem sido utilizados, essa greve é considerada um antecedente da mobilização de desempregados, (que só cresceria nos anos seguintes) já que grande parte dos manifestantes era composta por essa parcela da sociedade.¹⁶⁰

¹⁵⁷ OVIEDO, L. (2001), p. 12.

¹⁵⁸ OVIEDO, L. (2001), p. 13.

¹⁵⁹ OVIEDO, L. (2001), p. 13.

¹⁶⁰ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), pp. 43-44.

Segundo Maceira e Spaltenberg, o ano de 1994 foi de inflexão na Argentina com relação aos protestos sociais. O país batia recordes de desemprego e sub-ocupação, e os desempregados passaram então a tomar a dianteira nas mobilizações sociais através dos cortes de ruas.¹⁶¹ Menem respondia aos críticos com relação ao aumento do desemprego desvinculando o fato das práticas de seu governo e colocando a culpa no chamado “desemprego estrutural”: “*Sí, es cierto, hubo un pequeño crecimiento de la desocupación, pero es producto de avance en el campo de la producción a partir de la tecnología y de la ciencia incorporada en este ámbito (...) No es tan alarmante como en otras partes del mundo*”¹⁶²

Segundo Mandato

Na segunda metade dos anos 90 a oposição interna do próprio justicialismo à Menem foi crescendo de forma contínua. A facilidade que o presidente teve de conseguir apoio no Legislativo foi muito maior no seu primeiro mandato do que no segundo. Várias de suas propostas simplesmente não passaram pela aprovação do Congresso. Menem tentou em 1998 a possibilidade de poder concorrer a um terceiro mandato, que encontrou resistência de metade dos membros do próprio PJ, além de ser refutada na Corte Suprema inclusive por membros que haviam sido indicados sob sua administração, e a idéia teve de ser abandonada.¹⁶³ As variáveis econômicas foram piorando mais fortemente por volta de 1996-7 e vários governadores justicialistas passaram a pedir medidas mais enérgicas do governo contra o desemprego. Surgiu uma aliança de “*caudillos*” encabeçadas por Vicente Joga chamada de “*Gran Norte*” que contava com por volta de vinte legisladores das províncias nortistas. Um segundo grupo antimenemista foi a “*Corriente Peronista*”, criada por Nestor Kirchner, então governador de Santa Cruz, que contou posteriormente com as adesões dos governadores de Entre Ríos e o vice-governador de Buenos Aires, respectivamente Jorge Busti e Rafael Romá. A “*Corriente Peronista*” era marcadamente

¹⁶¹ MACEIRA, v e SPALTENBERG, R. – “Una aproximación al movimiento de desocupados en el marco de las transformaciones de la clase obrera en Argentina”, in: *Observatorio Social de América Latina*, Publicação de OSAL, setembro de 2001, p. 24.

¹⁶² Citado em: CANELO, P. (2001), p. 28.

¹⁶³ LEVITSKY, S. (2005), p. 308.

opositora.¹⁶⁴ Em 1999, já uma década depois de que Menem assumiu o governo, apenas 4 das 24 províncias em que atuava o PJ estavam controlados por menemistas: a Capital Federal, La Rioja, Neuquén e San Juan. A maior parte era controlada portanto opositores.¹⁶⁵

A dissociação dos sindicatos nucleados pela CGT e as grandes mobilizações populares acontecidas na Argentina não encontram paralelo em nenhum outro momento desde a criação da entidade. Em dezembro de 1996 se realizou uma paralisação geral contra os decretos presidenciais que estabeleciam a chamada “flexibilização do trabalho”. Fizeram parte desse movimento a CTA, o MTA, a UCR, a Frepaso, partidos de esquerda, agrupamentos estudantis e organizações de direitos humanos e sociais.¹⁶⁶

Segundo alguns autores o espaço de organização política do povo argentino aos poucos estava passando da “fábrica para o bairro”. Este se tornou o local de interação de diferentes autores sociais que se reuniam em restaurantes, organizações de base, comunidades eclesiais e organizações não-governamentais.

Na segunda metade da década a Frepaso se aproximou das centrais sindicais opositoras e do movimento dos *piqueteros*. O relacionamento entre a Frepaso e a chamada Mesa sindical CTA-MTA é descrita da seguinte maneira por Godio e Mancuso:

*(...) existieron fluidas relaciones entre 1996 y 1999 entre el Frente Grande y la CTA y el MTA. Pero para la Frente Grande esas relaciones se establecían dentro de la teoría organizativa de los círculos concéntricos de militantes articulados por un “partido de opinión mediático”. Esto condujo a degradar la relación a un trato de ventajas mutuas muy coyunturales (los sindicatos lograron introducir algunos candidatos en los poderes provinciales y nacionales y otras instituciones del Estado luego del triunfo electoral de noviembre de 1999, a cambio del apoyo electoral informal y cauteloso de la Mesa Nacional del CTA a la Alianza).*¹⁶⁷

Em 1997 ocorreram novas crises financeiras nos chamados “países emergentes”, no leste asiático e posteriormente na Rússia, que foram novamente muito maléficas para a economia argentina. Da mesma forma que com a crise mexicana, os liberais se apressaram

¹⁶⁴ LEVITSKY, S. (2005), p. 243-244.

¹⁶⁵ LEVITSKY, S. (2005), p. 252.

¹⁶⁶ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 188-189.

¹⁶⁷ GODIO, J e MANCUSO, H. (2006), p. 146.

em atribuir qualquer problema econômica interno apenas ao exterior. Houve uma retração da disponibilidade de ajuda e empréstimos aos países “em desenvolvimento”. Em 1999, uma nova série de choques negativos ocorreu com a desvalorização do real (o Brasil havia se tornado um parceiro comercial muito maior a partir da criação do Mercosul) e a valorização do dólar no mercado mundial fez com que ocorresse o mesmo com o peso. A economia entrou num ciclo vicioso: os constantes déficits na balança de pagamentos faziam com que as reservas diminuíssem prejudicando assim a própria base monetária do Regime de Convertibilidade. Com isso o governo dependia de mais financiamentos externos e aumentava ainda mais sua dívida externa. A desvalorização da moeda brasileira em janeiro de 1999 fez com que o governo argentino utilizasse uma política protecionista (mesmo que tímida) em defesa das empresas nacionais por melhores resultados na balança comercial que destoava da condução da política econômica até então. Foram tomadas inclusive medidas chamadas de “barreiras não-tarifárias”. Esse protecionismo foi usado apenas contra o Brasil, e não com as grandes potências da economia mundial. Paradoxalmente o governo da Argentina tomava dianteira em acelerar negociações da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), demonstrando claramente que a visão da política externa daquela década privilegiava muito mais o diálogo com os EUA do que com os países da América do Sul.¹⁶⁸

Eleições de 1999 e governo Fernando De La Rúa

Os principais candidatos da campanha presidencial de 1999 foram Fernando De La Rúa, candidato da *Alianza*, Eduardo Duhalde, candidato do PJ (ainda que enfrentando Carlos Menem pela liderança interna do partido) e Domingo Cavallo, que havia criado o seu próprio partido, o “Ação pela República”.

O programa para a condução da política econômica dos principais candidatos era muito semelhante. No fim de julho os potenciais futuros ministros da economia visitaram Wall Street e todos consensuaram pela continuidade da lei de convertibilidade, das privatizações, do cumprimento dos compromissos financeiros externos e de redução do

¹⁶⁸ BOUZAS, R. – “La Argentina y la economía internacional”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), p. 165.

déficit fiscal.¹⁶⁹ O Plano de Convertibilidade ainda era visto com bons olhos por grande parte da sociedade que fazia uma associação direta deste com a estabilidade dos preços. Isto pode ser comprovado nas plataformas eleitorais dos candidatos nas eleições nacionais que não faziam declarações de por fim ao plano. Numa pesquisa realizada antes das eleições¹⁷⁰, os argentinos ao serem perguntados sobre o momento econômico do país, respondiam em geral que apesar de nos planos individuais (*a nivel de su bolsillo*) as coisas estarem muito mal, não queriam grandes alterações na condução da política econômica. O principal economista da *Alianza*, José Luis Machinea, expressava o apoio da coalizão para manter o sistema de Convertibilidade. Seu diagnóstico para a crise econômica e suas respectivas saídas se davam em torno de outras questões como equilíbrio fiscal e apoio à produção. Já Duhalde, mesmo apresentando um programa de continuidade, apelava ao peronismo histórico com declarações de cunho nacional-popular e colocava seu adversário da UCR como “*emisario de los poderes externos*”.¹⁷¹ Domingo Cavallo, por sua vez, defendia redução de impostos e controle do déficit fiscal. Como a sociedade buscava de forma geral nessas eleições por uma “mudança”, Duhalde procurava se distinguir do governo de seu partido: “*Yo soy el cambio, no la continuidad del presidente Carlos Menem*”.¹⁷² O candidato justicialista, durante a campanha, realizou a estratégia de recorrer às palavras e aos símbolos do peronismo tradicional, chegando a defender o não-pagamento da dívida externa. Nas mesmas eleições, a UCD de Álvaro Alsogaray, partido da “direita-conservadora” se incorporou ao PJ. Os partidos de “esquerda” há décadas são completamente marginais na política argentina do ponto de vista de resultados eleitorais. Nas eleições de 1999 tiveram um crescimento do número de votos (em conjunto 7% em Buenos Aires) mas ainda abaixo dos partidos mais tradicionais.¹⁷³

O triunfo da *Alianza* (Frepaso-UCR) em 1999 acabou por lembrar a vitória de Alfonsín em 1983 e o de Carlos Menem em 1989 devido a um forte simbolismo

¹⁶⁹ VALCARCE, F. L. (2002), p. 8.

¹⁷⁰ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 261.

¹⁷¹ VALCARCE, F. – “Agenda política, producción de sentido y conflictos sociales en la Argentina: El último año del gobierno de Menem”, in: LEVY, B. (org.) – *Crisis y Conflicto en el capitalismo latinoamericano: lecturas políticas*, p. 38.

¹⁷² Citado em VALCARCE, F. – “Agenda política, producción de sentido y conflictos sociales en la Argentina: El último año del gobierno de Menem”, in: LEVY, B. (org.) – *Crisis y Conflicto en el capitalismo latinoamericano: lecturas políticas*, p. 47.

¹⁷³ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), p. 264.

salvacionista e de ruptura, logo transformados em ilusão.¹⁷⁴ O combate à corrupção e a retomada do desenvolvimento econômico eram as principais esperanças que os otimistas tinham com relação da nova chegada da UCR novamente no governo federal:

*El gobierno da la Alianza llegó a la Casa de Gobierno (...) rodeado de grandes expectativas de la sociedad. Se esperaba entonces que la nueva administración trabajara para reconstituir el prestigio de instituciones manchadas de corrupción y clientelismo político. Había también expectativas en la recuperación de la economía y en una mejora en las condiciones de vida de una población que estaba sufriendo falta de trabajo y deterioro de sus ingresos.*¹⁷⁵

Longe de escutar as razões que lhe deram a vitória, o governo da *Alianza* foi marcado por uma forte continuidade, cada vez mais acentuada com o governo menemista anterior. Fernando De La Rúa afirmava durante as eleições: “*Conmigo, un peso es un dólar*”.¹⁷⁶ Domingo Cavallo declarou no *La Nación* que frente aos problemas do desemprego e da crescente pobreza, a atitude deveria ser de aprofundar ainda mais as atitudes do governo menemista e não “voltar ao passado”:

*(...) si le echamos la culpa del desempleo a la reforma económica, a las privatizaciones o a la apertura, entonces nunca vamos a encarar las reformas pendientes (...) frente al problema de la pobreza hay dos actitudes por tomar: una revolucionaria, que es bregar por más reformas, y otra completamente reaccionaria, que califica a las reformas de la década del '90 como neoliberales o conservadoras y defiende una vuelta a los '70 o a los '80.*¹⁷⁷

Apesar de teoricamente a *Alianza* contar com uma formação mais heterogênea devido à presença de membros da Frepaso, as decisões mais importantes do governo de De La Rúa, da mesma forma que o governo de Menem, eram tomadas por uma pequena cúpula e não se ouvia a maioria das pessoas que trabalharam pela vitória eleitoral da coligação:

¹⁷⁴ CARLINO, A. e STUART, A. – “Un enfoque multidimensional de los veinte años de democracia argentina”, in: *América Latina a comienzos del siglo XXI: perspectivas económicas, sociales y políticas*, Homo Sapiens Ediciones, p. 133.

¹⁷⁵ Clarin, 21/12/2001.

¹⁷⁶ ARONSKIND, R. – “Populismo neoliberal, o el arte de armar coaliciones antinacionales”, in: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 27.

¹⁷⁷ La Nación (11/04/1999)

(...) *el primer gabinete de De La Rúa, que en su composición reflejó bastante fielmente la heterogeneidad de la Alianza, y que nunca logró funcionar como una unidad articulada.*¹⁷⁸

No final da década de 1990 a contestação política obteve um crescimento considerável evidenciado pelo surgimento de um grande número de publicações vinculadas ao marxismo, assim com rádios FM não-comerciais, produtoras de comunicação alternativa e centros culturais de características de forte oposicionismo. Também foi criada na mesma época a *Universidad Popular* pelas *Madres de la Plaza de Mayo* que organiza cursos e atividades destinadas preponderantemente à militância social e política, conseguindo uma vasta repercussão, não isenta de conflitos e divisões. As *Madres* procuraram construir instituições educativas não-estatais orientadas à formação cultural e política dos que se identificam com a transformação do mundo “*desde abajo*” em suas palavras, sem os bloqueios e formalidades da vida acadêmica, porém mantendo uma aspiração de sistematicidade.¹⁷⁹

¹⁷⁸ NOVARO, M. (2001), p. 23.

¹⁷⁹ GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. (2004), pp. 230-231.

Cap. 3 – *PIQUETEROS*: ORIGENS E DIVERSIDADES PELO TERRITÓRIO ARGENTINO

O movimento *piquetero* teve sua origem no interior e nas maiores cidades do país. No primeiro caso mais fortemente vinculado ao colapso das economias regionais relacionadas com o processo de privatizações. Já na grande Buenos Aires, por exemplo, está relacionado com as assembléias e movimentos populares, ligados a um crescente processo de desindustrialização.

Os grupos de *piqueteros* foram criados a partir de diferentes formatos e conjunto de experiência de seus integrantes, porém o fato de estar desempregado era o mais recorrente entre eles. Uma parte das lutas *piqueteras* advém de uma tradição prévia de movimento por moradia e serviços básicos como asfaltamento, energia elétrica, postos de saúde, água, etc. organizada por bairros. Outros movimentos de trabalhadores desempregados se organizaram a partir de partidos políticos¹⁸⁰ ou por ex-militantes que se desvincularam de uma lógica sindical-partidária. Parte dos *piqueteros* tinha uma origem de militância dentro do peronismo. Porém, muitos integrantes do movimento não haviam tido na suas vidas grande contato com essas organizações e influências (partido, sindicato, peronismo), principalmente os mais jovens.

As primeiras experiências chamadas de *piqueteras* ocorreram nas comunidades petrolíferas de Cutral-Co e Plaza Huincul, na província de Neuquén, e em General Mosconi e Tartagal, na província de Salta. Nesses lugares o desemprego ostentava taxas mais elevadas do que as registradas na média nacional. Foi visível um dismantelamento de marcos culturais e sociais que tinham orientado a vida de várias gerações de trabalhadores, que ocorreu pela retirada do Estado e a conseqüente mudança nas estáveis relações de emprego e economias locais.

O movimento começou a organizar-se no começo de 1995, na época em que se preparava à reeleição de Menem, sob a forma de comissões de desempregados no âmbito

¹⁸⁰ Pólo Obrero (Partido Obrero, trotskista), Barrios de Pe (Partido Pátria Libre), Movimiento Territorial de Liberación (Partido Comunista Argentino) e o Movimiento Teresa Vive (Movimiento Socialista de los Trabajadores). Nesses casos as organizações seguiram diretrizes enviadas pelos comandantes dos partidos e a suas ações tinham ligação com o institucional e com objetivos também eleitorais a serem alcançados.

municipal ou de bairros. Nos primeiros bloqueios de ruas de Neuquén e Salta participaram, além de desempregados, comerciantes, pequenos empresários, sindicalistas, etc.

Os grupos de *piqueteros* se organizavam e debatiam a partir de Assembléias, realizadas por bairros, em que todos tinham direito à fala e ao voto. Empreenderam uma retomada do espaço da rua como local da ação política. Sobre as práticas políticas do movimento Hernan Ouviaña afirma: “*Esta creciente apertura de procesos decisivos y autogestivos en el ámbito social nos obliga a repensar -a la vez que distinguir- las nociones tradicionales de Estado y espacio público.*”¹⁸¹ Representaram a novidade na política Argentina trazendo novas formas de ação: “*Los piqueteros se han ganado un lugar entre las imágenes que hoy expresan el conflicto social en la Argentina. La razón de esta notoriedad reside, en parte, en su capacidad para inaugurar tendencias políticas, en un tiempo y en un lugar donde las necesidades de renovación no podían esperar.*”¹⁸²

Neste capítulo apresento um breve histórico sobre os movimentos que surgiram pela Argentina a partir de 1994. A identidade dos piqueteros foi definida por seu modo de ação, como os “*cortes de rutas*” e pela leitura da crise econômica que atingia o país. Em cada região, como se observa nos relatos seguintes, há pontos de convergência – que ajudaram a configurar o movimento nacional – e especificidades relacionadas à economia local, às demandas e dos sujeitos que atuaram. Esta observação é importante, pois a novidade dos *piqueteros* pode ser reconhecida na diversidade de ações e nas diferenças do nível de organização dos manifestantes, que será debatida ao final do capítulo.

NEUQUÉN

Em Neuquén, tanto nas cidades menores como na capital provincial, formaram-se as primeiras coordenadorias (ou comissões) de desempregados e ocorreram as primeiras manifestações *piqueteras*. O primeiro corte de rua foi realizado na localidade de Senillosa em 1994. Foi organizado por trabalhadores desempregados do setor de construção civil a

¹⁸¹ OUVIÑA, H. (2003), p. 6.

¹⁸² LENGUITA (2003), p. 5.

partir de uma Assembléia e de uma greve que se espalhou pela cidade e passou a incluir outras categorias. Houve a participação de militantes de partidos políticos nas coordenadorias.¹⁸³

Perante a mobilização, o governo provincial em Neuquén estabeleceu subsídios, através da lei 2128, de 200 pesos para os chefes de família desempregados. Porém a lei não foi completamente regulamentada, numa demonstração de tentativa de desmobilizar o movimento. Com isso, o primeiro pagamento só ocorreu sob nova pressão que incluiu ocupação de prédios públicos em Neuquén capital e em Senillosa. Apesar da lei considerada uma espécie de “vitória” em algum grau, os militantes não deixaram de discordar do montante pago, do fato de serem excluídas pessoas que não eram ali residentes por um período de mais de dois anos (cinco anos para estrangeiros) e principalmente pelo fato de não se reconhecer mulheres como chefes de família. Tempos depois, 3000 pessoas realizaram uma manifestação reivindicando um aumento do valor do subsídio e foram reprimidos pela forças institucionais com cacetetes, balas de borracha e gases. A busca policial se espalhou pelos bairros realizando batidas para encontrar os principais ativistas da Coordenadoria. Muitos foram presos.

Em maio de 1996 ocorreu o primeiro *Encuentro de Trabajadores Desocupados de Neuquen*, que contou com a participação da *Coordinadora de Desocupados de Neuquen capital*, com comissões de desempregados de cidades do interior da província e da Mesa diretora regional da CTA. Após intensos debates foi aprovado um programa que defendia, entre outras coisas: Levar adiante a mobilização dos desempregados maiores de 16 anos, repúdio às diminuições de subsídios aos desempregados, incorporação imediata sem nenhuma discriminação dos trabalhadores que perderam seus empregos com a lei 2128, mobilização para que todos consigam um seguro-desemprego de 500 pesos, colonização de terras para serem aproveitadas pelos desempregados na produção agrícola, plano de obras públicas que absorvam mão-de-obra dos desempregados, oposição a demissões e diminuição da carga horário dos empregados sem diminuição salarial. Além dessas reivindicações, o programa também pedia liberdade para os *piqueteros* presos, expressava pela unidade dos trabalhadores empregados e desempregados, rechaçava a diminuição

¹⁸³ PO, MAS e PTP-PCT. Este último também começou a trabalhar na organização dos desempregados, o que significou um giro com relação à forma que este vinha encarando o movimento até então.

salarial de professores e funcionários públicos e convocava para uma “urgente entrevista” o governador da província para discutir a situação e as propostas do movimento.¹⁸⁴ Na seqüência do encontro foi feita uma passeata de professores e trabalhadores estatais em conjunto com a Coordenadoria dos *piqueteros* que se somou à marcha com uma coluna e uma declaração própria.

Em abril, mil trabalhadores bloquearam as ruas – os métodos *piqueteros* estavam começando a ser utilizados inclusive por trabalhadores que estavam empregados naquele momento. Em maio de 1996 ocorreu o *Primer Congreso de Desocupados de Neuquén*, convocado em conjunto pela Coordenadora e pela CTA. Esse Congresso teve ampla representatividade: contava com delegados de várias cidades da província. Para Jorge Mora, dirigente da Coordenadora, criticou a CTA dizendo que seu objetivo não era discutir os problemas a fundo mas sim aumentar a sua base já que sua força nos sindicatos tradicionais não estava tão forte. Chegou um momento em que a CTA foi pressionada por vários pronunciamentos se retirou do Comitê o que gerou comemorações de delegados que não queriam participações de cunho sindical.¹⁸⁵ Porém, no fim, votou-se por uma unidade entre os trabalhadores “*ocupados e desocupados*”. A decisão final do Congresso foi a de organizar uma marcha contra a “fome e o desemprego” para 21 de junho. Nesse dia se iniciou o primeiro *Cutralcazo*.

Piqueteros em grande número bloquearam uma das ruas mais importantes de Cutral Co e obrigaram o governador negociar no local. Importantes concessões foram adquiridas: reconexão de luz e gás nas casas dos desempregados, o pagamento de subsídios, realização de importantes obras públicas (como um hospital) e a promessa que nenhum tipo de ação penal seria feita contra os manifestantes. Esse ponto do acordo como outros, não foi respeitado: pouco tempo depois foi preso o *piquetero* Basílio Estrada¹⁸⁶ e se iniciou uma escalda repressiva contra os desempregados. O *Cutralcazo* não foi um movimento isolado. Em Senillosa e Plottier os *piqueteros* também bloquearam ruas reivindicando “direitos” iguais aos obtidos por seus companheiros de Cutral Co e Plaza Huincul.

Na mesma província de Neuquén, em março de 1997, ocorreu outra *pueblada*, a de Rincón de los Sauces onde se bloqueou o acesso às jazidas da YPF e houve uma greve

¹⁸⁴ Programa Aprobado em el Encuentro de Trabajadores Desocupados de Neuquen, maio de 1996.

¹⁸⁵ OVIEDO, L. (2001), p. 41.

¹⁸⁶ OVIEDO, L. (2001), p. 43.

docente que impediu o início do ano letivo. Esta greve foi rodeada de iniciativas, e apoio efetivo da comunidade: se constituiu uma *Coordinadora de Padres* e uma *Coordinadora de Estudiantes Secundários*. As marchas em apoio aos professores foram se tornando cada vez maiores. Os professores da vizinha Río Negro também estavam em greve. Muito dos trabalhadores estatais, que também sofreram reduções de salários, também tinham intenções de aderir à mobilização, porém a burocracia sindical fez de tudo para impedi-los.¹⁸⁷ Dias depois os manifestantes bloquearam a ponte que une Neuquén à Río Negro. Essa ação contou com mais de 10 mil professores, estudantes, simpatizantes da causa e *piqueteros*. Os policiais avançaram pela ponte e encontraram uma fortíssima resistência. Jovens do bairro Sapere (vizinho à ponte) foram os mais atuantes contra a polícia atirando pedras por horas. Apenas dois dias depois, numa negociação que envolveu representantes dos professores, a CTA, a Frepaso, a Igreja e alguns deputados a ponte foi liberada.

Após esses acontecimentos, sob pressão das Assembléias, uma nova jornada de mobilização em 9 de abril foi convocada para várias localidades de Neuquén. Foi o início do chamado segundo *Cutralcazo*. Novamente em Cutral Co e Plaza Huincul o povo saiu às ruas e os desempregados somados aos jovens secundaristas (que tiveram um papel fundamental) cortaram uma série de ruas. Havia um ressentimento acumulado pelo não cumprimento das negociações do primeiro *Cutralcazo*. A polícia, ao reprimir os que bloqueavam as ruas, seguiu-os por vários quarteirões, fez com que o conflito se espalhasse por toda a cidade e com que pessoas que não estavam diretamente envolvidas aderissem aos manifestantes. Todos os comentários das testemunhas afirmam que os meninos menores de 10 anos que eram encontrados pela polícia foram recolhidos e levados a um lugar desconhecido onde ficaram retidos por horas.¹⁸⁸ Em determinado momento os policiais tiveram de recuar e organizou-se uma Assembléia Popular que se considerou o poder legítimo na cidade. Diante da ação conjunta entre *piqueteros* e professores a direção nacional da ATEN (sindicato de professores) declarou que os cortes de rua não tinham o seu apoio e justificou a repressão aos “marginais”, segundo eles. Na noite do dia seguinte, o mesmo em que morreu assassinada pela polícia a manifestante Teresa Rodriguez, que se tornou um símbolo do movimento por ser sua primeira vítima fatal, 15 mil pessoas

¹⁸⁷ OVIEDO, L. (2001), p. 47.

¹⁸⁸ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 23.

compareceram na frente da Casa do Governo. Realizou-se um encontro entre a direção da ATEN local e o governador para tentar solucionar o conflito. Quando a multidão foi informada do conteúdo da negociação, foram ouvidos em uníssono gritos de “traidores” aos dirigentes do sindicato por não solucionar nenhum dos problemas enfrentados pelos professores além de abandonar a ação conjunta com os *piqueteros*.

Nas eleições provinciais que foram realizadas pouco tempo depois, a Frepaso, que tentava se aproximar dos *piqueteros*, retirou sua candidatura própria e em conjunto com a CTA apoiou Benítez, candidato da UCR, que não teve participação nenhuma nos acontecimentos do *Cutralcazo*. A unidade Frepaso-UCR em Cutral Co foi o antecedente do que mais tarde seria a *Alianza*. A influência dessas organizações sobre os *piqueteros* e as ilusões que alguns deles depositaram em Benítez fez o movimento em Cutral Co ter um breve refluxo.

BUENOS AIRES

Após os primeiros acontecimentos em Neuquén começou a se espalhar por todo território argentino organizações de trabalhadores desocupados. Na Grande Buenos Aires foram aos poucos surgindo organização por bairros (*Florencio Varela, Quilmes, Villa Jardín, Villa Unión, San Martín*) ao mesmo tempo em que ocorria o mesmo no interior da província (Bahia Blanca, La Plata, Ensenada, Mercedes e Carlos Casares). Junto com a extensão do movimento, surgiram os primeiros esforços para uma coordenação entre eles. Em junho de 1996 se realizou em San Justo uma plenária chamada de “*pro-marcha de los desocupados del conurbano bonaerense*”. Pela primeira vez o movimento *piquetero* se organizava para além de limites municipais na província. Compareceram 87 organizações (algumas delas partidos políticos). Em setembro daquele ano, o movimento *piquetero* realizou uma marcha até a *Plaza de Mayo*.

Em San Francisco Solano, município da Grande Buenos Aires o MTD (*Movimiento de Trabajadores Desocupados*) local foi formado em agosto de 1997. Nesse mês, para buscar uma solução para o desemprego que as afetava, cerca de 200 pessoas (sem antecedentes de militância política) realizaram um primeiro encontro na igreja do bairro de San Martín. Desde os anos 80, muitas pessoas do local tinham ocupado terras com a articulação das comunidades eclesiais de base. Desse encontro deliberou-se realizar uma

marcha até o centro da cidade. O movimento foi exitoso em conseguir alguns subsídios, porém, dois meses mais tarde, perante o não-cumprimento dessas negociações os integrantes do MTD-Solano realizaram o primeiro corte de rua da localidade. O então governador de Buenos Aires, Eduardo Duhalde, pediu ao bispado para desarticular o movimento, que ganhava cada vez mais força ao redor da Igreja. O padre Alberto Spagnuolo se negou a parar com a mobilização, sendo muito mal visto por seus superiores. Um documento oficial da Cúria determinou: “*la Iglesia no organiza a los desocupados sino que los socorre*”¹⁸⁹. Alguns clérigos que se envolveram com os *piqueteros* foram primeiro advertidos e depois expulsos da Igreja, como o próprio Spagnuolo que continuou se colocando como padre e líder político. O MTD-Solano passou a ser referência para os marginalizados dos bairros vizinhos, onde se criaram outros MTD’s.¹⁹⁰

Naquele momento, Eduardo Duhalde, então governador da província, tinha um aparato assistencialista formado por mulheres (chamadas de *las manzarenas*) que acabava por atender um número pequeno de desempregados. Incluía-se a entrega de alimentos e a inscrição para os “*planes de empleo*”. Porém, para participar, os desempregados eram obrigados a se filiar no PJ, o que gerava um descontentamento muito grande. Durante a campanha eleitoral de 1997, a equipe de Duhalde chegou a entregar alguns desses benefícios assistencialistas nos comícios do PJ.

Em junho daquele ano os desempregados cortaram uma rua em Buenos Aires com a presença de 1000 *piqueteros* e a ação teve a duração de três dias. O movimento foi vitorioso já que dois planos assistencialistas de Duhalde que estavam preparadas para saírem apenas bem próximo as eleições tiveram de ser antecipados. Ajudou na decisão dos governantes os recentes ecos que ainda soavam dos *Cutralcazos* e do *Tartagalazo*.¹⁹¹ Esses planos, chamados de “*Plan Vida*” e “*Plan Barrios*”, eram formados por subsídios aos desempregados e melhorias nos bairros periféricos.

A crescente quantidade de desempregados de La Matanza (município da Grande Buenos Aires) passou a ser organizada por Carlos Alderete, (militante do PCR) e constituiu o CCC de La Matanza que atuava ao mesmo tempo no âmbito sindical e com os desempregados. Em poucos anos essa secção local se tornou a “cabeça” da CCC em nível

¹⁸⁹ Citado em: OVIEDO, L. (2001), p. 69.

¹⁹⁰ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), pp. 80-81.

¹⁹¹ Será melhor explicado à frente.

nacional. Com uma política baseada na obtenção de *planes de empleo* e ajuda alimentar ocorreu um crescimento constante de seu número de integrantes, inclusive num raio de vários bairros vizinhos. Alguns trabalhadores industriais que estavam na sua cúpula no início da organização começaram a abandonar pouco a pouco com o argumento de que “estavam abandonando a luta no setor sindical” e de que não se trabalhava pela “união dos empregados com os desempregados”.¹⁹² Outra grande organização surgida em La Matanza foi a FTV (*Federación Tierra y Vivienda*), constituída oficialmente em 1998 no bairro El Tambo como proposta da CTA. Lutou inicialmente pela regularização das terras ocupadas pelos seus integrantes. Segundo seu líder, Luis D’Elía, a FTV

(...) se constituyó gracias a la propuesta de la CTA de identificar como ámbito de organización de la clase obrera no ya la fábrica o el lugar de trabajo, sino el territorio, debido a la creciente desocupación.¹⁹³

A FTV foi obra conjunta da CTA e da Frepaso, porém não teve participação no governo da *Alianza* pois em pouco tempo ocorreu a expulsão de D’Elía, que queria mais força para os movimentos sociais na coligação. Convivendo na mesma localidade, a CCC e a FTV atentos a seus princípios programáticos comuns estabeleceram uma aliança. A primeira ação conjunta foi o bloqueio de uma rua em 1999. Também construíram um centro de saúde com o trabalho voluntário da comunidade, além restaurantes populares, carpintarias e as chamadas *Escuelas de Desocupados* onde os desempregados recebiam cursos e debatiam questões como violência familiar, alcoolismo, drogas, prevenção de doenças, entre outros.

O MTD de Florencio Varela (cidade na região metropolitana de Buenos Aires) surgiu em 1997, organizando um pequeno bloqueio de rua que resultou na obtenção de 50 “*planes de empleo*”, isto é, pagamentos em troca de algum trabalho precarizado. O segundo bloqueio de ruas que realizou foi muito maior: contou com 1500 desempregados e conseguiu mil “*planes*”. A partir desses triunfos, o MTD de Florencio Varela se converteu na das organização mais importantes da Grande Buenos Aires chegando a se subdividir na “ramal Quilmes”. Esse MTD era muito heterogêneo na sua formação: reunia pessoas

¹⁹² MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 50.

¹⁹³ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 51.

ligadas à Igreja Católica, às Mães da Praça de Maio passando por anarquistas e uma ala ligada al movimento *Quebracho* ¹⁹⁴ Era hostil aos partidos de esquerda e chegou a expulsar militantes por serem filiados a qualquer um deles. Afirmavam que seu objetivo último: “*lo principal es la toma del poder*” ¹⁹⁵

Uma outra organização que uniu forças com a CCC foi o *Movimiento Independiente de Jubilados y Pensionados* (MIJP), porém sem nunca perder sua autonomia. Esta organização, que tem como base a Zona Sul de Buenos Aires, mudou o seu nome trocando a palavra *Pensionados* para *Desocupados*, tornando-se assim em 1999 na sigla MIJD, devido à importância política que o termo vinha tomando. Sua ação até 1997 (sua criação foi em 1993) era a de ajudar a alimentar milhares de aposentados. Com o tempo, decidiram também por utilizar a estratégia *piquetera* de bloquear as ruas. Em solidariedade aos salteños de Tartagal ocuparam por várias horas a ponte La Noria, de onde foram expulsos pela polícia. A partir desse momento, o crescimento da MIJD foi notável. Poucos meses depois conseguiram planos assistencialistas do governo, com os quais abasteciam os seus restaurantes populares. Uma grande ação realizada pela MIJD foi organizar um bloqueio na ponte Pueyrredón em conjunto com outras organizações de aposentados. ¹⁹⁶

Na virada de 1997 para 1998 o MTD Florencio Varela organizou um corte de rua e foi surpreendido com uma grande repressão policial para o qual não estava preparado. Aí se tem início de uma virada de estratégia dos governantes que começaram a perceber que os planos assistencialistas mais faziam o movimento *piquetero* crescer do que se conformar. Passou-se então a não renovar os “*planes*” que haviam sido acordados em situações anteriores e o movimento foi de certa forma colocado na defensiva. Após estes acontecimentos ocorreu um racha neste MTD e surgiu o *Movimiento Teresa Rodriguez*. O MTR teve um importante papel no desenvolvimento do movimento *piquetero* na Zona Sul da Grande Buenos Aires e foi grande vítima da repressão policial quando teve de uma vez só 60 de seus integrantes presos. O MTR era considerado como uma das organizações de desempregados mais independentes dos partidos políticos. Seus integrantes se definiam

¹⁹⁴ “Movimiento Patriótico Revolucionario - Quebracho” é uma organização formada por jovens de inspiração anarquista que por vezes realizou ações diretas de maior radicalidade e violência. Seus integrantes usam panos para cobrir os rostos e vão à manifestações armados de pedaços de pau.

¹⁹⁵ OVIEDO, L. (2001), p. 67.

¹⁹⁶ Um duro golpe na organização foi a prisão de seu líder, Raúl Castells, após um protesto que reivindicava comida na frente de uma loja da cadeia norte-americana de supermercados Wal-Mart. Depois de meses foi liberado depois de pressão popular em um momento em que fazia greve de fome.

como “*un movimiento popular, social y político independiente de línea guevarista, crítico hacia los aparatos tradicionales y contrario a la postura electoralista de otros sectores*”.

¹⁹⁷ O MTR cobrava os planos assistenciais, mas seu projeto político, nas palavras de seu líder Roberto Martino, era o de “*pasar a otra etapa de la lucha. Hay que pasar de los cortes de rutas a la toma de fábricas y tierras para producir, porque sólo así habrá trabajo genuino*”. ¹⁹⁸

SALTA

Em maio de 1997, enquanto ainda se ouviam os ecos do segundo *Cutralcazo*, iniciou-se uma *pueblada* na província de Salta em Tartagal. Os *piqueteros* dessa cidade eram mais numerosos que os de Neuquén. O levantamento se estendeu por todo o norte de Salta (Tartagal, General Mosconi, Aguaray, Cornejo) e mobilizou o grande número de desempregados da região, essencialmente entre os mestiços e indígenas sob os quais em certas localidades se constatava 65% de desemprego. ¹⁹⁹ As Assembléias Populares da região, que foram organizadas desde as privatizações da YPF, deliberaram que as mobilizações deveriam reivindicar empregos estáveis de no mínimo 400 pesos e rejeitar os subsídios do *Plan Trabajar* que oferecia 200 pesos aos desempregados.

Ocorreram novas *puebladas* no norte de Salta em 1999 e 2000. Esta última abarcou Mosconi, Tartagal, Aguaray e Pocitos. Paralelamente à mobilização dos desempregados os funcionários públicos cobravam a real diminuição de seus salários. Existiram diferenças nos acontecimentos referentes ao norte de Salta em 1997, 1999 e 2000 segundo os autores. No primeiro deles houve a tendência de os *piqueteros*, nas horas de negociação, se aderiram a outros grupos, nas chamadas “multisetoriais” que incluíram também comerciantes e empresários madeireiros, as discussões sobre a realidade da região eram discutidas em conjunto, assim como a tomada de decisões. Já nos dois últimos, os *piqueteros* se colocaram de forma mais independente. O governo foi então obrigado a negociar com os representantes eleitos em Assembléia. Os *piqueteros* conseguiram efetivamente aumentar os planos assistenciais e prorrogá-los e a liberdade dos presos políticos. Em dezembro de

¹⁹⁷ Citado em: MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 16.

¹⁹⁸ Citado em: MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 118.

¹⁹⁹ OVIEDO, L. (2001), p. 53.

2000 se reuniu o primeiro *Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta* convocados pelas direções *piqueteras* da região. O Congresso foi um espaço onde foram discutidas e ensinadas as diversas experiências de cada localidade. Foram denunciadas no Congresso as práticas de compra e suborno de dirigentes, que foram sumariamente expulsos do movimento. Uma forte reivindicação era a de reestatização da petrolífera YPF, sob controle dos trabalhadores. Desde maio daquele ano, os *piqueteros* vinham pressionando as empresas petroleiras a contratar mais trabalhadores. Esse movimento contou com um piquete simultâneo em Tartagal, Mosconi e Pocitos.

Em General Mosconi, piquetes ocorreram na frente do depósito de combustíveis da empresa Refinor. Os policiais avançaram contra os manifestantes e acabaram por matar o motorista Aníbal Verón. A *pueblada* posterior à notícia foi de uma intensidade pouco vista até então: foram incendiados edifícios públicos, uma empresa de energia privatizada e os estacionamentos da empresa de transportes para qual Aníbal Verón trabalhava. Dezenas de quilômetros dali, na região metropolitana de Buenos Aires, vários distintos movimentos de trabalhadores desempregados que já existiam faz algum tempo se uniram sob o seu nome. No princípio de 2001 foi criada a *Coordinadora de Trabajadores Desocupados Aníbal Verón*, formado na união de vários MTD's, principalmente os das localidades periféricas da metrópole e da Zona Sul da cidade. Esses grupos eram diferentes entre si, já que alguns se apoiavam em movimentos políticos que se autodenominavam revolucionários, outros por militantes marxistas e alguns pelas comunidades eclesiais de base. A *Coordinadora* se manteve autônoma de partidos políticos, com práticas de horizontalidade e democracia direta.²⁰⁰ Algum tempo mais tarde, outras coordenadorias que estavam em formação em Lanús, Quilmes e La Plata (impulsionadas pelo movimento *Quebracho*) se uniram à CTD-Aníbal Verón. O governo da *Alianza* e os governadores do PJ, naquele momento, fizeram um pacto político contra os *piqueteros* do norte de Salta:

*Salta es el país. El Norte de Salta es el país. Somos el ejemplo vivo de un país confiscado por un puñado de monopolios y banqueros, por sus agentes políticos y un régimen que no sirve a los trabajadores.*²⁰¹

²⁰⁰ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), pp. 78-79.

²⁰¹ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

Em Mosconi *piqueteros* foram presos de forma arbitrária. Após enfrentamentos com a polícia, muitas pessoas saíram às ruas e “tomaram o controle” da cidade. A polícia foi obrigada a recuar e uma multidão se concentrou na praça central onde ocorreram assembléias e montaram-se lonas demonstrando a proposta de permanecer no local o tempo que achasse necessário. O povo pediu a retirada imediata da polícia, liberdade para os presos e julgamento dos responsáveis da repressão. Com a retirada da polícia, dos funcionários da prefeitura e dos interventores se, a autoridade política em Mosconi passou a ser os *piqueteros*. O Ministro da Ação Social em visita à Mosconi, o então frepasista Juan Carlos Cafiero declarou “*en Mosconi no hay Estado*”.²⁰² Apesar de que a polícia rodeava a cidade e defendia as refinarias e empresas petroleiras, era visível a percepção da total não-legitimidade que as instituições estatais apresentavam naquele momento. Os estudantes secundaristas organizaram um festival que reuniu mais de mil pessoas e se conseguiu alimentos para as pessoas na praça. Reuniram-se em 9 de julho, convocados pela *Coordinadora* local duzentos *piqueteros* de toda a Argentina. O Partido Obrero colocou em pauta a idéia de se realizar uma Assembléia Popular Constituinte em Mosconi; não obteve sucesso. Passado um tempo, os frepasistas que chegaram à cidade defendiam para o movimento de que eleições imediatas deveriam ocorrer afirmando para os *piqueteros* que eles próprios deveriam concorrer para os cargos públicos.

A *Coordinadora Departamental de Trabajadores Desocupados do Norte de Salta* se formou a partir de um agrupamento de uniões de desempregados de toda a região. Seus métodos de organização e reivindicações eram, em suas palavras, os seguintes:²⁰³ Eleições “*De abajo hacia arriba*” para delegados eleitos em cada bairro e que podiam ser alterados a qualquer momento quando de decisão da própria assembléia; organização independente dos governos provincial e nacional, de todos seus agentes e das organizações patronais; organizar uma lista única de desempregados em cada localidade com os dados de cada um para impedir a manobras oficialistas; *Planes* de trabalho, postos em empresas privadas, assistência alimentar e que qualquer outra coisa que se consiga fosse colocado sob o controle das assembléias para se dividir entre as pessoas que mais necessitam e os mais comprometidos com a luta:

²⁰² Citado em: OVIEDO, L. (2001), p. 149.

²⁰³ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

*Ratificar el llamamiento hecho por los piqueteros a favor de un congreso nacional de organizaciones y desocupados, para golpear todos juntos y al mismo tiempo, por nuestros reclamos. Planteamos la convocatoria a un Congreso Nacional de Bases, con representantes electos de todo el movimiento obrero.*²⁰⁴

No princípio de abril, se realizou o *II Congreso Departamental de la Coordinadora* do norte de Salta, que formulou, assim como os *piqueteros* da Buenos Aires, um chamado para uma organização nacional.²⁰⁵

CORRIENTES

Em 2000 a dívida pública do governo provincial alcançou cifras astronômicas e os funcionários públicos e os professores estavam com os salários atrasados por meses. O governo federal decretou um interventor para a província, Ramón Mestre, e tomou o controle dos três poderes com a idéia de tentar amenizar a situação para convocar novas eleições para o ano de 2001. A tensão social se agravou em dezembro, quando os funcionários públicos bloquearam a ponte General Belgrano, que une Corrientes e Resistencia e é uma via vital para o comercio do Mercosul. A polícia foi chamada para controlar a ponte mas acabou obridada a recuar. Os caminhoneiros em represália ao corte da ponte, que não os permitia realizar seu trabalho, bloquearam por sua vez a Rua 12, isolando Corrientes do resto do país e, com isso, os efeitos também começaram a serem sentidos em Chaco. Se somaram à manifestação *piquetera* uma série de cortes de ruas em outras cidades da província como Esquina, Goya, Resistencia e Formosa. O mandato do novo presidente Fernando De La Rúa se iniciou com a ponte ainda tomada. Foram se somando à manifestação as pessoas desempregadas e mais pobres do local. A polícia foi reforçada. Numa ação de madrugada, as forças policiais tomaram o controle da ponte. Os enfrentamentos foram muito duros, contando inclusive com caminhões hidrantes para dispersar a multidão. As ruas e avenidas próximas à ponte foram se transformando num “campo de batalha”. A polícia começou a utilizar armas de fogo: dois jovens *piqueteros*

²⁰⁴ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

²⁰⁵ OVIEDO, L. (2001), p. 145.

foram mortos, muitos manifestantes e policiais ficaram feridos.²⁰⁶ Um dos destaques mais importantes da *pueblada* correntina foi a extensa utilização do termo “*autoconvocados*”: os professores, os funcionários públicos e os desempregados se diziam *autoconvocados*.²⁰⁷ em uma oposição aos setores da burocracia sindical, partidária e outras visões política antes mais consolidadas.

NACIONALIZAÇÃO DO MOVIMENTO

A partir desse momento se iniciou um ciclo de mobilização dos *piqueteros* em nível nacional. Várias cidades, como San Fernando, que ainda não tinham visto organizações de desempregados ou cortes de ruas, passaram também a conviver com o movimento, que claramente se expandia. Os número de *piqueteros* cresceu em Buenos Aires por toda a cidade, inclusive pela Zona Norte. Em Córdoba, ocorreu um Congresso provincial de desempregados, com a participação de mais de 100 representantes de aproximadamente 50 bairros diferentes do município. Muitas ruas foram bloqueadas por todo o país, e em geral, o resultado era a obtenção de planos assistenciais dos governos. Nesse momento começou a ganhar força a idéia de avançar na organização *piquetera* e constituir encontros nacionais.

A CTA e o MTA, em meio às *puebladas* de Salta e os crescentes cortes de ruas, convocaram uma greve geral de 36 horas para novembro. Em dezembro de 2000, o movimento *piquetero*, através de uma análise de sua participação na greve, se via muito mais consolidado: “*Se ha dado un salto en la intervención y en la organización de la clase obrera, expresado en la huelga general activa (...) que ha tenido como protagonista fundamental a los piqueteros.*”²⁰⁸

Os bloqueios de ruas foram evoluindo de ações esporádicas, quase espontâneas para atividades mais sistemáticas e organizadas, coordenadas entre milhares de pessoas. Com o vertiginoso fracasso da *Alianza* os *piqueteros* passaram a se colocar cada vez mais independentemente. O movimento passou a formular programas políticos e reivindicações de maior envergadura, como por exemplo a reestatização da YPF, buscando realmente uma

²⁰⁶ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), pp. 72-73.

²⁰⁷ OVIEDO, L. (2001), p. 90.

²⁰⁸ Declaración del Plenario Nacional de Organizaciones de Trabajadores Ocupados y Desocupados, Buenos Aires, 16 de dezembro de 2000.

verdadeira transformação social na Argentina e em alguns casos para a conquista do poder institucional.

Os *piqueteros*, para evitar perpetuações de lideranças, alteravam constantemente os dirigentes na maior parte das organizações. Poucos dos que estavam na liderança em 2001 tiveram uma participação dessa forma desde o início. O exemplo mais claro é o dos *piqueteros* de Tartagal y Mosconi: os que estavam à frente na virada do século já eram uma terceira geração de “líderes”.²⁰⁹

O *piqueteros* reuniram uma série de atores sociais explorados na Argentina, desde os trabalhadores industriais que haviam perdido seus empregos passando pelos grupos empobrecidos nos bairros, donas-de-casa e jovens que ainda não tinham tido uma experiência profissional sólida. Este mescla foi positiva para heterogenizar o debate dentro dos grupos a partir das diferentes subjetividades.

O ano de 2001 seguia com cortes de ruas por inúmeras cidades no país e a repressão e detenções de *piqueteros* cresciam em igual proporção. São muitas as denúncias de prática de tortura. Foram atacadas as rádios comunitárias e os jornalistas também eram reprimidos ao tentar mostrar os acontecimentos sendo golpeados e tendo suas câmeras destruídas.

Naquele momento, até os trabalhadores da *Aerolíneas Argentinas* que estavam mobilizados contra a falência da companhia em 2001 se utilizaram de métodos *piqueteros* bloqueando ruas em Ezeiza e ocupando as próprias pistas do aeroporto.

Em março de 2001, centenas de desempregados da cidade de Resistencia, capital provincial do Chaco, cortaram as ruas da cidade reivindicando *planes de empleo* e regularização de ocupação de terras da Villa Facundo.²¹⁰ No mesmo mês, desempregados de Florêncio Varela realizaram bloqueios, até então inéditos, nas linhas ferroviárias, reivindicando postos de trabalho. No mês seguinte 500 integrantes do mesmo movimento cortam as ruas em protestos contra a falta de respostas do governo. Em Mar del Plata, 250 desempregados ligados à CCC cortaram o acesso à cidade e marcharam até a prefeitura onde foram reprimidos. Em maio duas mil pessoas entre desempregados, aborígenes e trabalhadores rurais cortaram a ponte internacional de ligação com a Bolívia reivindicando *planes de empleo* do governo nacional.

²⁰⁹ OVIEDO, L. (2001), p. 7.

²¹⁰ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 59.

Já em abril os encontros nacionais e regionais ocorriam com mais regularidade e aconteciam encontros entre *piqueteros* de diferentes bairros e cidades aprofundando o debate. Com isso alteração a percepção do potencial do movimento. Os *piqueteros* começaram a defender idéias com declarações mais fortes e de negação de recuo em suas mobilizações: “*Por un Congreso nacional de piqueteros y de la clase obrera. Por una marcha nacional del hambre a Plaza de Mayo. No a la tregua. Paro de 72 horas y huelga general. Fuera De La Rúa-Cavallo.*”²¹¹

Em 24 de julho realizou-se em La Matanza a primeira Assembléia Nacional *Piquetera*²¹² com a presença de duas mil pessoas de todo o país, impulsionadas pela FTV-CTA, pelo *Movimiento de Desocupados* da CCC e pelo *Polo Obrero* entre outras organizações. Apenas três meses antes, em maio, havia sido rechaçada a idéia de um encontro nacional. Mesmo com a convocatória excluindo a participação de sindicatos, acabou-se abrindo exceções para os que eram respeitados pelo movimento, como a seção da CTA de Neuquén e Santa Cruz e o *Congreso Obrero Minero* de Rio Turbio. Paula Lenguita descreve da seguinte forma o panorama no início do encontro reforçando a quantidade de origens dos delegados ali presentes:

*Pero con familias enteras, termos para el mate, bolsas con comida y hasta improvisadas parrillas. El primer "congreso piquetero" reunió ayer a más de dos mil personas llegadas desde lo más recóndito del país y parece haber cumplido su modesto e inicial objetivo: que se conocieran personalmente todos los que protagonizan diversas protestas sociales en el variopinto mapa nacional de la desocupación y el ajuste (...) El encuentro tuvo un nombre oficial: Asamblea Nacional de Organizaciones Populares, Territoriales y de Desocupados. Pero todo el mundo le decía "primer congreso piquetero". Y se veían banderas y caras de los más diversos lugares. Polo Obrero, Movimiento de Trabajadores Desocupados de Merlo, Mesa de Enlace Barrial La Boca, Unidad de Vecinos Organizados de Mar del Plata, CTA-Neuquén, Coordinadora de Desocupados de Caleta Olivia y las infaltables solidaridades con los piqueteros de Salta. Gente de Entre Ríos, Santa Fe, Salta, Jujuy, Formosa.*²¹³

²¹¹ Plataforma de Reivindicaciones aprobada por el Congreso Piquetero de la Capital Federal, Buenos Aires, 21 de abril de 2001.

²¹² Oficialmente chamada ds *Primera Asamblea Nacional de Organizaciones Populares, Territoriales y de Desocupados*, 24 de julho de 2001.

²¹³ LENGUITA (2003), p. 15.

Surgiram duas estratégias: uma foi defendida por Jorge Altamirana, do Partido Obrero, e por Cláudio Lozano, da CTA. O primeiro pedia a extensão da mobilização em conjunto com todos os setores populares para a derrubada do “sistema capitalista” que se constituiria na realização de Assembléias Populares Constituintes em todas as províncias, fim do pagamento da dívida externa, nacionalização dos bancos e uma distribuição por igual de horas de trabalho para toda a classe trabalhadora (empregados e desempregados daquele momento). Já Claudio Lozano defendeu a necessidade de se constituir um “Frente nacional” em conjunto com pequenas e médios empresários e outros setores da sociedade. Grande parte dos *piqueteros* ali reunidos rejeitaram ambas propostas, a última especialmente por contar com pessoas que se comportaram essencialmente como “anti-piqueteras” nos últimos anos.

Por fim, as resoluções finais da Assembléia foram as seguintes:²¹⁴ Realizar cortes progressivos nas 50 principais rotas do país a partir da próxima terça-feira, 31 de agosto e de 48 horas e 72 horas para as terças-feiras seguintes; Liberação dos presos políticos; Oposição ao plano do governo nacional de “déficit zero”, Conservação de todos os *planes Trabajar*, a obtenção de novos *planes* para os homens e mulheres chefes de família desempregados.

No princípio de setembro, se realizou a *II Asamblea Nacional Piquetera* com uma representatividade ainda maior que a primeira. Naquele meio tempo o movimento havia se tornado a grande referência para as crescentes mobilizações populares que a Argentina passava naquele ano, como por exemplo, as greves de professores em Buenos Aires. Se discutiu e aprovou um plano de união com os trabalhadores empregados para aumentar a força do movimento porém com uma negociação “direta” com eles, e não algo que passasse pelos dirigentes sindicalistas, além de uma greve geral nacional de 36 horas em conjunto com cortes de ruas pelo mesmo período.

As resoluções finais da Assembléia foram:²¹⁵ Revogação da lei de “déficit zero”²¹⁶; liberdade para os presos políticos e fim dos processos criminais contra outros *piquetero*; defesa e extensão dos *planes de empleo* para todos os desempregados maiores de 16 anos,

²¹⁴ Resoluciones da *Primera Asamblea Nacional de Organizaciones Populares, Territoriales y de Desocupados*, 24 de julho de 2001.

²¹⁵ Resoluciones de *La Segunda Asamblea Nacional de organizaciones Populares, Territoriales y de Desocupados.*, 4 de setembro de 2001.

²¹⁶ Programa de contenção de gastos do governo.

estabelecendo o controle de sua distribuição pelos próprios movimentos aqui reunidos; cem pesos mensais por hectare para os pequenos e médios agricultores; proibição de demissões e suspensões trabalhistas; retirada imediata das forças policiais de General Mosconi; convocação para a continuidade do plano de luta de: a) Cortes de ruas por todo o país por 24 horas a partir da meia-noite de 6 de setembro simultâneas com cortes nos acessos a plantas industriais, confluindo assim para a paralisação nacional de funcionários públicos do dia 7 de setembro. b) Assembléias *piqueteras* em cada província, município ou distrito para a união com todo o movimento trabalhista e popular em deliberações tomadas em conjunto. c) Cortes de ruas de 36 horas a partir da meia-noite do dia 20 de setembro para confluir a *Plaza de Mayo* e praças centrais de cada província e localidade. d) convocação de uma terceira Assembléia Nacional aberta a todos as organizações populares e de trabalhadores para elaborar um plano de propostas para a saída da crise, sobre a qual esta Assembléia já elaborara cinco pontos fundamentais: 1 – Não pagamento da dívida externa. 2 – Reestatização das AFJP ²¹⁷ 3 – Renacionalização dos bancos e empresas estratégicas. 4 – Suspensão das dívidas de pequenos agricultores e política de preços para seus produtos. e) Organizar uma paralisação nacional geral de 36 horas. f) Constituir uma “Mesa de Enlace” com as centrais sindicais combativas.

Em agosto de 2001 mais de 200 desempregados ligados ao MTR ocuparam por cinco horas a sede do Ministério do Trabalho reivindicando *planes*. Foram reprimidos e o saldo dos confrontos registrou muitos feridos e 60 presos. ²¹⁸

Piqueteros e os planes

Por parte do governo, as ações para com o movimento *piquetero* foram a violência repressora e o lançamento de programas como *Plan Jefes y Jefas de Hogar*, que se caracterizavam em pagamentos em troca de algum serviço prestado pelos desempregados. Esses programas foram se colocando com o decorrer dos anos como moeda de troca das organizações para por fim aos bloqueios de ruas. A inclusão dos planos assistenciais na lógica da construção política foi menos uma decisão das organizações e muito mais um

²¹⁷ *Administradoras de Fondos de Jubilaciones y Pensiones.*

²¹⁸ *Observatorio Social de América Latina*, Setembro de 2001, p. 66.

produto da pressão das bases frente a contextos de urgência e necessidade. Com o tempo os *planes* foram ressignificados dentro das organizações de forma a criar novos laços culturais e sociais em formas de economias alternativas e solidárias e também representavam para muitas organizações de desempregados a condição de sua própria possibilidade de existência. Em determinado momento as organizações passaram a ver os planos como uma espécie de “direito adquirido”.

Qualquer afirmação que reduza os objetivos dos *piqueteros* à aquisição de subsídios por parte do Governo não merece consideração. Os *piqueteros* fizeram várias reivindicações políticas e debateram sobre as estruturas maiores do Estado argentino. Surgiram propostas de organização econômica e política que iam em direção contrária ao liberalismo econômico como renacionalização de empresas e ataques aos modelos hegemônicos de organização da produção (“*bajo control de los trabajadores*”) em favor de uma maior democracia também no ambiente de trabalho: “(...) objetivos (...) *Triplicación de las regalías bajo control de los trabajadores, en el camino de la renacionalización de YPF bajo control de los trabajadores, sin indemnización.*” ²¹⁹

Analisando os *planes*, Juan Carlos Alderete, líder *piquetero*, afirmou: “*Pero nosotros tenemos que comer salteado, los Planes Trabajar nos sirven para ir paleando la difícil situación que tenemos, pero también para ir organizándonos, porque muchas veces se habla de dignidad pero la dignidad comienza en si uno tiene para comer o no.*” ²²⁰

Luis Oviedo faz a seguinte análise:

Es cierto que ante la situación desesperante de la miseria, ninguna organización de desocupados responsable puede depreciar el más insignificante paliativo que ayude a sobrellevar la miseria; también es cierto que estos paliativos, cuando son conquistados mediante la lucha, fortalecen la organización y permiten encarar la lucha por nuevas conquistas. Pero de ahí a considerar como una fuente de “alegría” a un empleo transitorio, de 150 pesos (la octava parte de la canasta familiar), sin jubilación ni obertura de salud, hay un trecho muy largo. ²²¹

²¹⁹ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

²²⁰ Entrevista de Juan Carlos Alderete aos meios jornalísticos reunidos no dia 21 de junho de 2001.

²²¹ OVIEDO, L. (2001), p. 64.

Os *piqueteros* não limitavam e se conformavam em apenas receber planos assistenciais do governo, tendo sempre para isso, que se mobilizar e enfrentar a polícia. Queriam mais do que isso para suas vidas. “*A ver si somos claros: nadie se conforma con un plano de 120 pesos. No lo depreciamos pero no es eso. Repito, los millones de desocupados no están pidiendo miserias, están luchando por una sociedad digna.*”²²²

Dentro da CTD-Aníbal Verón existiram divergências com relação aos *planes*. Alguns de seus integrantes acharam que era melhor continuar os cobrando como o que chamavam de “imposto revolucionário”, que servia para potencializar a organização e fomentar a economia alternativa que colocaram em prática. Outros começaram a acreditar que os planos paralisavam a mobilização e neutralizam a idéia de plena autonomia desejada. Porém, todos afirmavam que sem os *planes* não conseguiriam alcançar o número de integrantes a que tinham chegado.²²³

Para Luis D’Elía, a visão que os *piqueteros* deveriam ter dos planos assistenciais tinha que ter limites e não podiam ser perpetuados por muito tempo, já que trazia algumas conseqüências negativas. Deveriam ser um meio mas fortemente negado como um fim:

*(...) un subsidio al desocupado no es una dádiva, es un derecho (...) No se nos escapa que los planes de empleo son instrumentados como un mecanismo para hacer bajar aún más el salario del trabajador activo y, al luchar por ellos, lo hacemos con la perspectiva de arrancar trabajo, lograr la efectivización plena y liquidar la precarizad laboral.*²²⁴

A realidade forçava o movimento a aceitar e lutar pelos *planes*, porém análises de que ele era um elemento a mais na precarização do trabalho e no crescimento do subemprego não deixaram de ser percebidas:

Denunciamos la superexplotación de los compañeros desempleados que impulsan el gobierno nacional y los provinciales con los llamados “programas de empleo”. Este régimen pretende valerse de la desocupación para establecer de hecho un “salario mínimo” nacional inferior a 1 peso la hora, para fomentar aún más la caída de los

²²² Entrevista de Luís D’Elía extraída de um comunicado da CTA em agosto de 2001.

²²³ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 86.

²²⁴ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

*salarios del conjunto de los trabajadores. No renunciamos a la lucha por ningún paliativo en defensa de nuestra subsistencia pero proclamamos que el horizonte de la clase obrera no puede ser un “plan Trabajar”.*²²⁵

Com o passar do tempo foi vencedora a tese dentro do movimento de que os planes não fossem deveriam ser distribuídos separadamente para cada família, mas sim todo o montante à organização. A partir daí colocaram em prática uma auto-gestão coletiva do dinheiro realizando projetos como hortas comunitárias e padarias que permitiram fazer frente a situações de fome.

Relação entre os desempregados e empregados

Os depoimentos dos dirigentes da CGT sobre as ações dos MTD's recorrentemente caíam na declaração: *“los activistas no respectan el Estado de Derecho”*.²²⁶ Já partidos políticos de esquerda e as entidades sindicais opositoras recém-criadas tiveram uma relação de ambigüidades com o movimento *piquetero* quando este estava no seu início. O PCR, por exemplo, no primeiro *Cutralcazo* emitiu um comunicado negando a participação de dirigentes na mobilização, desligando o seu aparato do ocorrido para depois acabar se convertendo posteriormente num guia para a CCC que teve grande ligação com os *piqueteros*. Já a CTA, com argumento como “defender o pleno emprego” ou a “dignidade do trabalhador” foi contrária aos desocupados neuquinos em 1995 para depois criar a FTV (*Federación de Tierra y Vivienda*).²²⁷ A CGT se manteve afastada do movimento enquanto que o MTA (posteriormente CGT dissidente ou CGT-Moyano) mantinha certa relação com o movimento mas não tinha intenção de realizar uma aproximação maior:

Para relacionarse con los desocupados, la CGT liderada por Moyano ha creado un departamento de relaciones con las organizaciones territoriales o comunitarias, una especie de comisión de enlace con el movimiento piquetero, con todo, como no

²²⁵ Declaración de principios de FUTRADE (Frente Unico de Trabajadores Desocupados) de La Matanza, 17 de agosto de 2001.

²²⁶ OVIEDO, L. (2001), p. 22.

²²⁷ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), pp. 48-49.

*reconocen al desocupado como un trabajador, no se proponen la incorporación de sus organizaciones en el seno de dicho nucleamiento obrero.*²²⁸

Em muitos locais houve a utilização de “métodos *piqueteros*” por empregados e em outros houve uma fusão entre eles e o movimento: “(...) *se ha visto esta fusión entre el movimiento piquetero y los trabajadores ocupados en el norte de Salta, donde el piquete logró la incorporación de trabajadores a las obras (...) y cortó las rutas en reclamo de aumento de salarios.*”²²⁹

Documentos do movimento *piquetero* mais próximos à virada do século são claros intenção de união entre mobilizações de trabalhadores empregados e os desempregados:

*(...) proclamamos la unión indisoluble en la lucha de los ocupados, desocupados y jubilados, unión que nos lleva la propia política de las patronales y el gobierno. ¿Ocaso no están aquí los compañeros piqueteros que en norte de Salta han exigido la incorporación de trabajadores en las plantas y luchando por un salario para ellos que no sea la miseria de los planes Trabajar, convirtiendo a los desocupados en factor de organización de los activos? Planteamos la unión de lucha de los activos y los desempleados por el conjunto de los reclamos, la fusión profunda en base a un programa y una acción común, asumiéndonos, de conjunto, como representantes de una misma clase social.*²³⁰

Juan Carlos Alderete, em entrevista em junho de 2001, momento de um intenso crescimento de um ciclo de mobilizações, fazia declarações em favor de uma ação conjunta entre os empregados e desempregados:

*Tratamos de confluir con los compañeros obreros que están activos, en la práctica. Entendemos que hoy los gremios le hacen tener miedo, nosotros confluimos en la práctica cuando se cierra alguna fábrica o se quiere echar (...) Debemos dejar atrás los intereses sectoriales y sectarios para poder confluir con este movimiento.*²³¹

²²⁸ RAUBER (2003), p. 15.

²²⁹ OVIEDO, L. (2001), p. 6.

²³⁰ Declaración del Plenario Nacional de Organizaciones de Trabajadores Ocupados y Desocupados, Buenos Aires, 16 de dezembro de 2000.

²³¹ Entrevista de Juan Carlos Alderete aos meios jornalísticos reunidos no dia 21 de junho de 2001.

Um exemplo de ação política de trabalhadores empregados que começaram a utilizar métodos *piqueteros* foi o da greve de gráficos da empresa Atlântida, considerada “heróica”. No começo de 1997, ocuparam a fábrica, resistiram à polícia, cortaram a Rua Panamericana e fizeram piquetes impedindo que a produção da Atlântida fosse transferida para outras unidades. Foram necessárias centenas de policiais para retirá-los da fábrica, onde ficaram por meses. Este episódio virou um marco para as ações mais combativas dos trabalhadores da Zona Norte de Buenos Aires.²³²

Houve a utilização de táticas *piqueteras* também na mobilização dos trabalhadores da província de Santa Cruz. Sendo esta a província com a menor densidade populacional do país e com reservas de petróleo e carvão mineral, grande parte da economia e dos empregos se baseia na extração destes minérios. A mina de carvão do Rio Turbio era explorada pela estatal YCRT que foi incluída no processo de privatizações do governo Menem em 1994. Naquele momento houve resistência dos trabalhadores que organizaram uma greve. No período em que a empresa já estava nas mãos do capital privado iniciou-se um programa de demissão de funcionários. Em 1998 ocorreu outra greve, que assumiu características *piqueteras*: um grupo mais combativo ocupou o fundo da mina, a centenas de metros abaixo da terra, e declarou que não sairia de lá até conseguir seus objetivos. Outro grupo marchou à Rio Gallegos, capital provincial, contava com outros trabalhadores e por esposas e filhos dos integrantes do primeiro grupo, além de professores (que votaram por uma greve em solidariedade aos mineiros) e estudantes.

Não se tratava de uma mobilização apenas dos trabalhadores da mina: grande parte das populações de Rio Turbio e 28 de Novembro bloquearam as ruas de suas cidades. O então governador Kirchner, opositor do menemismo (tinha contado com o apoio da CTA em sua campanha), propôs uma negociação pela reincorporação dos demitidos. Em uma tentativa de manobra política, que fracassou, os sindicatos nacionais, o governo e a empresa marcaram uma Assembléia que não contaria com a participação do grupo que estava dentro da mina. Por fim, portanto, o encontro se deu lá dentro. Os trabalhadores em conjunto com seus apoiadores cantaram antes do início das negociações: “*Se va a acabar, se va a acabar, la burocracia sindical*”.²³³ A Assembléia acabou por rechaçar as propostas de acordo e

²³² OVIEDO, L. (2001), p. 77.

²³³ OVIEDO, L. (2001), p. 114.

continuou a greve. A partir deste momento, as direções nacionais do sindicato resolveram abandonar Rio Turbo. Um dos manifestantes em Rio Gallegos declarou: “*nos cerraron el sindicato, nos negaron el teléfono hasta para hablar com nuestras familias; ni las comidas nos garantizan*”.²³⁴ Com isso, o centro de organização da greve acabou por se tornar o sindicato dos professores. Uma semana mais tarde, a direção sindical conseguiu um pouco de empatia de parte dos grevistas por conseguir um acordo que impedia demissões e a greve se encerrou. A parte mais militante dos trabalhadores considerou a ação uma “traição” porque não avançava em outros pontos da pauta de reivindicações. Cresceu com isso a vontade de parte dos mineiros de tentar mudar a direção dos sindicatos por pessoas que estão mais próximas dos trabalhadores, o que não demorou a acontecer nas eleições para o sindicato do ano seguinte.

Em 2000, os *piqueteros* distribuíram a *Carta Abierta al Movimiento Obrero*, escrita após a paralisação nacional de 9 de junho contra ajustes e reformas trabalhistas do governo. Clamava pela integração e atuação em conjunto de algumas organizações de desempregados junto às organizações sindicais. A *Carta Abierta* afirma que a paralisação de 9 de junho representou uma nova etapa no movimento *obrero* e fez críticas à CGT “oficial”, ao PJ, a UCR e aos que antes eram chamados de “progressistas” dentro da *Alianza* (frepasistas) afirmando que todos eles “romperam com os trabalhadores”. Também é dito que dentro da situação política do momento era necessária uma greve nacional acompanhada de uma manifestação que unisse os desempregados e os empregados, além de estudantes e aposentados, convocando às centrais sindicais dissidentes a agir mais enfaticamente:

*Nuestro reclamo a la CGT-Moyano, como a la CTA, en el sentido de que convoquen un congreso de este tipo, se basa en el papel de sus organizaciones en los recientes paros y movilizaciones, pero debería abarcar a todas las organizaciones obreras y de desocupados, de estudiantes, de jubilados y del conjunto de explotados en lucha.*²³⁵

²³⁴ OVIEDO, L. (2001), p. 114.

²³⁵ *Carta Abierta al Movimiento Obrero*, Buenos Aires, julho de 2000.

Declarações

Para os líderes *piqueteros*, os objetivos últimos do movimento eram a alteração da política econômica do governo ou uma mudança mais radical nas estruturas da sociedade:

*Hay que entender que, con estos cortes, no sólo pedimos trabajo, sino que estamos cuestionando, por perverso, este modelo económico social. Por eso, no sólo estamos luchando por lo inmediato, como son los planes Trabajar, estamos luchando por cambiar este modelo, para que haya trabajo y vida digna para todos los argentinos.*²³⁶

A interpretação do processo econômico e social da Argentina nos anos recentes feita pelos *piqueteros* de La Matanza era a de que o modelo colocado em prática era o responsável pela concentração de renda, pelo desemprego e desmistificava um suposto “sucesso inicial” montado num modelo excludente:

*El derrumbe del planteamiento económico de los gobiernos patronales, expresado en la recesión que hoy asola al país, ha planteado la incapacidad de estos gobiernos para dar una salida al desarrollo productivo de la Nación. Las fabulosas ganancias que lograron las empresas en los años de las “vacas gordas” no fueron repartidas entre los trabajadores ni tampoco generaron el “pleno empleo”; fueron hechas a costa de nuestro sudor y de innumerables subsidios fiscales e impositivos. Ahora, que llegó el turno de las “vacas flacas”, debemos pagar con miseria y desocupación la crisis que ellos mismos generaron. La salida al derrumbe capitalista, con su secuela de barbarie, es la planificación y control de la economía en manos de los productores de la riqueza: los trabajadores, es decir, de un gobierno de los trabajadores.*²³⁷

Parte das reivindicações *piqueteras* conseguiram trazer de volta reivindicações tradicionais (*aqui* em sentido positivo) de esquerda que foram colocadas de lado pela classe política e pelos dirigentes sindicais como principalmente a redução da jornada de trabalho “*Objetivos (...) Tercer turno en las empresas petroleras y reparto de las horas de trabajo*

²³⁶ Entrevista de Luís D’Elía extraída de um comunicado da CTA em agosto de 2001.

²³⁷ Declaración de principios de FUTRADE (Frente Unico de Trabajadores Desocupados) de La Matanza, 17 de agosto de 2001.

sin bajar los salarios".²³⁸ O movimento *piquetero* foi crítico também à forma como o governo agiu com o endividamento externo. Defendeu uma moratória ou no mínimo uma revisão e renegociação da dívida, nunca perdendo de vista quem foram os beneficiados com os empréstimos e quem eram os grandes prejudicados com o pagamento de seus juros: "(...) *una deuda externa armada con autopréstamos de los grupos económicos, convalidada por la democracia y jamás investigada.*"²³⁹ As reformas empreendidas nos últimos anos com relação à legislação trabalhista e o processo de terceirização da mão-de-obra também foram alvo de críticas e de mobilização: "*Derogación de la reforma laboral y de toda legislación 'flexibilizadora'*"²⁴⁰ Muitas críticas também recaíram sobre a forma como se comportou o movimento sindical "oficial" nos anos anteriores:

*Las burocracias sindicales han sido cómplices del entierro de nuestras conquistas y de la falta de respuesta frente a la desocupación. Frente a la situación sin salida que nos plantean, frente a la destrucción de las más elementales condiciones en beneficio del régimen de un puñado de chupasangres capitalistas, planteamos la lucha por la asamblea, la expulsión de la burocracia de los sindicatos, la huelga general, un congreso de bases del movimiento obrero ocupado y desocupado.*²⁴¹

Com o tempo os documentos *piqueteros* começaram a incluir em suas bandeiras políticas propostas que não eram comuns no surgimento do movimento, como por exemplo, propostas com relação ao meio-ambiente, à saúde e à educação:

Los aquí reunidos declaran su voluntad de organización y de lucha en función de los siguientes objetivos: (...) Fondo Especial de Hidrocarburos afectando la ganancia de las petroleras en 200 millones de pesos anuales, como compensación especial por los danos ambientales, económicos y de salud (por la aparición de enfermedades como hantavirus, la leishmaniasis, el cólera y los desastres causados por la modificación de los cursos de agua (...)) Aumento de los presupuestos de salud y educación pública. Gratuidad de las prestaciones de alta complejidad. Becas para todos bajo control de la

²³⁸ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

²³⁹ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

²⁴⁰ Plataforma de Reivindicaciones aprobada por el Congreso Piquetero de la Capital Federal, Buenos Aires, 21 de abril de 2001.

²⁴¹ Declaración de principios de FUTRADE (Frente Unico de Trabajadores Desocupados) de La Matanza, 17 de agosto de 2001.

*comunidad educativa. Desdoblamiento de los cursos escolares con un máximo de 25 alumnos y sin mínimo.*²⁴²

Com relação ao tema campo/cidade podemos afirmar que movimento *piquetero* nasceu como uma expressão tipicamente urbana. Porém com o passar do tempo se aliaram com indígenas e com os trabalhadores rurais na crítica à concentração fundiária ocorrida na Argentina no período estudado. Acabaram por ver no campo também uma possibilidade de escape para a situação de falta de trabalho e acrescentaram assim novas reivindicações em sua pauta: “*Reparto de las tierras fiscales ociosas entre los trabajadores y desocupados del Departamento de San Martín (5 a 10 hectáreas) para el desarrollo agrario con financiamiento del Estado.*”²⁴³

As lutas dos *piqueteros* se confundiram com outras lutas dos marginalizados na Argentina pela proximidade territorial e a crescente ligação de integrantes do movimento com esses grupos. A luta por habitação, pela urbanização da *villas*, fez que parte das principais reivindicações dos *piqueteros* pois alguns deles já tinham um engajamento nessa área anterior à criação dos MTD's. Do mesmo modo, a proximidade com os trabalhadores estrangeiros marginalizados também fez o tema ser recorrente em suas propostas:

*Urbanización de las villas con garantía de acceso a la vivienda para todos sus habitantes. Por la titularización inmediata y el derecho a la plena radicación de todas las poblaciones y asentamientos en el territorio de la ciudad. Por el acceso al la vivienda de los trabajadores extranjeros, sin discriminaciones. Documentación inmediata y gratuita para todos los que lo soliciten.*²⁴⁴

Os *piqueteros* identificam em suas declarações quais os responsáveis pela sua própria existência relacionando o desemprego com o aumento da exploração dos trabalhadores e pela busca de maximização de lucros:

²⁴² Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

²⁴³ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

²⁴⁴ Plataforma de Reivindicaciones aprobada por el Congreso Piquetero de la Capital Federal, Buenos Aires, 21 de abril de 2001.

Los desempleados (desocupados, subocupados, es decir, todos aquellos carentes de un puesto de trabajo) no somos responsables de nuestra situación. La desocupación es propia del sistema capitalista, que mantiene una masa de trabajadores sin empleo como presión sobre los trabajadores en actividad para bajar sus salarios y eliminar las conquistas obreras en aras de aumentar la productividad (es decir, la explotación) (...) a medida que cae el “costo laboral” aumenta el “costo patronal” (o sea, la tasa de beneficio capitalista).²⁴⁵

Combateram os argumentos recorrentes na Argentina pelos defensores do modelo colocado em prática de que desemprego era causado primordialmente por um “desemprego estrutural” (causado pelo aumento da mecanização) ou por uma suposta “falta de qualificação” da *clase obrera* do país:

El desempleo tampoco es el resultado del “desarrollo tecnológico”, en principio porque la inversión en tecnología ha sido ínfima. De todas maneras, al avance tecnológico debe traer aparejado el alivio del trabajo humano y, por lo tanto, el mejoramiento de las condiciones de vida de los trabajadores; en manos capitalistas, se ha convertido en una pesadilla y en una fuente de miseria popular (...) Tampoco es la supuesta falta de capacitación la razón de los despidos.²⁴⁶

Como muitos movimentos sociais os *piqueteros* se viam como algo que só teria sentido momentâneo, necessariamente transitório já que os objetivos do movimento se conquistados eliminariam a necessidade de sua própria existência. Como afirmou um dirigente após os acontecimentos de Salta em 2000: “*no queremos envejecer cortando rutas*”.²⁴⁷ Segundo Juan Carlos Alderete

Nosotros somos conscientes de que el movimiento de desocupados es transitorio, para insertarnos nuevamente en el mercado laboral. La única manera que los desocupados vuelvan a las fábricas es cambiando esta política, porque es la misma aplicada desde la dictadura (...) la siguió Menem y ahora la sigue De La Rúa.²⁴⁸

²⁴⁵ Declaración de principios de FUTRADE (Frente Unico de Trabajadores Desocupados) de La Matanza, 17 de agosto de 2001.

²⁴⁶ Declaración de principios de FUTRADE (Frente Unico de Trabajadores Desocupados) de La Matanza, 17 de agosto de 2001.

²⁴⁷ Citado em: OVIEDO, L. (2001), p. 107.

²⁴⁸ Entrevista de Juan Carlos Alderete aos meios jornalísticos reunidos no dia 21 de junho de 2001.

Debates e avaliações sobre os *piqueteros*

O movimento *piquetero* já nasceu heterogêneo, com pessoas de diferentes visões e experiências. Porém a heterogeneidade do movimento foi se aprofundando ainda mais com o passar do tempo, já que outros grupos foram se aglutinando ao movimento ou vendo-o como referência. Apesar disso, segundo Conti e Mansilla os detratores e críticos do movimento tendiam a tentar classificá-lo como homogêneo já que dessa forma é mais fácil encontrar algum ponto e generalizá-lo para todos:

*Un rápido golpe de vista en cualquier movilización piquetera del nuevo siglo, realizada en Buenos Aires o en el segundo cordón del conurbano, permite visualizar infinidad de banderas de diferentes grupos, cada una marchando por su lado y cuyos portadores atizan distintos métodos de lucha en sus reclamos, que obviamente también difieren unos de otros. Habla a las claras de que actualmente el movimiento de desocupados cuenta con una diversidad enorme, por más que ciertos medios de comunicación quieran presentarlo como homogéneo, como único (...)*²⁴⁹

O primeiro debate que emerge da análise dos MTD's é a negação da afirmação de que os desempregados, por estarem fora das fábricas e do mundo do trabalho, não conseguem se organizar por estarem dispersos.

As práticas de cortes de ruas pelos *piqueteros*, além das reivindicações e objetivos primeiros que são revelados, tiveram o mérito de provocar debates na sociedade e revelar problemas que não eram mostrados nos grandes meios de comunicação. Combateram assim um verdadeiro desaparecimento. Para muitos argentinos, antes do início da mobilização, os desempregados “não existiam”. Segundo Dinerstein: “*El corte comparte el significado político de las luchas antimundialización: la reinención de la política como lucha contra la desaparición virtual.*”²⁵⁰ Para Rapoport, as organizações de desempregados também atuaram como “centros aglutinadores” da população mais atacada pelas “reformas

²⁴⁹ MANSILLA, I. e CONTI, R. (2003), p. 45.

²⁵⁰ DINERSTEIN, A. – “El poder de lo irrealizado: El corte de ruta en Argentina y el potencial subversivo de la mundialización”, in: *Observatorio Social de América Latina*, Publicação de OSAL, setembro de 2001, p.11.

estruturais”, abrangendo trabalhadores estatais, professores, produtores agropecuários, comerciantes e pequenos industriais.²⁵¹

Outro debate importante é a relação entre as transformações no peronismo e os *piqueteros*. Para Oviedo, o desenvolvimento do movimento está “*indisolublemente ligado al derrumbe del peronismo*”, visto por ele como um mecanismo histórico de controle das massas.²⁵² Para o mesmo autor, a questão da continuidade com o peronismo é vital pois rompendo com ele ou dando continuidade as suas práticas dentro do movimento é o que divide os *piqueteros* segundo ele numa ala ‘revolucionária’, interessada numa grande transformação social e uma ala com ‘tendência pequeno-burguesas’ mais facilmente cooptadas por grupos que se intitulam como ‘de esquerda’”.²⁵³ Portanto para Oviedo o peronismo nunca deixa de ser central na relação, seja em sua ruptura ou continuidade. Ser do tipo x ou y depende unicamente de como ele se coloca com relação ao peronismo.

Já autores como Angélico têm análises diferentes dos desdobramentos que o peronismo tem em relação aos *piqueteros*, mas mantém uma idéia de continuidade:

*Socialmente, algunos sectores piqueteros son pobres pero no pertenecen al mundo tradicional de la marginalidad estructural sino al mundo de una sociedad salarial desarticulada. Su resistencia y la organización provienen de haber tenido vínculos históricos con los sindicatos y con las organizaciones sociales barriales.*²⁵⁴

Defendendo o mesmo tipo de argumento, Godio e Mancuso afirmam que “*familias hora excluidas del mercado de trabajo pero con memoria histórica (valores, experiencias, etc) que los empujaban a la acción, dado que en el pasado pertenecían a la sociedad salarial y a la vida sindical*”.²⁵⁵ Segundo Carrera e Cotarello a essência e as origens do movimento *piquetero* se encontram na tradição político-organizativa sindical argentina: “*Constituyen embriones de organización lograda en poco tiempo (...) lo que, en nuestra*

²⁵¹ RAPOPORT, M. – “La economía en la crisis de 2001. Causas y Consecuencias”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 16.

²⁵² OVIEDO, L. (2001), p. 6.

²⁵³ OVIEDO, L. (2001), p. 8.

²⁵⁴ ANGÉLICO, H. – “Hacia un sistema de relaciones laborales inclusivo”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, pp. 63-64.

²⁵⁵ GODIO, J e MANCUSO, H. (2006), p. 96.

*hipótesis, se vincula con la larga tradición de organización sindical de los trabajadores argentinos.”*²⁵⁶

Esses autores argentinos muitas vezes aumentam a importância de uma “experiência prévia” de militância no meio sindical que depois foi incorporada no movimento. Aqui é necessário uma problematização desse argumento. É claro que *os piqueteros* têm algum tipo de relação com o desmanche da identidade peronista clássica seja porque esta perdeu o caráter para alguns de combatividade e/ou ser algo identificado com os “*de abajo*”, negando então suas táticas e formas de organização. Também existe ligação com o peronismo pois muitos viveram experiências de militância, que não são todas esquecidas ou negadas em completo. Porém, muitos dentro do movimento eram jovens. Um *piquetero* de 30 anos na crise de 2001 tinha 18 anos quando Menem assumiu o governo, momento em que muitas transformações no peronismo já tinham ocorrido; o que dizer então de um *piquetero* de 18 anos em 2001? Além disso, parte considerável dos integrantes com mais idade também não tiveram uma experiência ligada ao peronismo. Fica a impressão de que os autores argentinos têm uma visão idílica de um país que no passado era isento de desemprego ou de que uma quantidade maior do que na realidade dos que tinham emprego até recentemente eram todos ligados a ramos da economia em que o sindicalismo era muito presente e politicamente atuante. Esses argumentos parecem supor que os *piqueteros* agiam unicamente pela “experiência” prévia e não pela situação de miséria que se viam colocados naquele momento. As transformações no peronismo se relacionam com o surgimento do movimento *piquetero*. Porém existe fortemente a questão do desemprego que faz com que visões, práticas e a vontade de agir politicamente sejam alteradas. Os relatos dos integrantes do movimento e de seus observadores mais próximos demonstram como o fato de estar desempregado mexe completamente com a pessoa, com o seu tempo, sua visão de si mesma e dos outros sobre ela: “*En este campo, cabe mencionar sucintamente a aquellos centrados en dar cuenta de las implicancias de la falta de trabajo en la personalidad y el rol ocupado en el hogar.*”²⁵⁷ No relato de um *piquetero*: *Y ahí empezamos a generar formas de lucha*

²⁵⁶ CARRERA, N. E COTARELO, M. – “La protesta en Argentina (enero-abril de 2001)”, in: *Observatorio Social de América Latina*, junho de 2001, p. 55.

²⁵⁷ BOGANI (2004), p. 1.

*para la recuperación de nuestra dignidad, para la recuperación de los valores como persona, como ser humano, para la recuperación de nuestros derechos.*²⁵⁸

Paula Lenguita, que fez um estudo sobre a relação entre os meios de comunicação e os *piqueteros*, conclui que as notícias em sua maioria eram mostradas sem nenhum tipo de debate político, tendiam a criminalizar o movimento e não tocavam na situação econômica e social da Argentina:

*(...) no se señala el carácter político de la protesta, a partir de tal decontextualización se emplea una estrategia ya ensayada por la ideología neoliberal: eliminar las causas de tal problema, naturalizando el tema de la desocupación (...) Algunos tópicos de la noticia se expresan de la siguiente manera: “Destilerías sitiadas”, “Amenazas en Lanus”, “Fuego en Neuquen”, “Violencia en Santa Fe”, “Piedras en Mar del Plata”, “Intimidaciones en Tucumán”, “Más amenazas en Bariloche”, “Incidentes en Chubut”, “Destrozos en San Juan”, “Disparos en Paraná”, “Gomas quemadas en Ushuaia”. Ciertamente es que el artículo muestra la generalización del conflicto piquetero, bajo su aspecto de “violencia”, muestra cómo se expande el conflicto de los desocupados, calificándolo de “violento”.*²⁵⁹

Parte da classe média, com alguma influência desses meios de comunicação, não via os *piqueteros* com bons olhos (principalmente na época de surgimento das organizações), principalmente os que de alguma forma foram “prejudicados” pelo movimento como caminhoneiros, lojistas que tiveram que fechar suas portas em ruas ocupadas ou simplesmente pessoas que queriam apenas voltar pra casa e esbarravam com uma rua bloqueada.

A nomeação e as práticas de um novo grupo político de tamanha intensidade fez com que uma nova identidade própria fosse desenvolvida. Existiram para isso tentativas e algumas ações mais explícitas por parte do movimento. Um exemplo é o grito de guerra “!*Piqueteros, carajo!*”²⁶⁰ e a proclamação do “*Día del Piquetero*” que não foi unânime em um congresso: “*Declaramos al 13 de mayo ‘Día del Piquetero’, por la gran pueblada que resistió y derrotó a la represión (...) Con excepción de la referida al Día del Piquetero,*

²⁵⁸ Citado em: RAUBER (2003), p. 13.

²⁵⁹ LENGUITA (2003), p. 10.

²⁶⁰ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 140.

todas las resoluciones fueron votadas por unanimidad.”²⁶¹ As identidades se relacionam com maior ou menor força numa rede e dentro dela existem algumas que estão organizadas em círculos concêntricos de diferentes dimensões. Dentro disso a identidade *piquetera* foi se construindo, porém não em separado do sentimento e da afirmação de serem da “*clase obrera*” como sendo círculo maior em que eles estavam inseridos. Nas greves de 23 e 24 de novembro de 2000 os *piqueteros* atuaram em conjunto com os trabalhadores “ativos” e se colocaram em ações próximas ao mundo do trabalho:

(...) porque los piquetes no se limitaron a cortar una ruta para reclamar pan y trabajo, sino que se convirtieron en una herramienta para garantizar la huelga, sea cortando las vías o el a los lugares de trabajo. Queremos destacar esta nueva realidad y declarar que reivindicamos a los piqueteros como hijos de la clase obrera y como herederos de su mejor tradición histórica.

Entre os mais jovens, a identidade *piquetera* estava mais intensamente ligada a participação direta em confrontos corporais com a polícia e com o uso de panos cobrindo o rosto nas manifestações. A utilização destes panos, característicos na juventude politicamente militante em vários países, longe de ser alguma negação em assumir o que se está fazendo, justifica-se na defesa contra a crescente disponibilidade e uso de recursos de controle.

“Ser *piquetero*” não era uma questão de orgulho para todos. O movimento pode ter contido esse elemento para grande parte de seus integrantes que identificaram nele algo para se manter forte, agir com esperança por uma transformação ou por outros motivos. Porém, alguns se viram nessa situação com o pensamento de “não tenho outra opção” e de não se relacionar muito bem com todas as práticas do movimento, principalmente as que tinham algum elemento de violência ou que pudessem prejudicar o trânsito de alguma pessoa. Nas palavras de um *piquetero*: “*Las familias no tienen qué comer (...) no queremos crearle problemas a nadie, pero necesitamos vivir (...) no saben la vergüenza que nos da llegar a este extremo, pero no nos queda otro recurso (...) queremos trabajar, no queremos limosnas ni robar.*”²⁶²

²⁶¹ Llamamiento del I Congreso de Trabajadores y Desocupados del Norte de Salta, General Mosconi, 9 de dezembro de 2000.

²⁶² Citado em: LENGUITA (2003), p. 9.

Muitos estudiosos ressaltam o papel da solidariedade entre os *piqueteros*, principalmente pelo fato de muitos estarem psicologicamente fragilizados com a situação de miséria e necessidade. Para eles o processo de organização e ação política do movimento “retomou” “*formas solidarias de reconstrucción de lazos fraternales entre los pobladores, en primer lugar, de un mismo barrio, como de barrios distintos.*”²⁶³

O movimento foi se tornando referência para uma série de pessoas da cidade e do campo e ganhando projeção internacional tanto para militantes como para intelectuais. Um exemplo foi a criação do grupo UTD (*Unión de Trabajadores Desocupados*) no Uruguai fortemente influenciado pelos argentinos.²⁶⁴

Os *piqueteros* são vistos por Luis Oviedo como “*la creación más genuina de la clase obrera y de las masas explotadas argentinas en los últimos veinticinco años*”.²⁶⁵ Os autores da *Prensa Obrera* (como Oviedo) cometem anacronismos e apresentam um pensamento teleológico com relação aos *piqueteros*. Numa visão reducionista o autor coloca os *piqueteros* num grande bloco de grupos através da história argentina como “antiburgueses” contra os “burgueses” num outro grande bloco:

(o movimento *piquetero*) *entronca con los piquetes anarquistas y socialistas de principios de siglo, de la Semana Roja de 1909, de la Semana Trágica de 1919 y de la Patagonia Rebelde, masacrad por los De La Rúa de la época; con los grandes piquetes de huelga de la Década Infame y con los combativos piquetes obreros de la época de la dictadura “Libertadora” y del gobierno de Frondizi, y con los Cordobazos, Rosariazos, Tucumanazos y las grandes puebladas de fines de los '60 y comienzos de los '70.*²⁶⁶

Há um debate sobre o “espontaneísmo” e o “não-espontaneísmo” do movimento *piquetero*. Luis D’Elía da FTV-CTA discorda da ligação entre o movimento e a idéia de práticas políticas do primeiro tipo, pois segundo ele, as ações eram previamente e intensamente pensadas e preparadas:

²⁶³ RAUBER (2003), p. 2.

²⁶⁴ OVIEDO, L. (2001), p. 8.

²⁶⁵ OVIEDO, L. (2001), p. 5.

²⁶⁶ OVIEDO, L. (2001), p. 6.

Hay algo que sabemos: grandes sectores de la clase obrera ahora están en los barrios: son los desocupados. Una de las trampas de este gobierno es pretender que las organizaciones barriales son “espontáneas”. No. No lo son. No se podrían organizar cortes el mismo día y al mismo tiempo en todo país, tal como lo venimos haciendo, de manera espontánea. Estamos organizados. ²⁶⁷

Já segundo Carrera e Cotarello, os cortes de ruas podem ser divididos naqueles que foram mais espontâneos, rápidos e socialmente homogêneos e que tinham como característica reivindicações mais pontuais e outros que eram maiores, de maior preparação, incluíam e expressavam reivindicações mais variadas e gerais.

O movimento de desempregados na Argentina é visto por Svampa como caso único no mundo ²⁶⁸ e vê os MTD's como a ponta de lança de oposição ao neoliberalismo e a situação de empobrecimento na Argentina. A mesma autora reforça a heterogeneidade dos *piqueteros*. Faziam parte do grupo de desempregados tanto os que tinham uma trajetória de relação com o emprego estável errática e como aqueles que até pouquíssimo tempo tinham empregos estáveis e grande seguridade social. Estes últimos perderam de forma abrupta a experiência de integração política (a identidade peronista), econômica (o acesso ao consumo) e social (direitos trabalhistas, estabilidade nos empregos, etc). Além disso, mais da metade dos militantes, administradores e simpatizantes das organizações era formado por mulheres e sobre elas recaía grande parte das ações administrativas, porém, foram poucas as que aparecem como porta-vozes do movimento. Segundo Swampa isso ocorre por razões alheias a supostos “traços patriarcais do mundo popular”, mas porque muitos homens do movimento terem tido uma tradição de militância advinda do mundo sindical. Quanto à questão de faixa etária, os jovens se constituíam em muitas organizações como maioria; a autora que estes eram 70% da base na média das organizações (muitos deles sem praticamente nenhuma experiência no mundo do trabalho). Foi sobre eles geralmente recaiu a maior parte da violência policial. ²⁶⁹

Os MTD's muitas vezes se afirmavam como: “*el movimiento de los movimientos*”.

²⁷⁰ Para Mansilla e Conti, os fato de os MTD's serem em geral organizações autônomas fez

²⁶⁷ Entrevista de Luís D'Elía extraída de um comunicado da CTA em agosto de 2001.

²⁶⁸ SVAMPA, M. (2005), p. 237.

²⁶⁹ SVAMPA, M. (2005), p. 247.

²⁷⁰ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 83.

com que tudo estivesse em discussão permanente, desde “*el modo que se trata a las mujeres hasta la manera em que conviene armar una huerta, para citar dos casos*”.²⁷¹

O termo “democracia direta” é muito recorrente e utilizado por vários autores para se referir ao movimento dos *piqueteros*:

*Se basan en la democracia directa porque absolutamente todos tienen el derecho a opinar, aportar ideas, criticar. Esto, por supuesto, demora bastante las decisiones, pues todas deben estar maduras y afirmadas por cada uno de los integrantes. Su órgano principal es la asamblea y si bien luego hay mesas de delegados en cada barrio, en cada MTD, hasta llegar al movimiento en general, los mismos van rotando permanentemente y son revocables (...)*²⁷²

Desde o início as organizações *piqueteras* apresentam uma forte ligação com a prática das Assembléias. Estas podem ser divididas entre aquelas que eram mais horizontalizadas e aquelas com ligações maiores a partidos políticos que tiveram uma maior presença de líderes e de figuras mais centrais de autoridade. A dinâmica das assembléias se coloca como um local de potencialização da política, de uma participação mais democrática e participativa, contribuindo para gerar um sentimento mais coletivo do político. O “*Movimiento Teresa Rodríguez*” expressa em seu “*Libro Celeste*” (manifesto de fundação) esse perfil:

*(...) el alma de nuestro Movimiento son los Cabildos (asambleas). Quienes integramos el M.T.R. gobernamos y deliberamos a través de nosotros mismos. No delegamos en nadie ni el gobierno ni nuestra capacidad de deliberar. Nos reunimos en Cabildos y decidimos por consenso o por mayoría qué se hace o se deja de hacer. Además, elegimos entre nosotros a los compañeros que consideramos los más capaces para encabezar la ejecución -y sólo la ejecución- de lo resuelto.*²⁷³

Alguns integrantes das organizações viajaram para o exterior ou receberam representantes de outros países, alguns deles com integrantes do neozapatismo e do Movimento dos Sem-Terra do Brasil, entre muitos outros. O objetivo era o de compartilhar

²⁷¹ MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), pp. 83-84.

²⁷² MANSILLA, I. e CONTI, R., (2003), p. 84.

²⁷³ OUVIÑA, H. (2003), p. 7.

com outras organizações sociais as experiências mútuas. Antonio Negri e Michael Hardt incluíram os *piqueteros* num processo constatado por eles de “ciclo global de lutas” que se intensificou na virada do século:

*O ciclo global de lutas se desenvolve na forma de uma rede disseminada. Cada luta local funciona com um nodo que se comunica com outros nodos, sem nenhum eixo ou centro de inteligência. Cada luta mantém-se singular e vinculada as suas condições locais, mas ao mesmo tempo está mergulhada na rede comum. Esta forma de organização constitui o exemplo político mais plenamente realizado do que dispomos do conceito de multidão. A extensão global do comum não nega a singularidade de cada uns daqueles que participam da rede. O novo ciclo global de lutas organiza e mobiliza a multidão.*²⁷⁴

Outros autores também incluem os *piqueteros* nas análises mais amplas como uma das facetas da resistência global ao neoliberalismo e ao capitalismo daquele momento. Esses autores não têm a intenção de desconsiderar as peculiaridades de cada uma das movimentações políticas ou de forçar uma ligação direta entre elas. O que ocorre é uma constatação de que as decisões mundiais tendem cada vez mais a serem “globais” enquanto que a política continua em muita medida “teimosamente local”.²⁷⁵ Um combate em contrário as decisões mundiais hegemônicas deve portanto se colocar localmente e globalmente ao mesmo tempo:

*Por eso Seattle, Porto Alegre, Génova, Québec, Buenos Aires, Florencia, Quito, son parte de un mismo piquete: el piquete global; todas las manifestaciones de resistencia y lucha locales son hoy —en ese sentido— profundamente internacionales.*²⁷⁶

Segundo Negri e Hardt, existiu uma relação de troca entre os *piqueteros* e outros movimentos sociais pelo mundo:

(...) os *piqueteros* (...) passaram a experimentar novas formas de protesto em seus conflitos com a polícia e as outras autoridades. Tudo isso é claramente específico da situação nacional, mas ao mesmo tempo é também comum a todos aqueles que sofrem

²⁷⁴ NEGRI, A. e HARDT, M. (2004), p. 281.

²⁷⁵ Ver CASTELLS (2002) e BAUMAN (2000).

²⁷⁶ RAUBER (2003), p. 4.

e lutam contra a exploração e a hierarquia do sistema global. A revolta da Argentina nasceu tendo já por trás a herança comum do ciclo global de luta, e por sua vez militantes de outros países, desde dezembro de 2001, encaram a Argentina como fonte de inovação e inspiração.²⁷⁷

Apesar de contarem com líderes e ter existido algumas tentativas de promover “mártires” ou heróis de qualquer tipo, os *piqueteros* não se preocuparam em estabelecer um “grande nome” do movimento ou de seguir as palavras de uma liderança maior. Isso pode ser interpretado como uma descontinuidade com a tradição peronista de “líder que atua em favor das massas”, verticalmente. Também não utilizaram de forma geral conceitos como “socialista” ou símbolos criados na Europa. Isso reflete não apenas a heterogeneidade do movimento mas também uma postura de ver a diferença como algo positivo. “(...) *los desocupados organizados no embanderaban detrás de ningún emblema o líder en particular; no se escudaban bajo ningún nombre.*”²⁷⁸

Petras tenta desqualificar o movimento argumentando que, no auge da ascensão do ciclo de lutas na Argentina, em 2001, os *piqueteros* se viam confrontados com “problemas” como os de que os MTD’s “representavam oficialmente” uma fração dos desempregados e de que com exceção dos líderes e de seus seguidores mais próximos, existia na maior parte dos militantes “pouca profundidade e consciência política” sem dizer o que seria da fato um conteúdo mais “profundo”. O mesmo autor também ataca os jovens “anarcoesquerdistas e marxistas” do meio universitário que atuaram em conjunto com os MTD’s. Estes teriam “forçado” uma análise de que os métodos *piqueteros* naturalmente evoluiriam para práticas ainda mais radicais e de maior impacto.²⁷⁹

²⁷⁷ NEGRI, A. e HARDT, M. (2004), p. 280.

²⁷⁸ MANSILLA, I. e CONTI, R. (2003), p. 46.

²⁷⁹ PETRAS, J. – “Valoración General Tras Dieciocho Meses de Lucha Popular”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 212.

Cap. 4 – Agravamento da crise: Impasses e desdobramentos em 2001.

A situação econômica da Argentina se agravou intensamente no ano de 2001 que se iniciou com uma série de movimentação de trabalhadores contra o não-pagamento de salários e fechamento de fábricas.

Os trabalhadores municipais de San Salvador de Jujuy marcharam pelas ruas centrais da cidade em reivindicação pelos salários atrasados, enquanto que em várias outras localidades do interior da província se faziam bloqueios de ruas.²⁸⁰ A ATE (*Asociación de Trabajadores del Estado*) convocou uma paralisação pelos mesmos motivos. Este sindicato passou a ser ainda mais combativo durante o governo de Fernando De La Rúa. No mês de janeiro, esta entidade, em conjunto com os aposentados ligados à CTA, se concentrou na frente da prefeitura de Buenos Aires para protestar contra a possibilidade de diminuição de salários. A ATE também foi fundamental na greve dos trabalhadores do Ministério da Justiça quando anunciou-se um plano semelhante. Na mesma cidade os empregados da companhia General José de San Martín, responsável por parte das linhas de ônibus coletivos, que não recebiam há meses, fizeram uma greve de 48 horas e ocuparam a sede da empresa. Ficaram lá por cerca de um mês até serem violentamente expulsos por mais de 600 policiais.²⁸¹ Já os trabalhadores da empresa têxtil Calzar protestaram na frente da sede da companhia pedindo igualmente os seus salários atrasados e tiveram enfrentamentos com a polícia.²⁸² Em San Juan, os trabalhadores do setor telefônico protestaram em frente a *Telefónica de Argentina* pedindo aumento e o pagamento de horas extras atrasadas. Mais de 300 trabalhadores integrantes da *Unión de Obreros de la Construcción* de La Plata marcharam no centro da cidade pedindo por trabalho.

Em março, na mesma data em que os metalúrgicos da General Motors de Rosario entraram em greve contra o plano de demissões da empresa, o ministro da Economia José Luis Machinea, não agüentando as pressões foi substituído por Ricardo López Murphy.²⁸³ Este, ao assumir o Ministério, anunciou um pacote de medidas para tentar controlar a crise

²⁸⁰ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 56.

²⁸¹ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, pp. 56-57.

²⁸² *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 56.

²⁸³ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 58.

fiscal que o governo enfrentava, todas estas ainda mais restritivas para a economia: corte de praticamente um bilhão de pesos nos gastos do Governo Federal e mais quase outro bilhão de pesos em repasses às províncias.

Esses cortes atingiram seriamente o orçamento destinado às universidades e a educação como um todo. A CTERA (*Confederación de Trabajadores de la Educación de la Republica Argentina*) e a CONADU (*Confederación Nacional de Docentes Universitarios*) paralisaram suas atividades e realizaram manifestações e aulas públicas sobre a situação do país.²⁸⁴ Essas manifestações levaram a renúncia do Ministro da Educação, Hugo Júri, e do Ministro do Interior, Frederico Storani. Foram também ocupadas, por estudantes e alguns professores, treze faculdades da UBA, e as universidades de La Plata, Luján, Mar del Plata, Quilmes, Córdoba e Catamarca.

O ministro Ricardo López Murphy também não agüentou as pressões e renunciou. A saída encontrada pelo governo foi convocar novamente para o cargo de ministro da Economia, Domingo Cavallo, que concentrou poderes na sua volta e foi apresentado como “salvador”.²⁸⁵ Em seus primeiros dias anunciou um plano não-liberal tímido que se limitava a aumentar alguns impostos sobre transações financeiras e algumas tarifas de importação. O plano também previa uma ainda maior concentração de poderes no Executivo pois o delegava alguns poderes especiais até 2002.²⁸⁶ A CGT dissidente, a CTA e a CCC (*Corriente Classista y Combativa*) realizaram uma paralisação nacional de 24 horas contras as medidas de Cavallo que, segundo as próprias entidades, teve um acatamento de 90% dos trabalhadores. O novo Ministro da Economia desistiu do plano anterior de cortar ainda mais os gastos da educação, e com isso, a CONADU e a CTERA terminaram suas paralisações.

Nesse meio tempo, em Rosário, havia sido criada a *Coordinadora de Lucha* na Universidade Nacional que contou com uma grande participação e mobilização estudantil. A *Coordinadora*, que era marcadamente anti-burocrática, conseguiu neutralizar a influência de partidos de esquerda dentro do movimento estudantil e realizou várias atividades contestadoras. O Boletim do movimento afirma:

²⁸⁴ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 60.

²⁸⁵ CARRERA, N. E COTARELO, M. – “La protesta en Argentina (enero-abril de 2001), in: *Observatorio Social de América Latina*, Publicação de OSAL, junho de 2001, p. 45.

²⁸⁶ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 61.

*Ni un partido político, ni una institución estatal podrían haber llevado a cabo esta experiencia. Quienes hicieron esto son aquellos que no llevan adentro la rutinaria militancia de la mesita y el panfleto; los que se dan el lujo de pensar la realidad de mil formas distintas y eso no les impide hacer (...) Sin duda todo esto fija un antes y un después en el movimiento estudiantil.*²⁸⁷

Em Tucumán, o governador Julio Miranda decidiu suprimir o chamado “terceiro ciclo da educação básica”, diminuindo assim a quantidade de tempo que os alunos teriam de aula. Não demorou muito e teve de enfrentar um protesto de mais de cinco mil pessoas na frente da sede do governo provincial formado principalmente por professores e estudantes.²⁸⁸

Na década anterior tinham ocorrido mudanças profundas no meio rural argentino. Houve um aumento da produção, porém mediante a concentração fundiária e a conseqüente diminuição do número de médias e pequenas propriedades. No campo também ocorreu uma onda de protestos: os trabalhadores de setor bananeiro cortaram uma rua em Formosa pedindo subsídios para o setor e apenas alguns dias depois 100 pessoas autodenominadas de “sem-terra” também bloquearam uma rua em Esteban Echeverría.²⁸⁹ Em Misiones, mais de dois mil trabalhadores rurais ligadas à produção de tabaco e mate cortaram uma rua em Santa Ana para pedir que o governo não retirasse os subsídios do *Fondo Especial del Tabaco*.²⁹⁰ Em Roque Sáenz Peña, na província de Chaco, cerca de cinco mil produtores algodoeiros bloquearam as ruas da cidade pedindo ao governo um subsídio de 100 pesos por cada hectare de algodão plantado e pelo refinanciamento de créditos bancários.²⁹¹ Em maio os produtores de frutas de Cipolletti, Cinco Saltos e outras cidades da província de Rio Negro também se utilizaram de táticas *piqueteras* para cobrar do governo controle de preços e subsídios para sua produção. No mês de junho, na província de Misiones, os produtores de mate cortaram a ligação entre as cidades de Posadas e Iguazú para protestar

²⁸⁷ RODRÍGUEZ, G. – “Un ‘Rosario’ de conflictos. La conflictividad social en la clave local”, in: *Observatorio Social de América Latina*, Setembro de 2001, p. 32.

²⁸⁸ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 58.

²⁸⁹ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 57.

²⁹⁰ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 59.

²⁹¹ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 59.

contra a queda nos preços do produto e posteriormente foram à frente do governo provincial com mais de 200 tratores.

O movimento organizado de aposentados também registrou crescimento de atividades de militância política em 2001. Mais de 600 integrantes do MIJP em conjunto com a CCC lutaram pela atualização do trâmite burocrático que impedia muitos recém-aposentados de conseguir seus benefícios, numa lentidão proposital por parte do governo para não aumentar seus gastos já muito comprometidos.²⁹²

No mês de abril a Argentina foi o palco do encontro de chefes de Estado americanos (exceto Cuba) nas negociações da ALCA. De forma alheia à realidade ao redor, grande parte dos integrantes defendiam doses mais fortes de liberalismo econômico. Foi formado um Comitê por partidos de esquerda, organismo de direitos humanos e a CTA em conjunto com outros movimentos da América Latina. Realizou-se um protesto na frente do Hotel Sheraton onde estavam hospedados a maior parte dos integrantes do encontro. A Polícia reprimiu violentamente os manifestantes com gases lacrimogêneos, que estavam desfalcados de 900 brasileiros que tiveram seus ônibus barrados na fronteira.²⁹³

A CGT dissidente realizou no fim de maio uma grande manifestação na *Plaza de Mayo* que contou com mais de 100 mil pessoas.²⁹⁴ Em julho, perante a toda crise econômica e social que se agravava, Domingo Cavallo resolveu apresentar um novo pacote de medidas que tinha a intenção de levar a zero o déficit nas contas públicas. As ações da chamada “Política de déficit zero” incluíam a redução de salários do funcionalismo público, de aposentadorias e pensões e uma maior precarização da qualidade dos serviços como de saúde e educação. A CGT dissidente, a CTA e a CCC não demoraram em condenar o pacote. O FMI, que já estava por ouvir rumores de interrupção dos pagamentos de dívidas por parte do governo argentino respaldou tais medidas. Em La Plata, a ATE realizou uma marcha em oposição ao governo com mais de 4 mil funcionários públicos. O presidente dos EUA George W. Bush, as associações empresariais argentinas e os governadores da *Alianza* declararam apoio à Cavallo. Os governadores justicialistas se reuniram com o presidente e firmaram o “*Pacto por la Independencia*” no qual se comprometiam a adotar os princípios da política de “déficit zero” com relação às contas provinciais.

²⁹² *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 56.

²⁹³ *Observatorio Social de América Latina*, Junho de 2001, p. 62.

²⁹⁴ *Observatorio Social de América Latina*, Setembro de 2001, p. 61.

A CONADU entrou novamente em greve e as centrais sindicais realizaram mais uma paralisação nacional de 24 horas, desta vez contando inclusive com uma parcela da CGT que apoiou as medidas governamentais dos últimos anos. Os governos provinciais também sofreram grandes pressões de seus funcionários ao tentar se adequar à nova política. Em La Plata, 40 mil pessoas de classe média, entre eles médicos e altos funcionários do Poder Judiciário (estimados pelos grandes meios de comunicação) se mobilizaram contra os “ajustes” do governo. Na mesma cidade, cinco mil estudantes marcharam pelas ruas centrais em protesto.

A pobreza na pauta dos movimentos sociais: a FRENAPO

Naquele mesmo mês de julho a parcela mais progressista da chamada “sociedade civil” começou a se organizar. Com a participação de mais de 70 organizações de todo o país e mais de 400 delegados reuniu-se em Buenos Aires na sede da ATE a *Primera Asamblea Nacional de Juntas Promotoras por la Consulta Popular* com o tema “*Ningún hogar pobre en la Argentina*”. Foi coordenada pelo secretário-geral da CTA Víctor De Gennaro e contou com a presença da Associação de Pequenos e Médios Empresários (APyME), da Federação Agrária argentina, da Federação Universitária argentina, com o Instituto Mobilizador de Fundos Cooperativos, com as *Madres de la Plaza de Mayo-Línea Fundadora*, com o Centro de Estudos Legais e Sociais e alguns deputados federais, entre outras organizações. Se intitularam de FRENAPO (*Frente Nacional contra la Pobreza*). Essas iniciativas nasceram na verdade ainda em 2000 quando houve a tentativa de coletar um milhão de assinaturas para levar ao Congresso a proposta de um “Seguro Universal de Emprego e Formação” para todos os homens e mulheres chefes de família desempregados de 380 pesos por mês entre outras questões. Esses objetivos inspiraram a chamada “Marcha Grande” na qual algumas pessoas foram a pé os 300 km de Rosario à Buenos Aires durante 15 dias. O ato de encerramento foi a entrega ao parlamento das assinaturas recolhidas. Durante o ano de 2001 (até aquele momento) a proposta por uma consulta popular (uma espécie de plebiscito) foi ganhando força com a criação de 60 *Juntas Promotoras* por todo o país. Víctor De Gennaro fez as seguintes declarações durante a Assembléia sobre a iniciativa:

*Ante la propuesta del Gobierno de convocar a la unidad nacional a favor del ajuste, nosotros proponemos desde aquí la construcción de una Frente Nacional Contra la Pobreza, con tres consignas principales: frenar el ajuste, recuperar la democracia y generar condiciones para una distribución del ingreso que obedezca a las verdaderas necesidades de nuestro pueblo.*²⁹⁵

Em um dos documentos do *Movimiento por la Consulta Popular*, intitulado “*Democracia por nosotros mismos*”, podemos observar, além dos princípios políticos, uma análise sobre a situação argentina daquele momento:

*Luego de más de treinta y cinco meses de recesión ininterrumpida, que han puesto en situación de colapso el cuadro social de nuestro país y en un contexto donde el endeudamiento externo pone al borde de la cesación de pagos a la economía nacional, resulta por demás evidente el fracaso del modelo neoliberal en la tarea de organizar nuestra sociedad.*²⁹⁶

O *Movimiento* se colocou como crítico ao processo de concentração de renda que vinha ocorrendo no país e via numa redistribuição mais equilibrada a principal saída para a crise econômica. A democratização da sociedade era vista como a maneira para se chegar a tal resultado:

*Frente a este cuadro de situación, de creciente concentración de la riqueza, se plantea como prioritario una redistribución progresiva del ingreso (...) el Movimiento por la Consulta Popular sostiene que la condición para hacer factible un proceso de redistribución más justo de los ingresos y la riqueza es la permanente democratización de la sociedad. (...) En esta dirección, y con el objeto de ponerle límites a las prácticas de los sectores dominantes que han desencadenado el proceso de deterioro y degradación social que atravesamos, creemos indispensable garantizar la manifestación autónoma, expresa y organizada de la propia comunidad (...) Proponemos el ejercicio masivo de la democracia directa.*²⁹⁷

²⁹⁵ Citado em: *Observatorio Social de América Latina*, Setembro de 2001, p. 42.

²⁹⁶ Documento base constitutivo del *Movimiento por la Consulta Popular*, março de 2001.

²⁹⁷ Documento base constitutivo del *Movimiento por la Consulta Popular*, março de 2001.

As conclusões e o cronograma de atividades proposto no encerramento da Assembléia pela Consulta Popular foram:²⁹⁸ a convocação da ATE de paralisação de trabalho no dia 18 de julho de 2001 para todas as organizações presentes; o apoio e tentativa de aproximação com o Encontro Nacional dos *piqueteros*, realizado ainda naquele mesmo mês, para estabelecer maiores vínculos de “coordenação de lutas territoriais”; a CTERA se comprometeu a realizar aulas públicas abrindo as escolas no sábado de 25 de agosto para debater com toda a comunidade educativa e para os outros interessados as propostas da FRENAPPO; a “*Marcha por la Argentina*”, com o dia 11 de setembro escolhido como dia da partida desde o Congresso da nação em 7 diferentes colunas; uma consulta popular em 10 de dezembro pela aprovação do seguro de 380 pesos mensais para os chefes de família desempregados com o adicional de mais 60 pesos para cada filho menor de 10 anos de idade e continuar organizando e expandindo novas “juntas promotoras”.

As propostas da FRENAPPO receberam tímido apoio entre a classe política, com exceção dos pequenos partidos de esquerda e da Frepaso. O presidente do bloco de senadores da Frepaso, Eduardo Sigal apoiou o movimento (a Frepaso já estava desligada da UCR) e fez as seguintes declarações:

*La consulta popular llamada por el Frenapo es una convocatoria a todo el espacio progresista (...) No se trata de seguir multiplicando iniciativas parciales y fragmentadas que normalmente están viciadas de clientelismo y favoritismos políticos (...) La convocatoria del Frenapo atraviesa las identidades políticas y supera cálculos partidistas (...) Una vez más sindicatos, partidos populares y organizaciones sociales convergen en un reclamo democrático, patriótico y solidario.*²⁹⁹

É fundamental observarmos que na retórica dos movimentos ligados à FRENAPPO e de seus apoiadores há um lugar específico para a afirmação da democracia. O conceito de democracia, no entanto, é caracterizado como uma intensa participação popular, pouco vinculado à tradição representativa. A experiência política argentina agregava elementos de seu passado recente, na luta contra a ditadura, à fragmentação dos modelos econômicos implementados durante os anos de políticas neoliberais, sobretudo no governo Menem, e a

²⁹⁸ Resoluções da Assembléia de Juntas Promotoras pela Consulta Popular, 14 de julho de 2001.

²⁹⁹ SIGAL, E. “Alternativa a la exclusión”, Pagina 12, 17/12/2001.

descrença diante da imobilidade do governo De la Rúa. A reivindicação de uma nova prática política que contemplava a democracia direta e o “apelo solidário” é importante por sinalizar o desgaste das formulas políticas institucionais e o acirramento da crise econômica, quando as instituições de poder já não significavam a garantia de nenhum direito. As experiências dos grupos *piqueteros*, desde meados dos anos 1990, passaram a ser assimiladas por grupos mais amplos, como estudantes e docentes.

No rastilho das assembléias

As Assembléias Populares organizadas nos bairros começaram a se estender por toda Buenos Aires, inclusive nos bairros de classe média e alta, em que se reuniam milhares de pessoas para debater a situação e propor saídas em reuniões que duravam horas. “*Cabe agregar que, en el caso específico de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, la mayor concentración se ubica en aquellos barrios cuya composición social es predominantemente de clase media, tales como Belgrano, Palermo, Almagro y Flores*”.³⁰⁰

A organização de cada assembléia tinha características similares, que podemos sintetizar da seguinte maneira: ausência de uma estrutura interna com cargos permanentes, dinâmica de exposição e posterior debate coordenado por um vizinho designado pela própria assembléia. Se deliberava e discutia sobre problemas nacionais mas também questões específicas de cada bairro. Com o tempo algumas fizeram surgir comissões temáticas com a intenção de melhorar a operacionalização das deliberações.

À medida que o ano de 2001 avançava o movimento de trabalhadores desempregados e as assembléias organizadas por bairros passaram a convergir. Os MTD’s apoiaram as reivindicações da classe média para que se descongelassem suas economias e esta por sua vez passaram a ser mais simpáticas aos bloqueio de ruas. Foi um ano em que várias setores sociais tenderam a se aglutinar e agir em conjunto. Se organizaram conferências para unir os MTD’s, a classe média, grupos de direitos humanos, estudantes universitários, intelectuais progressistas, sindicalistas e *piqueteros*.

³⁰⁰ OUVIÑA (2003), p. 5.

Um integrante da Assembléia Popular do bairro de Buenos Aires Cid Campeado descreve como a organização teve início:

*en las cercanías del Cid, una chica de 19 años se enteró de que en otros barrios comenzaban a organizarse asambleas. Fue a ver cómo funcionaban, y se le ocurrió que nuestro barrio necesitaba una. Con la ayuda de una amiga y de un comerciante de la zona de unos 60 años, pegó carteles invitando a una reunión para el viernes siguiente. Muchos vecinos, entre ellos yo, vieron esos carteles y decidieron concurrir. Así nació la Asamblea Popular del Cid Campeado.*³⁰¹

A heterogeneidade dos participantes das assembléias é descrita por Ouviaña:

*(...) podemos decir que tanto amplios sectores de las clases medias como grupos de jóvenes “encontraron su espacio de articulación -bajo la forma de la convergencia o del conflicto latente- en las asambleas”. No obstante esta primer gran definición, debemos aclarar que tanto en diferentes estudios efectuados como en las entrevistas realizadas, se reflejan una compleja multiplicidad en términos de edades, género, inserción laboral, nivel educativo o experiencias políticas previas. Así pues, una de las características distintivas de las asambleas es su alto grado de heterogeneidad, que lejos de suponer un eclecticismo caótico y amorfo, emerge en tanto dialogo permanente y transversal entre las diversas practicas y corrientes de opinión al interior del campo popular. En este tipo de espacios (auto)organizativos, cientos de vecinos y vecinas confluyeron en pos de un proyecto colectivo diverso, que se delinea en su propia acción cotidiana como una instancia fundamental de aprendizaje (con)vivencial.*³⁰²

O mesmo autor relata que foram feitas críticas por alguns teóricos de que de as Assembléias em bairros de classe média eram expressões “pequeno-burguesas”, em análises muito presas à questão do conflito entre capital e trabalho. Para Ouviaña as Assembléias abrem novas possibilidades para o debate e ações num momento em que o capitalismo se resignificou:

El vecindario permite asumir un compromiso de lucha que, hoy en día, a raíz de la reestructuración capitalista de las últimas décadas, se torna cada vez más difícil en el ámbito laboral. Frente a una tasa de desocupación y subocupación enorme, y una

³⁰¹ OUVIÑA (2003), p. 7.

³⁰² OUVIÑA (2003), p. 9.

*flexibilización galopante, muchos hombres y mujeres encuentran en el barrio un espacio propicio para la construcción de una contra-hegemonía social, política y cultural.*³⁰³

As Assembléias contavam com a participação de organizações e partidos marxistas e grupos anarquistas. Os primeiros estavam a favor de pautas previamente estabelecidas mais ou menos fixas vindas de cima pra baixo e votações por maioria. Já os segundos se afirmavam “horizontalistas” e rechaçavam pautas pré-estabelecidas e o surgimento de “líderes” que por ventura pudessem se sentir responsáveis de falar “por todos” ou por um grupo.³⁰⁴ Marafioti faz uma análise crítica da participação da “esquerda” argentina dentro das Assembléias Populares, fazendo até, segundo ele, com que algumas elas fossem “desperdiçadas”:

*Las Asambleas que se extendieron por diferentes ciudades pero que tuvieron su epicentro en la ciudad de Buenos Aires fueron una oportunidad de desarrollar una organización benéfica para los habitantes de los distintos barrios porteños pero fueron desperdiciadas en el mismo momento en que la izquierda se involucró. Una vez más la izquierda argentina confirmó lo destino de ser una suerte de rey Midas al revés, capaz de destrozarse cualquier alternativa racional que se proponga.*³⁰⁵

Gambina também faz críticas à forma como se comportaram nas Assembléias as organizações partidárias de “esquerda”:

*real es que buena parte de la militancia de izquierda obstaculizó el proceso de construcción del nuevo movimiento de masas. Pero también puede señalarse la incorporación a las asambleas de otroras militantes de izquierda, oportunamente desvinculados de sus organizaciones partidarias y que incorporaban sus propios prejuicios hacia las orgánicas de la izquierda, dificultando un proceso de integración que pudo ser más armonioso.*³⁰⁶

³⁰³ OUVIÑA (2003), p. 11.

³⁰⁴ PETRAS, J. – “Valoración General Tras Dieciocho Meses de Lucha Popular”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (orgs.) (2004), p. 211.

³⁰⁵ MARAFIOTI, R. – “Argumentos sobre un cierre de época”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 45.

³⁰⁶ GAMBINA (2003), p. 3.

Frente a este comportamento da “esquerda” partidária, o lema “*Que se vayan todos*”, utilizado contra os políticos, passou a ser incorporados nas reuniões em assembleias agindo contra qualquer tipo de formação de líderes personalistas, organizações burocratizadas e atividade eleitoreira.³⁰⁷

*Según relatan los vecinos protagonistas del 19 y 20 de diciembre de 2001, ya en esos días se comienzan a reunir en plazas, monumentos y esquinas cientos de hombres y mujeres que, en función de la cercanía territorial, confluyen en puntos neurálgicos de cada uno de los barrios capitalinos.*³⁰⁸

A grande crise de 2001: desafios econômicos e a política

Em 14 de outubro o presidente Fernando de La Rúa foi amplamente derrotado nas eleições para renovar 50% da Câmara dos Deputados e eleger a totalidade dos senadores.³⁰⁹ As eleições legislativas de 2001 tiveram uma peculiaridade: 40% dos aptos a votar ou não foram às urnas ou anularam ou votaram em branco.³¹⁰ Esse montante foi maior do que os votos totais dos justicialistas (“vencedores” das eleições) com 7,5 milhões de votos.³¹¹ Uma combinação de indiferença, desprezo e fúria se refletiu no resultado eleitoral aumentando um processo de deslegitimação da classe política. A crise de legitimidade citada foi uma diferença importante com relação à crise hiperinflacionária de 1989. Naquele ano, os justicialistas representaram uma alternativa. Na virada do século não surgiram candidatos ou partidos que apresentassem uma opção plena de transformação para os olhos do povo argentino. O sentimento era de todos os partidos eram iguais. A partir dali cresceram os pedidos de renúncia do presidente pela oposição justicialista e o secretário da CGT dissidente Hugo Moyano. A própria UCR reunida em Córdoba produziu um documento crítico contra o presidente que se via cada vez mais isolado.

³⁰⁷ PETRAS, J. – “Valoración General Tras Dieciocho Meses de Lucha Popular”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (orgs.) (2004), p. 211.

³⁰⁸ OUVIÑA (2003), p. 7.

³⁰⁹ DELICH, F. “La crisis in la crisis”, in: Anuario Social y Político de América Latina y El Caribe, p. 9.

³¹⁰ DELICH, F. “La crisis in la crisis”, in: Anuario Social y Político de América Latina y El Caribe, p. 10.

³¹¹ LOZANO, C. – “Contexto econômico y político en la protesta social de la Argentina contemporánea”, in: *Observatorio Social de América Latina*, Publicação de OSAL, setembro de 2001, p. 9.

Em 30 de novembro uma corrida da população para obter dólares ameaçou seriamente o sistema financeiro e comprometeu ainda mais o Plano de Convertibilidade. O peso perdeu parcialmente o seu respaldo em dólares no Banco Central. O governo reagiu proibindo a retirada unicamente de dólares e restringindo a retirada combinada de pesos e dólares. No dia seguinte o governo impôs o *corralito* que consistia em um congelamento dos depósitos bancários estabelecendo que não se podia realizar saques superiores 250 dólares por semana por conta corrente. No dia anterior, houve uma corrida aos bancos que retirou 1,5 bilhão de dólares de uma só vez.³¹²

O mês de dezembro marcou o auge da crise econômica e social. A dívida pública atingia 60% do PIB, as taxas de desemprego e sub-ocupação somadas alcançavam 35% e 40% dos argentinos estavam debaixo da linha da pobreza.³¹³ A partir daí a classe média e alta passou a protestar frente aos bancos, principalmente os estrangeiros como o Banco de Boston e o Citybank. Esses protestos eram de grande radicalidade: portas e vidros eram quebrados, confrontos com policiais, seguranças e funcionários eram violentos e em alguns casos tentativas de invasão foram bem sucedidas. A classe média argentina se viu empobrecida de uma forma que nunca tinha imaginado. Passou a passar a participar em maior número nas Assembléias nos bairros e cada vez mais se abriam às novas formas de protesto que haviam surgido na Argentina com os *piqueteros*.

O Ministro Domingo Cavallo viajou para Washington para pedir ajuda munido de grande quantidade de documentação que demonstrava que nos últimos dois anos o governo federal e as províncias haviam baixado em 10% seus gastos. Essas estatísticas eram consideradas importantes pelo ministro porque, além de se adequar ao discurso econômico dos norte-americanos, poderia tranquilizá-los dizendo que não havia possibilidade de moratória da dívida. “(...) *con semejantes cifras, y con la promesa de bajar el año próximo el gasto primario en otros 6000 millones, por un momento, Cavallo pensó que volvería a la Argentina triunfante, con los dólares del desembolso en la valija.*”³¹⁴ Teve um não como resposta. Na documentação do ministro, obviamente não foram incluídas as estatísticas que

³¹²TODESCA, J. – “Dimensión Económica del 19 y 20 de diciembre de 2001. Significados y cambios”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 20.

³¹³BERMÚDEZ, I. “El fondo monetario les dice no a las políticas ‘ofertistas’”, in: Clarin, 16/12/2001.

³¹⁴BERMÚDEZ, I. “El fondo monetario les dice no a las políticas ‘ofertistas’”, in: Clarin, 16/12/2001.

demonstravam a profundidade da crise econômica; números esses que os norte-americanos sabiam muito bem.

Parte da UCR mais próxima do presidente tentava naquele momento reconstruir a *Alianza* com a Frepaso e garantir apoio do máximo possível de setores para manter a governabilidade. Angel Rozas, presidente da UCR declarou em entrevista:

*(...) en un tiempo no muy lejano tengamos que hacer reuniones con el PJ, como con otros partidos, como lo venimos haciendo con otras entidades y también tenemos previsto hacerlo con las organizaciones sindicales (...) El comité nacional va a insistir en reforzar la idea aliancista (...) creemos que la Alianza sigue teniendo plena vigencia. Hay que ampliar la base de sustentación política y social a través de una nueva Alianza para la que convocaremos al Frepaso y partidos políticos identificados con el progresismo (...)*³¹⁵

O justicialismo também era alvo do chamado da UCR. De todos os líderes do PJ, o único que parecia querer negociar era o ex-presidente Carlos Menem, com claras intenções de aproveitar o momento para melhorar sua imagem e se possível retornar ao poder institucional. Fez uma reunião com o presidente na *Casa Rosada*:

*El ex presidente pudo haber sacado el mejor rédito: voló, sin escalas (...) al escenario generoso que le brindó el Gobierno para que actuara como protagonista en la crisis. (...) la identidad de la misión que encabezó en la Rosada tuvo algo de peronismo pero más de menemismo. Al gobierno le habría servido esa cumbre para exhibirse con un aliado que, en materia económica, dice pensar igual que él.*³¹⁶

No grupo político mais próximo a Menem, havia uma defesa da proposta de dolarização da economia. O ex-presidente era um de seus defensores:

(...) predominó, pese a todo, el discurso de la dolarización porque Menem no quiere resignar ni una uña ahora su padrinazgo sobre la estabilidad (...) el ex presidente imagina su retorno rehaciendo parte del sistema de poder que lo entronizó durante una

³¹⁵ Entrevista com Angel Rozas: “La gente tiene derecho a protestar”, in: La Capital, 17/12/2001.

³¹⁶ K OUY, E. “Ultimas cartas del Gobierno para evitar el colapso”, in: Clarin, 16/12/2001.

*década. De allí su apego a la dolarización que concuerda con la creencia del universo bancario y financiero y de las empresas privatizadas de su gestión.*³¹⁷

Segundo Grondona, após esse encontro, De La Rúa se mostrou simpático a proposta de dolarização. A indicação de Miguel Kiguel para chefe de assessores de Cavallo foi um indicativo nesse sentido:

*El nombramiento de Kiguel, ex integrante del equipo económico de Roque Fernández, podría ser interpretado, en la misma dirección, como el primer signo de la convergencia política entre el Presidente y su antecesor. En su reunión del jueves, De La Rúa y Menem coincidieron en rechazar la devaluación.*³¹⁸

Realizam-se por todo o país múltiplos protestos, bloqueios de rua e se escutaram os primeiros *cacerolazos* e *bocinazos*.³¹⁹ No dia seguinte, todas as centrais sindicais convocaram uma paralisação geral que teve altíssimo acatamento, um dos maiores dos últimos anos.³²⁰ Segundo *O Clarin*: “(...) *es lícito argumentar que un cese de actividades no contribuye, por sí mismo, a solucionar los problemas (...) Existen incluso presunciones de que algunos dirigentes estarían utilizando su capacidad de presión sindical con propósitos de desestabilización.*” Eduardo Van Der Kooy em artigo no mesmo jornal avisa o governo: “*No obstante, es evidente que la adhesión lograda por la medida del jueves reflejó un alto grado de malestar social, dato que no debería ser ignorado por el Gobierno ni por los dirigentes políticos.*” Para ele a Argentina estava próxima de um colapso econômico: “*Las últimas cifras muestran que prácticamente no hay nadie en la Argentina que se salve del desastre económico.*”³²¹

No dia 17 ocorreram os primeiros saques à supermercados nos bairros pobres das províncias de Entre Ríos e Mendoza.³²²

³¹⁷ K OOY, E. “Ultimas cartas del Gobierno para evitar el colapso”, in: *Clarín*, 16/12/2001.

³¹⁸ GRONDONA, M. “La seriedad, como el embarazo, es o no es”, in: *La Nación*, 16/12/2001.

³¹⁹ O primeiro se constituía em manifestações de pessoas batendo em panelas e o segundo em carreatas buzinando.

³²⁰ SEOANE, J – “Protesta social y crisis política en Argentina ¿La deblace neoliberal?”, in: *Anuario Social y Político de América Latina y El Caribe*, p. 18.

³²¹ K OOY, E. “Ultimas cartas del Gobierno para evitar el colapso”, in: *Clarín*, 16/12/2001.

³²² LEFCOVICH, S e LOGUERCIO, “La Encrucijada argentina”, in: *Anuario Social y Político de América Latina y El Caribe*, p. 13

O tema da política cambial passou a ser central nas discussões e propostas sobre os rumos do país nos artigos de opinião dos jornais de maior circulação. Basicamente existiam três opções: manter a convertibilidade, a dolarização da economia ou a desvalorização da moeda com a instalação de um câmbio flutuante.³²³ Alguns editoriais e artigos se encorajaram em defender algumas dessas propostas (será mostrado mais adiante), porém a maioria deles não se posicionava, ou por afirmar que isso era uma discussão “acadêmica” e somente para os economistas, ou por ver aspectos negativos em todas as opções:

*(...) a floró a la superficie un debate que hace años estaba latente: el valor del peso argentino (...) la devaluación o la dolarización se han convertido en la opción de la política económica, aunque cualquiera de esas dos alternativas no ofrece en lo inmediato a los argentinos un lecho de rosas.*³²⁴

O economista Julio Piekarz, com medo possibilidade de um processo hiperinflacionário, afirmou no mesmo jornal: “*Sin apoyo externo es imposible devaluar*” e ao mesmo tempo: “*Tampoco la dolarización contribuye a resolver el problema central de la presente crisis – la insolvencia fiscal*”.³²⁵ Já ex-presidente do Banco Central Javier González Fraga, em um artigo no *La Nación*, entrou em defesa da desvalorização da moeda sem fazer uma crítica total ao Plano de Convertibilidade, mas defendeu que este deveria ser como um “remédio” para ser aplicado por pouco tempo e depois abandonado antes que efeitos colaterais começassem a aparecer. Também declarou que os economistas estavam receosos de dar as suas verdadeiras opiniões pelas possíveis reações adversas do mercado financeiro

Las dificultades de la hora actual no permitan que los economistas sigamos practicando la autocensura que hacemos desde hace años, con el propósito de no deteriorar la confianza en el sistema financiero (...) Hoy ya todo el mundo sabe que la convertibilidad está agonizando y que sólo falta enterrarla oficialmente, Lamentablemente, las autoridades insisten en negarlo y diariamente están dispuestas a tomar medidas que tienen un costo muchísimo mayor que el abandono de la paridad 1 a 1 (...) A la convertibilidad, como todas las drogas, no es fácil abandonarla cuando

³²³ A idéia de desvalorizar a moeda colocando um valor fixo dado pelo governo não apareceu nos debates.

³²⁴ BERMÚDEZ, I. “El fondo monetario les dice no a las políticas ‘ofertistas’”, in: Clarín, 16/12/2001.

³²⁵ Ambito Financiero, 17/12/2001.

*han terminado de hacer sus efectos positivos. Hace ya muchos años de debió abandonarse la convertibilidad, probablemente en 1996 (...)*³²⁶

A proposta pela dolarização e de não-enfrentamento com as grandes forças globais tinha apoio de alguns economistas como Gabriel Rubinstein que se opunha à desvalorização da moeda ou um *default* do governo:

*Hay quienes recomiendan: pesifiquen, devalúen, licuen el valor de los ahorros de la gente, licuen así las deudas empresariales, vayan a default completo (así logran mejores condiciones de negociación) y empecemos todo de vuelta. Más desconfianza, y más sangrienta. Razones éticas y económicas me llevan a oponerme a semejantes políticas. En lugar de ello, sugiero al Gobierno (éste o el que fuera) que avance en la dirección opuesta: (...) Que dolarice el circulante del público.*³²⁷

Já Carlos Rodríguez, ex-ministro da Economia escreveu no jornal *Ambito Financiero* um artigo intitulado “*No hay posibilidades para la dolarización*”.³²⁸ Igualmente no editorial do *La Voz del Interior*, de Córdoba, vemos uma rejeição da proposta.³²⁹

El rechazo a la dolarización no se basa en nacionalismos ni en patriotismos emocionales, sino en un análisis objetivo de nuestra estructura económica, para discernir sobre sus posibles consecuencias finales. Es cierto que la dolarización eliminará riesgos de futuras devaluaciones, pero un estado de permanente deflación será condición indispensable para sostenerla en el tiempo. La dolarización exige que los precios internos (y por ende nuestros costos de producción) deban gradualmente aproximarse a los vigentes en los Estados Unidos. Adicionalmente, esa convergencia de precios lleva implícita la necesidad de una igualación similar en los niveles de eficiencia y productividad entre ambos países (...) Además, la dolarización no resuelve el grave problema de la pérdida de competitividad internacional a que llegó la Argentina luego de 10 años de congelamiento del tipo de cambio (...) En Estados Unidos nadie se acepta un pago en marcos alemanes o libras esterlinas (...) Si

³²⁶ FRAGA, J. “La hora de la flotación”, in: La Nación, 16/12/2001.

³²⁷ RUBINSTEIN, G. “El Gobierno debería optar entre dos recetas para salir de la crisis”, in: La Nación, 16/12/2001.

³²⁸ *Ambito Financiero*, 17/12/2001.

³²⁹ Nessa dissertação não nego a importância de argumentos chamados de “técnicos”. A crítica feita até aqui (parte da dissertação sobre o processo de privatizações) foi a de um discurso completamente político, que afirmava ver apenas o técnico e não o político, com o objetivo de implementar o neoliberalismo.

*nuestros gobernantes son tan propensos a imitar todo lo que se hace en Estados Unidos, ¿por qué no imitan también este ejemplo?*³³⁰

Olivier Blanchard, professor de economia, fez uma crítica à proposta de dolarização chamando atenção para as especificidades da Argentina e sua colocação na divisão internacional do capitalismo:

*La razón es casi obvia. Argentina no es EEUU, y el peso no es el dólar. Argentina es una economía pequeña del hemisferio sur; EEUU es una economía grande y diversificada del hemisferio norte. Argentina exporta ganado y materias primas; EEUU exporta alta tecnología y servicios. Argentina comercia con Brasil; EEUU con Japón. Argentina debe luchar para atraer capital; EEUU succiona el capital de todas partes del mundo. Que las dos naciones tengan la misma tasa de cambio es un crimen contra la lógica; demostró también ser un crimen contra Argentina.*³³¹

O *Página 12* apresentou uma entrevista com Adam Lerrick, economista norte-americano republicano, intitulada “*Imposible no devaluar*”, no qual além de defender a proposta contida no título também propunha um *default* por parte do governo argentino para se colocar posteriormente numa melhor posição para poder negociar. Com isso se mostrou menos “ortodoxo” do que os próprios liberais argentinos. O mesmo autor, revelando as verdadeiras preocupações de Washington naquele momento, jogou mais um balde de água fria na equipe econômica argentina ao declarar: “*Con un plan coherente, el país puede conseguir apoyo, pero muy módico. La plata grande está reservada para aliados estratégicos, como Turquía o Pakistán.*”³³²

Poucos dos chamados “formadores de opinião” apresentaram propostas naquele momento, seja nos meios de comunicação, entre os intelectuais ou entre a classe política.³³³ Grande parte deles ficou durante dias cobrando dos “responsáveis” e afirmando apenas: “É preciso ter calma”, ou “É preciso uma solução”, ou “É preciso união de todos”, ou “Nesse

³³⁰ *Opinión*: “Las desventajas de la dolarización”, in: La Voz del Interior, 20/12/2001.

³³¹ BLANCHARD, O. “Cuidado con los símbolos”, in: Rio Negro, 22/12/2001.

³³² *Página 12*, 19/12/2001.

³³³ Não estou incluindo nessa afirmação os partidos de esquerda, as centrais sindicais combativas e o movimento *piquetero*. Também não é contraditório nessa dissertação a afirmação de que poucos apresentavam propostas e em seguida apresentar várias delas. Isso ocorre porque estou incluindo-as por razões óbvias, mas sem deixar de ter em mente de que representavam a minoria das linhas escritas nos editoriais dos jornais e nos artigos de opinião.

momento temos de pensar no país e não em partidos ou em si próprio”, ou “Precisamos fazer com que a Argentina volte a crescer”. No La Nación, de 16/12/2001, no editorial encontramos:

*Hoy más que nunca la Argentina necesita que los dirigentes políticos y sectoriales se vuelquen al diálogo. La gravísima crisis actual sólo podrá ser superada si quienes ejercen las más altas responsabilidades públicas consiguen construir consensos y forjar acuerdos en los temas que reclaman urgente solución.*³³⁴

Com o governo radical enfrentando tantos problemas, os justicialistas, que naquele momento controlavam 14 províncias e a maioria do Congresso e da Corte Suprema do poder judiciário, já se acreditavam de volta ao controle da presidência da república e atuavam nesse sentido. Segundo Verbitsky: “*El justicialismo cree que sólo debe decidir de qué modo y en qué plazo regresará a la Casa Rosada*”.³³⁵

Na tarde do dia 17 uma reunião de cúpula com o ministro Cavallo e governadores foi convocada devido aos rumores de dolarização da economia. A proposta foi rechaçada tanto pelos governadores justicialistas quanto pelos radicais. De La Rúa afirmou em comunicado:

*El gobierno ni plantea ni habla de dolarización forzosa, sencillamente no lo considera. Es absurdo crear una discusión de la nada (...) Ratifico la convertibilidad y la paridad cambiaria (...) Es esencial para la administración y para continuar las negociaciones internacionales.*³³⁶

Na noite do mesmo dia, Cavallo anunciou o o orçamento (*Presupuesto 2002*), que previa uma redução de gastos públicos que incluía uma diminuição de salários do funcionalismo público e das aposentadorias em 13%. O Banco Central aprovou uma medida que limitava os limites os saques em conta corrente até janeiro e instruiu os bancos a cumprir a ordem mesmo com resoluções judiciais em contrário. O editorial do jornal

³³⁴ La Nación, 16/12/2001.

³³⁵ VERBITSKY, H. “La fecha que preocupa a la familia presidencial”, in: Pagina 12, 16/12/2001.

³³⁶ Citado em: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 176.

Clarín se mostrou otimista com as novas medidas e confiava no poder de negociação dos dirigentes:³³⁷

*En ese corto tiempo el Gobierno deberá llegar a un acuerdo sobre el Presupuesto del año que viene, negociar el aporte del FMI y comenzar el canje de los bonos en poder de acreedores externos (...) La aprobación del Presupuesto es un requisito clave por varias razones. En primer lugar porque debe reflejar un acuerdo de distribución de cargas razonable y sustentable tanto desde el punto de vista económico como político. Tener un Presupuesto es indispensable para lograr el aporte del FMI, que será indispensable y para generar confianza en los tenedores de los bonos que se pretende canjear.*³³⁸

O chanceler Adalberto Rodríguez Giavarini começou viajou para se encontrar com Condolezza Rice e Colin Powel com o objetivo de pedir que entregassem uma carta de De La Rúa à George W. Bush pedindo a urgência econômica pela qual passava o país. Nas palavras do embaixador argentino, Guillermo González, nos EUA para seus pares norte-americanos percebemos a adequação ao discurso do governo George W. Bush:

*El viaje del canciller es esencialmente político. Viene con un mensaje muy claro: pese a que la Argentina está al borde del default económico, no habrá un default político (...) El canciller reafirmará nuestra participación activa como un miembro responsable de la comunidad internacional en la defensa de los derechos humanos, la libertad y la democracia, la paz y la seguridad internacional incluyendo por supuesto nuestra convicción de continuar nuestra lucha contra el terrorismo.*³³⁹

Os norte-americanos ainda criticaram a política externa argentina: *”Se advirtió que el país no había cumplido con compromisos asumidos con Washington sobre la política internacional. Se refería a cuestiones con Colombia y Venezuela.”*³⁴⁰ As falas do diplomata argentino, somadas ao anúncio governamental de que seriam enviadas “tropas de paz” ao Afeganistão, fez com que Wall Street desse como certo que o objetivo dos argentinos era negociar a possibilidade de dolarização da economia. Enquanto isso, os

³³⁷ Plano que foi anunciado por Cavallo formalmente no dia 17/12/2001 com o nome de *Presupuesto 2002*, mas já vinha sendo debatido.

³³⁸ *Clarín*, 16/12/2001.

³³⁹ Citado em: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 177.

³⁴⁰ BONELLI, M. “Un final anunciado, para una década de convertibilidad”, in: *Clarín*, 21/12/2001.

secretários provinciais de finanças do PJ se reuniram para analisar a situação econômica. Decidiram que “*lo único que está claro es que el justicialismo está en contra de la dolarización*”.³⁴¹

A crise ganha as ruas: os saques e as grandes manifestações

O Ministro de Desenvolvimento Social, perante a gravidade que a situação estava alcançando, enviou 200 toneladas de alimentos para as províncias de Mendoza, Entre Rios e Santa Fé. Em Quilmes, a filial do Carrefour ficou cercada por mais de mil pessoas. Nos dias seguintes, os saques aumentaram, assim como a vigilância em torno dos centros comerciais por todo o país. Segundo Tomas Abraham no *Pagina 12*:

*Los asaltos a los supermercados, o lo llamados saqueos, son intervenciones programadas a que se suman espontáneamente cientos o miles de pobres, desocupados y jóvenes desclasados. Son menores los casos en los que se agrega gente de clase media y punteros políticos que cargan productos domésticos de más valor, como los televisores que llevan en sus coches. El desencadenamiento del asalto es realizado por grupos marginales con un cierto número de individuos armados que están al servicio de un caudillo. Estos jefes de tropa están instalados hace muchos años en el partido peronista o en ciertos sindicatos y a veces coinciden con la barra brava de algún club de fútbol.*³⁴²

Os saques foram feitos ou de forma espontânea por pessoas agindo rapidamente ou após negociações entre os MTD's, “prometendo moderação”, e os donos dos estabelecimentos. Alguns saques foram conduzidos por militantes do partido justicialista para abalar a presidência da UCR. Marafioti defende que ocorria a participação de políticos por trás desses episódios com o intuito de derrubar o governo da UCR: “*Los saqueos a los supermercados en el conurbano tuvieron condimentos más confusos pero no puede dejar de reconocerse que allí existió un alto involucramiento del aparato político bonaerense.*”

³⁴³ E completou sobre a situação do país:

³⁴¹ *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 177.

³⁴² ABRAHAM, T. “El golpe popular”, in: *Pagina 12*, 23/12/2001.

³⁴³ MARAFIOTI, R. – Argumentos sobre un cierre de época”, in: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 45.

*Hay provincias en las que los empleados públicos no cobran hace meses. Parte de la cólera popular se debe a esta situación de vaciamiento de las cajas provinciales. En varias provincias el dinero ha sido sustituido por bonos cuya conversión en dinero legítimo es imposible y cuya circulación está sometida a especulaciones que bajan su valor. Varios de estos mandatarios provinciales que han sido responsables de este vaciamiento forman parte del nuevo elenco político que gobernará la Argentina.*³⁴⁴

O jornal *Rio Negro* fez denúncias quanto à participação de pessoas ligadas ao Partido Justicialista e ao governador de Buenos Aires (Carlos Ruckauf, do PJ) nos saques com o objetivo de desestabilizar ainda mais o governo da UCR:

Conforme a diversos voceros oficiales, por ahora no ha sido tanto una cuestión de ataques espontáneos emprendidos por hambrientos desesperados cuanto de operativos cuidadosamente organizados por agitadores políticos, incluyendo dicen, a punteros peronistas bonaerenses que están vinculados con el gobernador Carlos Ruckauf (...)

345

O *Ambito Financiero* também culpa Ruckauf e o atacou os meios de comunicação simplesmente por estarem realizando seu papel na divulgação de informações sobre os saques: “*También echarle la culpa al bonaerense Carlos Ruckauf, que si bien siempre trató de desestabilizar para proyectarse hacia caos, hizo mucho menos que las imágenes televisivas.*”³⁴⁶

O jornal *La Voz del Interior*, de Córdoba, declarou que a situação de desemprego e crescente miséria era muito mais importante e deveria ser o alvo do governo e não a desconfiança internacional ou o crescimento do chamado “risco país”. Também criticou justicialistas e radicais de que não houve uma unificação dos programas de ajuda social, fazendo com que estes se tornassem um instrumento de barganha no âmbito do clientelismo político.³⁴⁷ O *El Territorio*, de Misiones, criticou a centralidade que a discussão sobre a política cambial tomou naqueles dias, fazendo com que não se discutisse outras coisas mais

³⁴⁴ ABRAHAM, T. “El golpe popular”, in: Pagina 12, 23/12/2001.

³⁴⁵ Rio Negro, 18/12/2001.

³⁴⁶ Ambito Financiero, 20/12/2001.

³⁴⁷ La Voz del Interior, 17/12/2001.

importantes, seja ou não na condução da política econômica.³⁴⁸ Já o editorial do *La Nación* daquele dia resolveu atacar os gastos do governo (que já vinham sendo constantemente reduzidos) afirmando que algumas repartições públicas tinham mais funcionários do que o necessário, reduzindo assim toda a discussão sobre o desequilíbrio fiscal a questões como, por exemplo, a de que se todos os funcionários da Biblioteca do Congresso fossem ao mesmo tempo ao trabalho não iriam caber em suas instalações.

*En tanto que desde el gobierno nacional se buscan desesperadamente atajos hacia el equilibrio fiscal por la vía de jubilaciones y en haberes del sector público o de nuevos impuestos, existen nichos dentro de la administración pública que bien pueden ser calificados como parasitarios y que, vaya a saber por qué motivos, nadie se anima a tocar.*³⁴⁹

O *La Voz del Interior*, de Córdoba, foi na mesma onda e limitou todo o debate sobre a crise financeira argentina ao atacar única e exclusivamente os gastos do governo com os salários e benefícios dos políticos.³⁵⁰

De La Rúa e os principais integrantes da equipe econômica começaram a enfrentar uma oposição cada vez maior dentro do próprio radicalismo. Elisa Carrió ganhou notoriedade nesses dias como uma das vozes mais críticas ao governo. Ela era integrante da UCR e rompeu com o partido fazendo uma série de críticas. Em entrevista ao jornal *La Capital* (Rosario) disse: “*El gobierno fue traición desde el inicio*” e “*Cavallo va a terminar preso*”, declarando que dedicaria sua vida a essa causa. Quanto à De La Rúa declarou que o levaria “*ante la Justicia bajo el cargo de traición a la patria*”. Fez também críticas as últimas medidas econômicas, disse que o país estava próximo à uma convulsão social e comparou aquele momento com outros da história argentina:

Las últimas medidas económicas han significado un crac en la economía argentina y una recesión muy profunda sobre todos los sectores medios, una imposibilidad de disponer de su dinero. Pero en los sectores indigentes esta es la diferencia entre la vida e la muerte, porque la moneda que circulaba hasta hace dos semanas hoy no circula. Estamos en una situación crítica. ¿A un paso del estallido social? Y, yo diría...

³⁴⁸ El Territorio, 17/12/2001.

³⁴⁹ La Nación, 17/12/2001.

³⁵⁰ La Voz del Interior, 19/12/2001.

que sí. ¿La salida es cambiar el modelo? Es mucho más que cambiar el modelo, hay que cambiar un orden. Debe ser cambiado un orden moral, un orden de la interioridad, un orden de lo colectivo. Es como 1890 y también es como 1945. ³⁵¹

Carlos Corach escreveu um artigo declarando que a Argentina deveria seguir alguns passos dados pelos brasileiros, o que ele chama de “novo federalismo brasileiro” como renegociação entre as dívidas provinciais com o governo federal e a implementação da “Lei de Responsabilidade Fiscal” que impõe limites aos gastos governamentais. ³⁵² Ao contrário do que no início da década o Brasil virou “exemplo” pra Argentina. Muitas análises sobre a crise financeira do Estado argentino se concentravam na observação de que seus gastos eram elevados e não nas estruturas macroeconômicas que provocavam recessão e conseqüentemente desequilíbrio fiscal pela baixa arrecadação. Pelas regras do jogo da política econômica daquele momento e o estado que o país se encontrava, nem o mais austero controle de gastos do governo possibilitaria o cumprimento de seus acordos.

O editorial do *Clarín* do dia 19 tentou se mostrar otimista quanto as possibilidades de saída de crise:

Tuvimos una década de modernización de la infraestructura industrial y de servicios y tenemos vigentes acuerdos de integración regional que nos permitan desarrollar economía de escala y planificación estratégica. Somos aliados extra-Otán de Estados Unidos y contamos con un fuerte respaldo político para hacer una equilibrada y sustentable reprogramación de nuestra deuda externa. ³⁵³

“Modernização da infra-estrutura industrial” como citado no texto, que se alinha ao neoliberalismo, tem o significado para os autores de que as empresas que faliram nos anos anteriores seriam “as que não se modernizaram” e as que ficaram de pé supostamente fizeram o oposto. A citação também mostra uma visão distorcida sobre as intenções dos EUA (“aliado”) e a verdadeira importância que estes davam à Argentina naquele momento. Com os recentes atentados de 11 de Setembro as possibilidades de um acordo favorável à Argentina, com a viagem de Cavallo à Washington, era impossível. O *Clarín* termina justificando que os justicialistas deveriam tomar o controle institucional, ao invés de buscar

³⁵¹ Entrevista de Elisa Carrió, “Voy hacer que Cavallo termine preso”, in: La Capital, 17/12/2001.

³⁵² CORACH, C. “A la Argentina le conviene imitar el nuevo federalismo brasileño”, in: Clarín, 18/12/2001.

³⁵³ Clarín, 19/12/2001.

soluções num debate que envolvesse amplos setores da sociedade: *“El Partido Justicialista es la fuerza política más importante del país (...) El Partido Justicialista tiene que asumir su responsabilidad.”*³⁵⁴

Reuniram-se pela manhã o presidente, outras pessoas do governo, congressistas, representantes setoriais e de ONG's para analisar as possíveis saídas para a crise. O jornal *La Capital*, de Rosario, cobrou com urgência um plano governamental de distribuição de alimentos.³⁵⁵ O ministro Ramón Mestre transferiu toda a responsabilidade para os governos provinciais, afirmando que os saques eram localizados, sendo que na verdade, ocorriam por toda a Argentina: *“los saqueos han sido en las provincias de Buenos Aires e Córdoba y, por ende, la evaluación la tienen que hacer los gobiernos provinciales, que son responsables de esta situación”*. Também utilizou o argumento de que o povo não passava fome, que queria na verdade aproveitar a situação: *“Los saqueos no son por hambre, se llevan bebidas alcohólicas, se trata de una cuestión política”*.³⁵⁶ O editorial do *La Nacion* também não via os saques de forma muito diferente e justifica a utilização de forças repressoras:

*Es lamentable que una vez más reaparezcan en escena los activistas desaprensivos de siempre, que movilizan a los sectores más castigados por la crisis social y los exhortan a violar la ley y a consumir delitos, como si ése fuera el camino adecuado para superar las dificultades que están padeciendo (...) Las fuerzas policiales deben actuar con dinamismo y firmeza para prevenir y contener estos desbordes, asegurando la plena vigencia de las garantías institucionales y resguardando la propiedad privada y la libertad de comercio, pilares del orden público y del Estado de Derecho.*³⁵⁷

Naquele mesmo dia milhares de pessoas convergiram à frente da Casa Rosada e pediram a renúncia do presidente. Também contestavam toda a classe política com o slogan: *“que se vayan todos”*. O protesto se converteu numa batalha campal com o centro de Buenos Aires lembrando uma praça de guerra com pessoas mortas e centenas de feridos. Naquele mesmo dia, o ministro da Economia Cavallo se viu encurralado na sua própria casa por vários manifestantes e foi o primeiro a pedir a renúncia. No dia anterior tinha dito

³⁵⁴ Clarin, 19/12/2001.

³⁵⁵ La Capital, 18/12/2001.

³⁵⁶ Citado em: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 181.

³⁵⁷ La Nacion, 18/12/2001.

sobre os saques: “*Obviamente son manifestaciones de desorden que merecen un tratamiento policial y no económico.*”³⁵⁸ O lema “*que se vayan todos*” não era unicamente um repúdio à classe política. Uma parte importante dos movimentos *piqueteros*, dos partidos de esquerda e de pessoas independentes desejavam um significado maior para a frase: queriam que depois “que todos se fossem”, uma Assembléia Nacional Constituinte fosse realizada, e com isso, promover mudanças mais profundas na sociedade argentina.

A manifestação concentrada na Praça de Maio ameaçou ocupar a própria *Casa Rosada*. Setores de esquerda se juntaram mais fortemente ao levantamento popular com a participação de sindicalistas do setor público e militantes de partidos. Milhares de estudantes e *piqueteros* se somaram à marcha e entraram novamente em confronto com a polícia. Cenas semelhantes ocorreram em outras grandes cidades do país. O levantamento deslegitimou toda a classe política e o aparato judicial-policial demonstrando seu caráter anti-popular. Durante a tarde, devido às confusões nos saques que vinham ocorrendo, cinco vítimas fatais já eram registradas.

O governo fez uma reunião de emergência no qual se discutiu a integração de políticos do PJ no ministério, a possibilidade do “estado de sítio” e a distribuição de alimentos às províncias. De noite Fernando De La Rúa, em rede nacional, anunciou o “estado de sítio”, que teria duração de 30 dias por todo o território nacional, fundamentando sua decisão em “*asegurar la ley y el orden y terminar com los incidentes de las últimas horas*” e se dirigindo aos responsáveis pelos saques como “*grupos enemigos del orden y de la República*”.³⁵⁹ O estado de sítio é um mecanismo institucional que faz com que garantias constitucionais sejam anuladas. Também pediu calma aos argentinos e para que os meios de comunicação ajudassem a “manter a paz”. Horas antes, o governador da província de Buenos Aires também tinha na dito televisão que iria acompanhar as decisões do presidente e atuar com “máxima severidade” em todo o território provincial para enfrentar os “atos criminosos” já que se devia diferenciar “*entre los que piden comida y los que aprovechan la situación para robar*”.³⁶⁰ Finalizado o discurso do presidente, deu-se início ao chamado *Cacerolazo*. A manifestação de repúdio em poucos minutos se transformou numa gigantesca concentração de pessoas na *Plaza de Mayo* com grupos

³⁵⁸ Citado em: La Nueva Provincia, 18/12/2001.

³⁵⁹ Citado em: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 182.

³⁶⁰ Citado em: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 182.

vindos de todos os bairros da capital. Ocorreram protestos semelhantes ao mesmo tempo em outras cidades da Argentina. Durante a madrugada a polícia recebeu ordens para reprimir a manifestação e o saldo foi de mais cinco mortos.

Durante o dia 20 de dezembro continuaram a ocorrer grandes protestos pelas ruas de Buenos Aires. Foram registrados mais cinco mortes nos violentíssimos enfrentamentos registrados nas avenidas centrais de Mayo, 9 de Julho e Corrientes. Organizações de direitos humanos apresentaram um pedido de *habeas corpus* para os detidos nesses confrontos. Pelo resto do país a jornada de violência deixou mais 19 vítimas. No fim da tarde o presidente renunciou e teve de deixar a *Casa Rosada* de helicóptero iniciando assim um lapso constitucional de 48 horas para que o Parlamento decidisse o novo ocupante do cargo. As centrais sindicais declaram nova paralisação em repúdio ao “estado de sítio” decretado pelo governo. Sobre o “estado de sítio”, o *La Nacion* afirmou: “(...) *el imperativo de la hora actual es frenar la escalada de violencia de los últimos días. La declaración del estado de sitio surge, así, como una medida incuestionable si es aplicada con la prudencia indispensable.*”³⁶¹ A relação entre “estado de sítio” e “prudência indispensável” do *La Nacion* não procede já que colocar o país nessa situação tem o objetivo justamente de fazer com que a “prudência” se afaste ainda mais das forças repressoras. O *Ambito Financiero* também se pronunciou favorável à medida: “*El estado de sitio era así necesario*”.³⁶² O mesmo jornal analisou da seguinte forma os rumos que o país tomou nos últimos anos:

*En los '90 se volvió a postergar el incendio del país vendiendo las empresas publicas y engañando a inversores del mundo en que ese privatismo repentino representaba un capitalismo maduro con libre empresa. Ya no quedó nada por vender, no engañamos a nadie con nuestra demagogia interna, seguimos viviendo de prestado hasta un endeudamiento público tope.*³⁶³

³⁶¹ *La Nacion*, 20/12/2001.

³⁶² *Ambito Financiero*, 20/12/2001.

³⁶³ *Ambito Financiero*, 20/12/2001.

Avaliações de dezembro de 2001: um país em exame.

As críticas à condução da política econômica durante o último decênio na Argentina passaram, nos momentos de crise, a vir até de pessoas consideradas “de direita”. Roberto Aizcorbe, no mesmo artigo em que escreve frases pró-ditadura como “*los ataques a los militares que frenaron al comunismo internacional so pretexto de los derechos humanos de los terroristas vencidos*” também afirma que sob o menemismo houve um “*estalinismo de mercado que arrebató los ohorros de la población*”.³⁶⁴

Segundo Petras, alguns esquerdistas analisaram equivocadamente o levantamento popular de 2001 como “uma situação pré-revolucionária”.³⁶⁵ Para o mesmo autor e Veltmeyer, os protestos de 19 e 20 de dezembro foram únicos na história da Argentina pelas seguintes razões: Foi a primeira vez que um levantamento popular derrubou um presidente e que os argentinos reunidos rejeitaram toda a classe política. Essas manifestações produziram novas formas de solidariedade e mostraram a força política de intervenções como os *cacelrazos* e de organização na forma de assembléia por bairros.³⁶⁶ Com relação ao papel dos *piqueteros* nos levantamentos de 19 e 20 concluíram:

*Cuando un levantamiento popular de masas tuvo lugar en la capital, los MTDs no lo condujeron ni aportaron a sus actores principales, a pesar de que en los años previos de escalamiento de la acción directa crearon en clima favorable.*³⁶⁷

As jornadas de 19 e 20 de dezembro foram marcadas pela mobilização de diversos atores sociais. Os *piqueteros* estavam dispersos entre os manifestantes e passaram a se vincular a outros setores, em especial, com a classe média mobilizada.

Segundo Sidicaro:

El modelo había fracasado antes de que la Alianza ganara. Rehecho, la Alianza ganó por eso y fracasó porque mantuvo el modelo de Carlos Menem, que era el proyecto

³⁶⁴ AIZCORBE, R. “El Delta del Mekong”, in: La Nueva Provincia, 20/12/2001.

³⁶⁵ PETRAS, J. – “Valoración General Tras Dieciocho Meses de Lucha Popular”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (orgs.) (2004), p. 210.

³⁶⁶ PETRAS, J. e VELTMEYER, H. – Argentina: entre la desintegración y la revolución, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (2004) (orgs.), p. 29.

³⁶⁷ PETRAS, J. e VELTMEYER, H. – “Argentina: entre la desintegración y la revolución”, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (2004) (orgs.), p. 35.

*económico social de un sector económicamente concentrado y del capital financiero internacional (...) Quien administrase ese modelo estaba condenado a fracasar políticamente (...) la Alianza no tuvo detrás la suficiente fuerza social y voluntad política como para modificar las relaciones de fuerza con el capital financiero internacional y los sectores socialmente predominantes (...) La política se construye siempre sobre la ilusión de cambio y en ese sentido la situación de la sociedad argentina en 1999 reclamaba un cambio y lo encontró en la Alianza.*³⁶⁸

Sobre as escolhas do último governo, Artemio López declarou: “*De La Rúa fracasó porque tomó un modelo económico que a fines de los noventa tenía como única actividad productiva la especulación financiera.*”³⁶⁹ Atilio Borón também analisou os acontecimentos recentes:

*No se trata sólo de constatar la dolorosa agonía del bipartidismo peronista radical, responsable principal de la decadencia argentina (...) la sensación de que en el momento en que la sociedad civil se moviliza adquiere una irresistible “potencia constituyente” capaz de hacer saltar por los aires a cualquier gobierno con mucha más contundencia que el más rotundo resultado electoral (...) La defraudación post-electoral caso no tenía costos para el gobernante.*³⁷⁰

Para o mesmo autor e Mabel Rey os episódios de 19 e 20 de dezembro são comparáveis apenas aos acontecimento de outubro de 1945³⁷¹ e colocaram fim não apenas ao governo da UCR, mas também a uma série de decisões que vinham sendo tomadas desde a implantação da ditadura militar.³⁷²

Norberto Aguirre defende que a crise de 2001 não se resume apenas a reações das classes mais pobres, que foram as maiores prejudicadas, mas também por conflitos internos na aliança entre empresários argentinos e internacionais após a percepção dos argentinos de que o lado estrangeiro estava ganhando muito mais com o modelo.³⁷³ Alberto Fernández

³⁶⁸ SIDICARO, R. “Las razones de un fracaso”, in: Pagina 12, 21/12/2001.

³⁶⁹ LÓPEZ, A. “Las razones de un fracaso”, in: Pagina 12, 21/12/2001.

³⁷⁰ BORÓN, A. “Requiem para el neoliberalismo”, in: Pagina 12, 23/12/2001.

³⁷¹ No dia 17 de outubro de 1945 ocorreu uma grande manifestação contrária à prisão de Juan Domingo Perón que é considerada o momento fundacional do movimento peronista.

³⁷² BORON, A. e REY, M. T. – “La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina, in: PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.), (2004), p. 111.

³⁷³ AGUIRRE, N. – “El escenario internacional hacia los '90: el camino al multipolarismo y a la competencia imperial y sus reflejos en la Argentina”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 33.

conclui da crise de 2001 foi uma espécie de “lição” e algo que “prova” os efeitos do neoliberalismo, contrariando frontalmente o que ele chama de “modismo econômico”:

*Finalmente, el 2001 nos mostró, de la manera más brutal y dolorosa, muchas de las mentiras y de los errores de las modas económicas del momento. Se probó que los mercados no se auto-regulan y auto-equilibran, sino que librados a su suerte carecen de las reglas necesarias para funcionar adecuadamente. Se probó que la irresponsabilidad fiscal de los gobernantes la termina pagando toda la sociedad. Se probó que sin Estado los mercados no funcionan bien. Creo que toda la sociedad y casi toda la dirigencia política han aprendido estas lecciones. Tal vez la sociedad lo haya hecho antes que la propia dirigencia.*³⁷⁴

Sobre o mesmo tema o editorial do *La Voz de Interior* vincula mais fortemente o “econômico” com o “político”:

*Toda evaluación de la dramática convulsión vivida la última semana en el país debería comenzar por una petición de principios: el “cacerolazo” o “argentino”, como se ha dado en llamar a estas jornadas de rebeldía y luto, no es triunfo de una corriente política determinada. Es la expresión de la voluntad soberana del pueblo, que suele manifestarse con violencia cuando sus canales de expresión son obturados por el autoritarismo o, como acontece en nuestra realidad, cuando no encuentran eco en sus representantes, abandonados a estrategias y juegos mezquinos. El pueblo ha dicho basta no sólo a un modelo de hacer política económica sino también, y más simplemente, a un modelo de hacer política. Si los políticos no lo entienden así, nuevas instancias de ira y llanto vivirá el país.*³⁷⁵

Na mesma idéia já apresentada no capítulo anterior, a crise Argentina de 2001 foi vista por alguns autores como uma das faces de uma “crise global”:

Batendo panelas, os manifestantes gritavam “*Que se vayan todos*”, que vão todos embora, referindo-se a toda a classe política. Mas a crise financeira também liga a Argentina claramente ao sistema global e a instabilidade geral do corpo político global, especialmente em consequência das políticas neoliberais do FMI. Com a crise monetária, a dívida externa argentina tornou-se impossível de pagar de uma hora pra

³⁷⁴ FERNÁNDEZ, A. – “La crisis y las enseñanzas del 2001”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, p. 41.

³⁷⁵ La Voz del Interior, 23/12/2001.

outra, e sua famosa classe média foi atirada na situação comum das populações de muitos países pobres do mundo. (...) A reação da população argentina foi imediata e criativa: os trabalhadores da indústria recusaram-se a permitir que suas fábricas fossem fechadas e assumiram eles próprios a sua gestão, redes de vizinhança e assembléias municipais foram criadas para gerir os debates e as decisões políticas, novas formas de dinheiro foram inventadas para permitir as trocas autônomas (...) ³⁷⁶

Já Beatriz Sarlo constatou a pluralidade das pessoas envolvidas nas manifestações e defendeu uma nova relação entre o “governo e o capitalismo”. Segundo ela, o poder que os grupos financeiros tiveram na Argentina por toda a década de 1990 deveria ser repensado, já que seu poder não emana da população e em tese, a classe política deve ser soberana em relação aos interesses particulares. Os problemas que o país demonstrava estavam ligados, portanto, ao forte deslocamento real de qualquer representatividade da população nas decisões governamentais:

Las puebladas que dieron por tierra el gobierno caricaturesco de De La Rúa no son una base para pensar este cambio de régimen. Ellas estuvieron animadas por un fuerte sentimiento antipolítico, que tiene todos los motivos bien a la vista. Ese sentimiento es un síntoma, no un remedio. Los que estuvimos en las manifestaciones, vimos allí una fotografía de la sociedad: la cultura de calle de los barra bravas y la cultura de manifestación de las capas medias, la furia de los marginales y la moderación de los jóvenes con sus botellas de agua mineral o sus bicicletas. Todos se sintieron estafados y victimizados. Todos rugían contra los políticos. (...) sin embargo, lo que la Argentina necesita, además de dar comida ya mismo a millones de personas, es una larga y trabajosa construcción de un nuevo escenario político. O, más que un escenario, un nuevo tipo de relación entre política y economía, entre gobierno y capitalismo: una relación de la mayor autonomía. ³⁷⁷

O editorial do *La Nueva Provincia*, de Bahía Blanca, fez declarações sobre a relação entre os manifestantes e a classe política constatando que todos, e não apenas o presidente, estava sendo questionados naquele momento:

³⁷⁶ NEGRI, A. e HARDT, M. (2004), p. 280.

³⁷⁷ SARLO B. “La disolución de la Argentina y sus remedios”, in: Pagina 12, 23/12/2001.

*No fue entonces, únicamente el presidente de la República el destinatario de las críticas y los insultos. Fue un conglomerado de los políticos, de los cuales ninguno se atrevió a acompañar a los manifestantes, salvo dos o tres de rango menor que, reconocidos, terminaron expulsados sin más ceremonias.*³⁷⁸

Já as críticas de Osvaldo Rial, presidente da comissão de indústria da Câmara dos Deputados, afirmaram sobre o papel representado pelos economistas nos últimos anos:

*Terminamos una etapa muy triste de la Argentina. Existen responsables y debemos tenerlo claro para no repetir errores o seguir escuchando a quienes nos sumergieron en este triste escenario. Forzamos por años la aplicación de un modelo agotado que hería día a día a la sociedad, la cual se desangraba frente a la indiferencia de economistas como Cavallo, Roque Fernández y Machinea. Es triste advertir el perfil que tuvieron los economistas que rigieron los destinos económicos del país, quienes siempre actuaron de espaldas a la gente y los industriales. Fueron empleados de los bancos y de las empresas privadas. No podemos volver a que el rumbo de nuestro país sea dirigido por economistas.*³⁷⁹

Valeriano García, presidente da *Washington Internacional Advisors*, defendeu que uma “verdadeira política neoliberal” não foi verdadeiramente realizada na Argentina:

*No veo nada de neoliberal en lo que hicieron Machinea y Cavallo. Fueron políticas tremendamente intervencionistas y que de alguna manera no respetaron los derechos de propiedad. Un modelo liberal, sacándole el prefijo neo que tampoco sé muy bien que quiere decir, se caracteriza por el respeto a los derechos de propiedad, y por exigir la transparencia en las actividades económicas, haciendo respetar la competencia y evitar los monopolios.*³⁸⁰

Essa citação merece uma reflexão mais demorada. É claro que o “neoliberalismo” quando pensado do ponto de vista internacional e puramente em seu lado teórico não seria colocado “exatamente” na prática, ainda mais em um país sul-americano. O fato de que alguns pontos não se encaixam no conceito ideal não pode neutralizar uma discussão mais

³⁷⁸ La Nueva Provincia, 23/12/2001.

³⁷⁹ RIAL, O. “Terminar con políticas nefastas”, in: La Nueva Provincia, 23/12/2001.

³⁸⁰ GARCÍA, V. “Hay varias salidas, pero todas tienen costos, además de beneficios”, in: La Gaceta, 22/12/2001.

ampla em que a utilização do termo é importante. O sonho de Friedman ³⁸¹ era de que apenas o mínimo necessário de dinheiro deveria ser arrecadado pelo Estado para administrar apenas os três poderes e principalmente o aparato policial, nada mais, nem o corpo de bombeiros. Dentro dessa idéia nenhum governo do mundo é ou já foi neoliberal, mas é lógico que argumentar desse modo é de certa forma infantil ou algo dissimulado com outras intenções. Portanto, de fato é coerente García afirmar que em alguns pontos específicos como a constituição de monopólios a partir das empresas privatizadas sem a prática da concorrência, não é algo por excelência neoliberal, apesar da tendência de aquisição/fusão das empresas ocorrer, nacionalmente e em escala global, mesmo em períodos de hegemonia liberal da economia política. Porém daí afirmar “*No veo nada de neoliberal*” não é, em hipótese alguma, na minha opinião, uma afirmação correta. García termina seu artigo deixando claro o que estava por trás de sua preocupação com o *estallido social*: “*Me preocupa el vandalismo que se observó en distintos lugares del país, porque hace la cuestión económica. Eso Significa incertidumbre para los inversionistas, extranjeros y nacionales, que pueden decidir no realizar las inversiones planeadas.*” ³⁸²

As jornadas de dezembro de 2001 representaram novidades quanto ao papel da classe média na história política argentina. Segundo Swampa, esta era um amplo conglomerado que podia ser dividida nos “perdedores” do modelo (classe média precarizada, desempregados), nos “novos perdedores” (correntistas, endividados) e numa parcela que agiu por estar mais afinada com um “pensamento progressista”. As Assembléias organizadas por bairros reiniciaram um debate sobre o papel do segmento na vida política do país, reposicionando a classe média a um importante lugar na cena política, principalmente na cidade de Buenos Aires. Existiram nesses encontros o reconhecimento da heterogeneidade dessa fração social e de maiores perspectivas de integração social existentes no passado, além da aproximação das classes médias dos setores mais populares que estavam, pelo menos nas últimas décadas, cada vez mais escassos. ³⁸³

Segundo Rauber, a mobilização de dezembro de 2001 está relacionada com a crescente mobilização *piquetera* dos anos anteriores:

³⁸¹ Depoimento no documentário “The Corporation”.

³⁸² GARCÍA, V. “Hay varias salidas, pero todas tienen costos, además de beneficios”, in: La Gaceta, 22/12/2001.

³⁸³ SVAMPA, M. (2005), pp. 154-155.

*Y así ocurrió en el proceso de luchas sociales argentinas que se desarrollaron fundamentalmente en los años 2000 y 2001, y que desembocaron, multiplicadas en calidad y participación, en diciembre del 2001; nada de esto es ajeno a las luchas piqueteras que, con su ejemplo, abonaron el camino en colosal tarea pedagógica de resistencia y lucha por la dignidad y la vida.*³⁸⁴

Waldo Ansaldi traz em seu artigo uma tabela que mostra o crescimento das ações *piquetera* com o decorrer dos anos. As grandes mobilizações de 2001 se relacionam com os *piqueteros* pois naquele momento eles estavam mais ativos, participando efetivamente dos acontecimentos, e ao mesmo tempo se colocavam cada vez mais como influência para outros setores:³⁸⁵

Número de mobilizações *piqueteras* por ano:

1997	140
1998	51
1999	252
2000	514
2001	1383

Naqueles momentos de indefinição do que poderia ser feito Julio Rajneri escreveu um artigo no *Rio Negro* defendendo um *default* da dívida argentina pois sem essa medida o governo estaria “*empobreciendo a una cantidad creciente de argentinos*”.³⁸⁶

Em Rosario ocorreram grandes manifestações e o jornal local declarou que a história argentina passava por um ponto de inflexão: “*Cada vez más rosarinos se sumaban a la protesta, que tenía un rasgo curioso y acaso inédito en la Argentina: su absoluta carencia de identificación con banderas partidarias. Lo ocurrido de la noche del pasado*

³⁸⁴ RAUBER (2003), p. 2.

³⁸⁵ ANSALDI (2002), p. 6.

³⁸⁶ RAJNERI, J. “Demasiado tarde”, in: *Rio Negro*, 20/12/2001.

*miércoles fue histórico. Significa, se lo reitera, un punto de inflexión, un momento de quiebre, una página que se cierra y otra que se abre.”*³⁸⁷

No dia 21 de dezembro, Fernando De la Rúa voltou à *Casa Rosada* para cumprir as últimas obrigações burocráticas e decretou o fim do “estado de sítio”, declarando “*quisera que fuera mi última decisión*”³⁸⁸. Fez críticas aos justicialistas, afirmando que esses poderiam ter garantido a continuidade de seu governo. O PJ, de fato, durante os últimos acontecimentos, aproveitou a situação de forma totalmente oportunista para retornar ao poder e não tardou em fazer reuniões com esse objetivo.

Muitas das opiniões desses dias giravam em torno de que o momento pedia para a “classe política” que por algum tempo esquecesse filiações partidárias ou não usasse da situação para aumento de poder pessoal: “*No ha de poderse llegar a pisar terreno firme, si no existe un espíritu de sacrificio de las posiciones personales y partidistas*”.³⁸⁹ Essas afirmações se chocam com a realidade inerente da democracia liberal que é justamente a consolidação de intenções “*personales y partidistas*”.

Ramón Puerta (PJ) foi o escolhido para ser o chefe do executivo por um espaço de 48 horas. Logo afirmou que pagaria os salários, acabaria como o *currelito* e garantiria alimentos para os necessitados. No mesmo dia no fim da tarde o justicialismo afirmou que, num acordo por unanimidade entre legisladores e governadores, Adolfo Rodríguez Saá seria o novo presidente provisório a partir da abertura das sessões da Assembléia Legislativa até as novas eleições. Estas foram marcadas para o dia 3 de março de 2002, no qual o vencedor cumpriria o tempo previsto para o mandato de De La Rúa (até dezembro de 2003). Para evitar perdas, os bancos argentinos e o mercado de ações permaneceram fechados durante esses dias. O “estado de sítio” continuava nas províncias de San Juan e Corrientes a pedido dos governadores.

No sábado, dia 22 de dezembro, se iniciou a Assembléia Legislativa que confirmou os acordos citados anteriormente. A *Plaza de Mayo* foi novamente palco de uma manifestação convocada pela CCC e partidos de esquerda em oposição a designação do novo presidente e pedindo uma Assembléia Nacional Constituinte. A CCC reivindicava:

³⁸⁷ La Capital, 21/12/2001, editorial: “Reacción popular histórica”.

³⁸⁸ Citado em: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 184.

³⁸⁹ La Gaceta, 21/12/2001, editorial: “Ante una nueva etapa”.

“la derogación total del estado de sitio en todo o país, la libertad a todos los detenidos y la amnistía a todos los luchadores sociales presos y procesados, el no pago de la deuda externa, la reestatización de las AFJP y las empresas privatizadas y la ‘nacionalización de la banca’”.³⁹⁰ Um membro do MST (*Movimiento Socialista de los Trabajadores*) afirmou: “No echamos a Cavallo y De la Rúa para que suba uno del PJ, que son más de lo mismo. No van más el PJ, la Alianza ni los nuevos Frepasos. Es hora de que gobiernen los que nunca gobernaron: los trabajadores, los desocupados, los sectores medios y la izquierda”.³⁹¹

O editorial do *El Tribuno*, de Salta, viu como positivo o fato de Adolfo Rodríguez Saá ser do interior, numa crítica ao fato de os políticos de Buenos Aires: “Desde ayer, el país pasa a ser administrado por gente del interior, lo que supone una recuperación del sentido federal de nuestra Constitución.”³⁹²

No domingo, o novo presidente Adolfo Rodríguez Saá anunciou a suspensão do pagamento da dívida externa (default) e fez promessas de contratação de milhares de funcionários públicos. Acabou também por renunciar na virada de 2001 para 2002 sendo substituído por Eduardo Duhalde que pôs fim ao plano de convertibilidade apesar do temores de inflação. O próprio FMI deixou transparecer sob nova ótica a necessidade do fim do Plano de Convertibilidade e negou qualquer tipo de ajuda à Argentina. Também acusou os correntistas argentinos de serem os responsáveis pela crise por terem ido sacar suas economias muito rapidamente no momento de pânico.

Para Romero, houve uma grande mudança em perspectiva histórica Em 1989 com a crise econômica e a hiperinflação o povo elegeu um “messias” (Menem) e na crise de 2001 não tinha mais esse mesmo olhar para possibilidades dentro classe política.³⁹³

Hernán Ouviaña analisa as jornadas de dezembro de 2001 em perspectiva gramsciana como um momento de “crise de hegemonia” e lista algumas opiniões e definições e outras autores:

³⁹⁰ Citado em; *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 186.

³⁹¹ Citado em: *Cuadernos Argentina Reciente*, dezembro de 2006, p. 186.

³⁹² *El Tribuno*, 23/12/2001.

³⁹³ ROMERO, L. – “Veinte años después: un balance”, in: NOVARO, M. e PALERMO, V. (2004), p. 274.

En cuanto a las jornadas mismas -conocidas popularmente como el “argentinazo”-, han sido caracterizadas de la mas diversa manera: Si para algunos este “levantamiento popular” fue “el más preparado de todos los que lo antecedieron” (Altamira), para otros significó en cambio una “insurrección espontánea” (Cotarelo). Autores como Sanmartino y Romano hablarán por su parte de “jornadas revolucionarias”, en el marco de una suerte de empate transitorio -expresado como crisis hegemónica- entre las clases fundamentales en pugna.³⁹⁴

Para o mesmo autor as grandes mobilizações de 2001 têm de ser vistas como um pico de um “ciclo de ascenso” de ações que foram ganhando terreno e realizadas principalmente pelo movimento *piquetero*:

Siguiendo a Ana Dinerstein, podemos entonces afirmar que “la energía y los espacios ganados con las luchas que surgieron contra la violencia de la estabilidad, herederas de una historia de resistencia en Argentina, dieron forma a la insurrección de diciembre” En efecto, previo a estas jornadas, se sucedieron una multiplicidad de hechos de enorme envergadura que concluirían el 19 y 20 de diciembre de 2001 su ciclo de ascenso.³⁹⁵

Segundo Delich, os dias entre as eleições legislativas em outubro e o pico da crise política em 19 e 20 de dezembro concentram todas as ambigüidades, tensões e contradições da década anterior.³⁹⁶ Para Gambina não se refere às mobilizações como uma situação “revolucionária” ou algo que se apresenta como “ruptura” ou “não-ruptura”. Em sua análise, a crise de 2001 acabou por produzir uma “recomposição” das forças sociais e políticas e foi um “momento” de derrota do processo iniciado em na década de 70:

En síntesis, ni operación política, ni situación revolucionaria. ¿Entonces qué? Un proceso complejo de recomposición política de las clases subordinadas, cuyo proyecto histórico había sido derrotado a mediados de los 70, aún antes del terrorismo de Estado que instauró la Dictadura de la Junta Militar en Marzo de 1976. Pero se trata de un proceso donde debe considerarse al 2001 como un punto de inflexión de la derrota popular y la ofensiva del capital desde 1975.³⁹⁷

³⁹⁴ OUVIÑA, (2003), p. 8.

³⁹⁵ OUVIÑA (2003), p. 7

³⁹⁶ DELICH, F. “La crisis in la crisis”, in: Anuario Social y Político de América Latina y El Caribe, p. 9.

³⁹⁷ GAMBINA (2003), p. 1.

Com um número tão alto de argentinos abaixo da linha da pobreza ³⁹⁸, Reigadas coloca que o chamado “Terceiro Setor” e a solidariedade das pessoas foram fundamentais durante a crise de 2001. Ela afirma que o *know how* adquirido pelas organizações beneficentes composta por voluntários nos anos anteriores impediu que as tragédias fossem maiores.³⁹⁹

³⁹⁸ PETRAS, J. e VELTMEYER, H. – “Argentina: entre la desintegración y la revolución”, in: PETRAS, J e VELTMEYER, H. (org.) (2004), p. 7.

³⁹⁹ REIGADAS, M – “Entre el olvido de la historia y el empezar de cero”, in: Cuadernos Argentina Reciente, dezembro de 2006, pp. 93-94.

Conclusão

Os *piqueteros* foram os protagonistas dos protestos sociais e da mobilização política na Argentina no agravamento da crise econômica durante os anos 1990 que produziu altas taxas de desemprego e de pobreza. Sua mobilização trouxe novas subjetividades, formas de organização, de ação e novos questionamentos. Também se aliaram com outros setores da sociedade e foram influência para muitos deles. Apesar de o governo de Néstor Kirchner (iniciado em 2003) ter conseguido cooptar parte considerável do movimento, o legado dos *piqueteros* continua como referência para movimentos sociais da Argentina e do mundo. Porém, como se trata de uma temática muito recente, as análises sobre eles ainda estão muito em aberto para as pesquisas de historiadores, politólogos e afins.

A crise de dezembro de 2001 acabou por não alterar as estruturas políticas sob o qual está estruturado o Estado argentino, porém modificou em parte a política econômica e obrigou uma alteração nas práticas governamentais já que seu espectro ronda sobre a cabeça dos dirigentes pela intensidade com que toda a classe política foi rechaçada.

A história da Argentina no período estudado também nos faz ser críticos quanto a relação de submissão da América Latina em geral com as forças imperialistas globais e repensar como recebemos as idéias e teorias advindas dos centros do capitalismo. Outro questionamento que aparece é sobre o modelo da democracia liberal representativa e seus apêndices como os atuais partidos políticos. Essa organização está na realidade muito afastada do princípio de o poder emanar do povo como supostamente afirma fazer e tem tido mais eficácia em neutralizar o debate político do que em promovê-lo. Na busca por uma sociedade mais democrática seria importante pensarmos em mudanças em sua estrutura ou mesmo em uma superação de seu modelo.

Fontes

Resoluções de Encontros, Assembléias, cartas abertas e outros documentos *Piqueteros* publicadas no *Observatorio Social de América Latina*, Publicação de OSAL, edições de Junho e Setembro de 2001.

Editoriais e artigos de opinião de 17 a 23 de dezembro de 2001 dos jornais: Clarín, La Nación, Página 12, Ambito Financiero, El Día, La Capital, La voz del Interior, Gaceta de Tucumán, El Tribuno, El Territorio, Los Andes, Río Negro e La Nueva Provincia, contidos na secção *Cronologia Informativa*, in: Cuadernos Argentina Reciente, nº 3 - *A 5 años del 19 y 20 de diciembre*, Buenos Aires, dezembro de 2006.

Entrevistas publicadas de: Luis D'Elía (FTV-CTA) e Juan Carlos Alderete (CCC) no *Observatorio Social de América Latina*, Publicação de OSAL, edições de Junho e Setembro de 2001.

Resoluções da Assembléia e documentos de base das Juntas Promotoras pela Consulta Popular publicadas no *Observatorio Social de América Latina*, Publicação de OSAL, edições de Junho e Setembro de 2001.

Bibliografia

AGUINIS, M. - *O atroz encanto de ser argentino*, Editora BEI, São Paulo, 2002.

ANTUNES, R. - *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*, Campinas, Editora da Unicamp, 2002.

ALTAMIRANO, C. - *Bajo el Signo de las Masas (1943-1973)* – Ariel Historia, 2001, Buenos Aires.

AVAREZ, S., DAGNINO, E. e ESCOBAR, A. (orgs.) - *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras*, Editora da UFMG, 2000, Belo Horizonte.

BALCEDO, A. - *Miedos, broncas y esperanzas: 1979-1993. Mirando el país desde el sindicalismo*, Ediciones Corregidor, Buenos Aires, 2000.

- BASUALDO, E. e AZPIAZU, D. – *El proceso de privatización en Argentina*, Universidad Nacional de Quilmes Ediciones, Quilmes, 2002.
- BAUMAN, Z – *Em busca da Política*, Jorga Zahar editores, Rio de Janeiro, 2000.
- BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*, Edusp, São Paulo, 1999.
- BORON, A. e outros autores: *Peronismo e Menemismo: Avatares del populismo en Argentina*, Buenos Aires, Ediciones El Ciclo por Asalto.
- CALVI, G. e NOCERA, P. – *La legitimidad y el ajuste: Ensayo sobre la trama de legitimación en el menemismo*, Facultad de Ciencias Sociales, UBA, 1995.
- CLANCLINI, H. *Culturas Híbridas*, Edusp, São Paulo, 2003.
- CASTELLS, M. - *A Era da Informação: Economia, sociedade e cultura*. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.
- CARLINO, A. E STUART, A. – “Un enfoque multidimensional de los veinte años de democracia argentina”, in: *América Latina a comienzos del siglo XXI: perspectivas económicas, sociales y políticas*, Homo Sapiens Ediciones.
- CHESNAIS, F. – *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Editora Xamã, 1996.
- DEBORD, G. – *A Sociedade do Espetáculo*, Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.
- GAMBINA, J. e CAMPIONE, D. – *Los Años de Menem: Cirugía mayor*, Ediciones del Instituto Movilizador de Fondos Cooperativos, Buenos Aires, 2004.
- GODIO, J e MANCUSO, H – *La anomalía argentina: De la tierra prometida a los laberintos de la frustración*, Editores Mino y Dávila, Buenos Aires, 2006.
- HARVEY, D. – *Condição Pós-moderna*, Edições Loyola, São Paulo, 1992.
- IAZZETTA, M. O. – *La relación entre técnica e política en los procesos de privatizaciones de Brasil y Argentina*, Tese de Doutorado, UNB, Brasília, 1995.
- KLEIN, N. – *Sem logo: A tirania das marcas em um planeta vendido*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2002.
- LEVITSKY, S. – *La transformación del justicialismo: Del partido sindical al partido clientelista, 1983-1999*, Siglo Veintiuno Editora Iberoamericana, Buenos Aires, 2005.
- LEVY, B. (org.) – *Crisis y Conflicto en el capitalismo latinoamericano: lecturas políticas*, CLACSO, Buenos Aires.

MIGNOLO, W – *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Editora da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

MANSILLA, I. e CONTI, R. – *Piqueteros*, Buenos Aires, Astralib, 2003.

NEGRI, A. e HARDT, M. – *Império*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2000.
----- *Multidão: Guerra e Democracia na era do Império*, Editora Record, Rio de Janeiro, 2004.

NOVARO, M. e PALERMO, V. – *La historia reciente: Argentina en democracia*, Edhasa, Buenos Aires, 2004.

OVIEDO, L. – *Una historia del movimiento piquetero: De las primeras Coordinadoras a las Asambleas Nacionales*, Ediciones Rumbos, Buenos Aires, 2001.

PETRAS, J. e VELTMEYER, H. (org.) – *Las privatizaciones y la desnacionalización de América Latina*, Prometeu libros, Buenos Aires, 2004.

SADER, E. (org.) – *Pós-Neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2000.

SIDICARO, R. – *Los Tres Peronismos: Estado y poder económico*, Editora Siglo veintiuno, Buenos Aires, 2002.

SVAMPA, M. – *La Sociedad Excluyente: La Argentina bajo el signo del neoliberalismo*, Taurus, Buenos Aires, 2005.

Periódicos

Observatorio Social de América Latina, Publicação de OSAL, edições de Junho e Setembro de 2001.

Anuario Social y Político de América Latina y El Caribe, FLACSO, Buenos Aires, 2002.

Cuadernos Argentina Reciente, nº 3 - *A 5 años del 19 y 20 de diciembre*, Buenos Aires, dezembro de 2006.

Artigos

ANSALDI, W. – “Los naufragos no eligen puerto: Análisis de la situación argentina (2000-2002)”, in: *Revista electrónica de estudios latinoamericanos*, vol. 1, no. 1, Outubro-Dezembro de 2002.

ARMELINO, M. – *Algunos aspectos de la acción colectiva y la protesta en la CTA y el MTA*, in: Estudios sobre Cambio estructural y desigualdad Social, año 6, n° 15, Instituto Gino Germani, UBA, 2004.

BASUALDO, E. – “Entre la dolarización y la devaluación: la crisis de la convertibilidad en Argentina”, in: *Revista de ciencias Sociales*, n° 13, FLACSO, Quito, 2003.

BOGANI, E. - “Del estigma a la búsqueda de identidad: Las agrupaciones argentinas de trabajadores desocupados en la última década”, in: *Estudios sobre Cambio Estructural y Desigualdad Social*, Instituto Gino Germani, Buenos Aires, 2004.

CANELO, P. – “Donde está el enemigo?: la rearticulación menemista de los clivajes políticos y la disolución del antagonismo social. Argentina, 1989-1995.”, in: *Informe final del discurso: Culturas y identidades en América Latina y el Caribe*, CLACSO, Buenos Aires, 2001.

FOLLARI, R. – “Los medios en la crisis argentina: una aproximación”, in: *Revista de Ciencias Sociales*, n° 16, FLACSO, Quito, 2003.

GAMBINA, J. – “Argentina a un año de la Pueblada”, in: *Cuadernos Fisyp, no. 8*, Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, Buenos Aires, 2003.

GAMALLO, G. – “Argentina: cuando el uno a uno no es empate”, in: *Revista de Ciencias Sociales*, n° 13, FLACSO, Quito, 2003.

GRASSI, E. – *El asistencialismo en el Estado neoliberal. La experiencia argentina de la década del 90*, in: Revista electrónica de estudios latinoamericanos, vol. 1, n° 4, Julho-Setembro de 2003.

GURRERA, M. S. – “Protesta, conflicto sindical y identidades políticas: la Central de los Trabajadores Argentinos en los años noventa”, in: *Movimientos Sociales y nuevos conflictos en América Latina*, FLACSO, Buenos Aires, 2003.

LENGUITA, P. – “La ideología de la prensa argentina sobre el movimiento piquetero entre 1997-2001.”, in: *Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe*, CLACSO, Buenos Aires, 2003.

NOVARO, M. – “Presidentes, equilibrios institucionales y coaliciones de gobierno en Argentina (1989-2000).”, in: *Tipos de Presidencialismo y Coaliciones Políticas en América Latina*, FLACSO, Buenos Aires, 2001.

OUVIÑA, H - “Las asambleas barriales y la construcción de lo ‘público no estatal’”, in: *La Experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, CLACSO, Buenos Aires, 2001.

RAUBER, I. – “Piquetes y Piqueteros en la Argentina de la crisis: Cerrar el paso abriendo caminos”, in: *Pasos, no. 105*. DEI, San Jose, Costa Rica: Costa Rica, janeiro e fevereiro, 2003.

SCANDOGLIERO, S. B. e MARTÍNEZ, F. – *las palabras de Menem: Representaciones neoliberales en el discurso Nacional Populista*,

SEOANE, J. – “La debacle neoliberal: Protesta social y crisis política en Argentina”, in: *Revista de Ciencias Sociales*, nº 13, FLACSO, Quito, 2003.

VALCARCE, F. L. – “Agenda política, producción de sentido y conflictos sociales en la Argentina: El último año del gobierno Menem”, in: *Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano: Lecturas políticas*, Bettina Levy, 2002.

YAPUR, F. – “Corrupción y Autoritarismo en Argentina”, in: *Corrupción y derechos humanos. Estrategias comunes por la transparencia y contra la impunidad*, IPC, Medellín, 2005.V

VARELA, A. – “¡Piqueteros, carajo, Piqueteros!” in: *Chiapas, no. 14*, IIEC, Cidade do México, 2002.